Nísia Floresta

Uma mulher à frente do seu tempo

Quando se cogita de selecionar as principais mulheres brasileiras que influenciaram e influenciam importantes transformações que impactaram na vida das mulheres atualmente, o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta salienta-se, naturalmente, como a primeira feminista brasileira, tanto como escritora, intelectual e professora, que, em praticar suas ideias e suas convicções, para fortalecer a posição da mulher na sociedade, à época e até os nossos dias (incertezas de um futuro seguro e promissor), lutando e resistindo às imposições e comportamentos opressores dos homens que proibiam a educação igualitária entre homens e mulheres e as oportunidades iguais de direitos, inclusive de cidadania, como votar e ser votada, rebelando-se, com ousadia, coragem e firmeza, sempre no sentido humanitário do tratamento igual entre gêneros e o reconhecimento dos direitos das mulheres. Sua influência, projetada nesse livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, trouxe exemplos de continuidade de...

Nísia Floresta

Uma mulher à frente do seu tempo

Nísia Floresta
Brasileira Augusta

Uma mulher à frente do seu tempo

DIREITOS DAS MULHERES
E
INJUSTIÇA DOS HOMENS

Editora
Fundação Ulysses Guimarães

Coordenação Geral
Eliseu Lemos Padilha

Organização
Gleire Belchior de Aguiar Bezerra
Fundação Ulysses Guimarães – RN
Elisiane da Silva

Colaboração
Constância Lima Duarte
Udymar Pessoa

Arte e diagramação
Editora Fundação Ulysses Guimarães

Revisão
Tayana Moritz Tomazoni e Gustavo Melo

Agradecimentos
Constância Lima Duarte, Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo – USP. Leda Marinho Varela, escritora, Poeta e Acadêmica. Vicente Alberto Serejo Gomes, Jornalista, Escritor e Acadêmico. Conselho Curador da Fundação Ulysses Guimarães. Dr. Francisco Carlos Donato Junior, Secretário-Adjunto da Fundação Ulysses Guimarães. Robson Bezerra, Coordenador do Museu Nísia Floresta. Fernanda Fonseca, apoio logístico.

Sumário

Palavra do presidente da Fundação

Com a publicação do livro de Nísia Floresta Brasileira Augusta – *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* –, a Fundação Ulysses Guimarães, atendendo à recomendação do seu Conselho Curador, insere no rol de homenageados o pensamento feminino de quem aplicou ideias e convicções na busca do reconhecimento, por parte da sociedade, de que mulheres e homens teriam de desfrutar de direitos iguais, principalmente os direitos à dignidade humana e ao saber. Ela entendia – e estava certa – que não poderia haver igualdade sem conhecimento. Partindo desse princípio, Nísia encontrou formas de defender o que vieram a ser os direitos constitucionais de cidadania e de representação.

Esta é a síntese da sua obra: igualdade, conhecimento, respeito e cidadania. A bravura do sentimento de patriotismo e de brasilidade está representada nos temas que elegeu como prioritários: a Mulher, o Negro, o Índio e a República.

Pela realização deste trabalho, agradeço a participação da escritora Constância Lima Duarte, que autorizou a republicação da sua obra. Da professora Udymar Pessoa, que pesquisou e organizou esta edição. Do presidente da FUG/RN, Gleire Belchior, que idealizou e coordenou esta publicação. Dos colaboradores que ilustram este livro e dos representantes das entidades que participaram direta e indiretamente deste empreendimento.

Muito obrigado.

Wellington Moreira Franco
Presidente Nacional da Fundação Ulysses Guimarães

Apresentação

Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: entre o diálogo e a apropriação

Constância Lima Duarte[1]

> Nísia Floresta surgiu — repita-se — como uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio de homens a dominarem sozinhos todas as atividades extra domésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas que eram quase história de Trancoso, causa pasmo ver uma figura como de Nísia.
>
> ***Gilberto Freyre***
> *Sobrados e Mocambos,* I

Quando pensamos na história das mulheres no Brasil, vários nomes nos ocorrem, como o de Josefina Álvares de Azevedo, jornalista polêmica e autora da peça *O voto feminino*, de 1872; o da educadora gaúcha Luciana de Abreu; o de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, conhecida por seus discursos inflamados na defesa das mulheres; ou ainda o de Presciliana Duarte de Almeida, que dirigiu durante anos o jornal *A Mensageira*, nos fins do século XIX; ou o de Bertha Lutz, principal responsável pela conquista do voto feminino. Mas se recuamos ainda mais, o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta se destaca e se impõe. A ela devemos algumas das

[1] Professora da UFMG e Doutora em Literatura Brasileira pela USP. Entre outros livros, publicou *Nísia Floresta:* vida e obra (Natal: UFRN, 1995; 2008).

primeiras e mais importantes páginas desta história, pela coragem revelada em seus escritos e pelo ineditismo e ousadia de suas ideias.

O nome Nísia, ou melhor, o pseudônimo Nísia, pertence à norte-rio-grandense Dionísia Gonçalves Pinto, nascida em 1810. Após residir em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, Dionísia mudou-se para a Europa, onde passou o resto de sua vida, instalando-se ora na Itália, ora na França, ora em Portugal, até falecer na cidade francesa de Rouen, em 1885.

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos e trancafiada em casa sem nenhum direito que não fosse o de ceder sempre à vontade masculina, esta escritora dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e publicou livros e mais livros tratando dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

São conhecidos cerca de quinze títulos de sua autoria, escritos em português, em francês e em italiano, e inúmeros artigos, ensaios, poemas e crônicas. Entre os livros, destaco *A lágrima de um Caeté* (1849), *Opúsculo humanitário* (1853), *Itinerário de uma viagem à Alemanha* (1857), *Cintilações de uma alma brasileira* (1859), *Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia* (1864), e *Fragmentos de uma obra inédita* (1878).

Para este momento, pretendo tratar de seu primeiro livro: o que deu à Nísia o título de precursora do feminismo no Brasil (e talvez até mesmo da América Latina), pois foi o primeiro a falar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que as mulheres fossem consideradas seres inteligentes e merecedores de respeito. Este livro, publicado em 1832 em Recife (PE), tem o sugestivo título de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*[2], despontando quando Nísia tinha apenas 22 anos. Suas reflexões, naturalmente, não encontraram eco entre os contemporâneos e são o testemunho do quanto Nísia Floresta representava de exceção em meio à massa de mulheres submissas, analfabetas e anônimas.

No ano seguinte — 1833 — saía uma segunda edição e, em 1839, uma terceira, no Rio de Janeiro. A capa trazia a informação de que se tratava de uma "tradução livre" de *Vindications of the rights of woman*, que Mary Wollstonecraft

[2] Cf. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens, de Nísia Floresta Brasileira Augusta*. Introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

havia publicado em Londres, em 1792, como resposta à Declaração Universal dos Direitos do Homem. A história do sucesso do livro de Mary é conhecida: no mesmo ano ele foi traduzido para o francês e teve seguidas edições que repercutiram pela Europa e Estados Unidos, consagrando o nome de sua autora como a pioneira na defesa da mulher.

Quatro décadas mais tarde, Nísia Floresta conhece a obra. Ela realmente não realiza uma tradução, no sentido convencional do termo, mas escreve *um outro texto*: o *seu* texto sobre os direitos das mulheres, por meio do qual aponta os preconceitos existentes no Brasil acerca da mulher e questiona a ideia dominante da superioridade masculina. Na verdade, Mary Wollstonecraft lhe deu a motivação ao colocar em letra impressa questões pertinentes à mulher inglesa, voltadas para o público europeu. Nísia vai então empreender uma "antropofagia libertária" e, poderíamos ainda acrescentar: não como opção, mas até como uma fatalidade histórica. Na deglutição geral das ideias estrangeiras, era comum promover-se uma acomodação da perspectiva ao cenário nacional.

É o que ela faz. Assimila as concepções de Mary (e também as de Poulain de la Barre e de Sophie, que antes de Wollstonecraft já haviam se manifestado a respeito da mulher), e nos devolve um outro produto, bem pessoal, em que cada palavra é vivida, em que os conceitos surgem extraídos da própria experiência. O livro de Nísia contém uma intencionalidade e revela o projeto pessoal e político da autora: o de interferir na sociedade de seu tempo. A existência desse projeto é perfeitamente passível de verificação, pois estende-se através dos demais títulos que publicou, tanto no Brasil quanto na Europa.

Se o livro que marcou a estreia da autora nas letras nacionais foi citado durante muitos anos apenas como uma tradução de *Vindication* de Mary Wollstonecraft, isto ocorreu por indução da própria Nísia, que imprimiu na capa de seu livro o seguinte: "traduzido livremente do francês para o português da obra de Mistriss Godwin". Como os exemplares dessa "versão" eram raros, os dicionários biobliográficos passaram a registrá-la como sendo simplesmente uma tradução, sem atentar para o advérbio aposto no frontispício da folha de rosto.

Podemos observar aí, o refinado jogo de dissimulações empregado pela autora para penetrar no mundo das letras — território dos homens. Primeiro, disfarça sua própria identidade pelo uso do pseudônimo[3]; em seguida, o "Mistriss Godwin" encobrindo o nome de Mary Wollstonecraft; e, por fim, o anúncio de uma "tradução" que não é, absolutamente, uma tradução tal como está no dicionário; e a novidade do título modificado.

Este seria — como já afirmei em outras ocasiões — o *texto fundante* do nosso feminismo, se o vemos como uma nova escritura, ainda que inspirado na leitura de outros. Vejo-o como uma resposta de nossa autora, que se coloca em pé de igualdade com a Wollstonecraft e com o pensamento europeu, e que cumpre o importante papel de elo entre as ideias europeias e a realidade nacional. E é perfeitamente legítima a unanimidade dos estudiosos em considerar Nísia Floresta a mais importante precursora dos ideais de igualdade e independência da mulher brasileira (e mesmo da América Latina), pois não se conhece nenhum outro anterior de autora nacional, escrito com este fim.

Não é, portanto, repito, o texto inglês que se conhece ao ler os *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Ainda está para ser feita a sua tradução em língua portuguesa. Em sua substância, o *Direitos das mulheres* de Nísia Floresta se aproxima do *Rights of woman* de Mary Wollstonecraft, ou de outros, em vários aspectos. Todos, por exemplo, contêm a denúncia da mulher como ser oprimido, do homem como sujeito da opressão, a reivindicação de uma sociedade mais justa, a ideia da educação como o único meio de promoção feminina, a valorização da função materna e a utilização de um aparato filosófico de feição iluminista. No mais, os textos se distanciam tomando cada qual o seu rumo segundo as motivações dos autores, o público a que se destinavam e as peculiaridades da condição feminina de cada país.

Por exemplo: enquanto a feminista inglesa dedica seu livro ao senhor Talleyrand-Périgord — um líder moderado da Revolução Francesa — não exatamente para homenageá-lo, mas como forma de contestar suas ideias sobre educação feminina, Nísia Floresta dedica os "Direitos" às mulheres brasileiras e aos jovens acadêmicos de seu tempo. E é fácil entender por quê. Às mulheres porque é delas que Nísia trata e por elas que a autora escreve.

E aos acadêmicos porque, afinal de contas, eram os representantes legítimos da elite pensante do país, aqueles que poderiam, se quisessem, mudar os rumos dos acontecimentos. Foi desta geração, sabemos bem, que saíram os abolicionistas, os republicanos e também uns poucos — bem poucos — defensores dos direitos da mulher.

Descendente intelectual do Século das Luzes, a autora adota habilmente conceitos e doutrinas iluministas europeias — tão difundidas em Pernambuco de seu tempo — para melhor fundamentar seus argumentos e construir sua coerência. Conceitos como moral, verdade, virtude e modéstia, entendidos conforme os estoicos os definiram, a ênfase no uso da razão, os ideais de dignidade e valor humano e a doutrina utilitarista, estão presentes na sua obra e são utilizados para melhor e mais contundentemente refutar a propalada ideia da inferioridade feminina.

Ao realizar tais apropriações, Nísia Floresta está se inserindo na linhagem antropofágica da literatura brasileira (que tem Gregório e Souzândrade, bem antes de Oswald), ainda que com outras intenções, que não as meramente poéticas. Ela se apropria do texto europeu — é verdade — mas para superá-lo. Tanto é assim, que o título de seu livro contém não apenas a ideia dos *rights of woman*, mas vai além e acrescenta "a injustiça dos homens". Esta antropofagia libertária repete-se no poema *A Lágrima de um Caeté,* de 1849, que rompe com toda a idealização que começava a ser feita em torno do índio brasileiro, a partir mesmo de Chateaubriand. O poema dá voz ao indígena e aponta a expropriação das terras dos silvícolas, o abuso sexual das índias, a selvageria colonizadora dos brancos.

Em outro livro, *Opúsculo humanitário*, de 1853, a autora toma como ponto de partida de suas reflexões a ideia de que o progresso (ou o atraso) de uma sociedade pode ser avaliado pela importância aí atribuída às mulheres. Esta tese, é bom dizer, era repetida *ad infinitum* por inúmeros filósofos e pensadores da época e, longe de invalidar seu livro, vem demonstrar o quanto ela dialogava com o pensamento mais avançado de seu tempo.

É no último capítulo, precisamente na "Conclusão" de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, que encontramos o desvio mais evidente do

texto de Nísia Floresta em relação aos *originais* de Mary Wollstonecraft, Poulain de la Barre e de Sophie, entre outros. Nísia, após longa argumentação a respeito da capacidade e superioridade femininas, afirma não ter tido a intenção de revoltar pessoa alguma de seu sexo contra os homens, muito menos de "transformar a ordem presente das coisas". Ou seja: não endossa a revolução proposta pelos pensadores, e quer apenas mostrar que seu sexo "não é tão desprezível como os homens querem fazer crer", e que as mulheres são "capazes de tanta grandeza d'alma como os melhores desse sexo orgulhoso". Este recuo, que à primeira vista pode parecer uma contradição, também merece ser analisado como uma estratégia. Poderia ser o resultado da aguda consciência de realidade que, no momento, impunha não o clamar por revoluções em maiúsculo, mas por pequenas e necessárias mudanças no comportamento masculino com relação à mulher.

O bom senso da autora estaria, portanto, na percepção da distância que existia entre a situação cultural da Europa e a do Brasil, Império de Santa Cruz, e na consciência da defasagem cultural, social, política e econômica, existente entre o centro e a periferia. Enquanto lá as vindicações se faziam sob a forma de críticas a uma educação já existente, aqui eram muito mais primárias as solicitações. Como pleitear uma instrução mais consistente se mesmo a alfabetização superficial esbarrava em toda sorte de preconceitos? E, mais ainda, como pleitear emancipação política se as mulheres ainda precisavam ser consideradas seres pensantes? Esta pode ser uma das razões que explica o fato de Nísia Floresta haver optado por fazer uma adaptação em lugar de simplesmente uma tradução. As vindicações inglesas e francesas estavam muitíssimo distantes de nossa realidade e não cabiam nas dimensões do atraso brasileiro. Enquanto a Europa implantava a democracia burguesa, entre nós praticamente dominava o velho esquema colonial, apesar da recente independência política.

E, assim, à medida que nos deixamos envolver pelo discurso nisiano, maior é nossa admiração por esta figura inovadora e audaciosa. Se Mary Wollstonecraft foi a primeira na Grã-Bretanha a defender os direitos da mulher, no cenário brasileiro coube a Nísia Floresta o privilégio de praticamente deflagrar a formação de uma consciência feminista. Se considerarmos a contribuição nisiana a esse processo, seu papel de fundadora e sua trajetória

militante num momento histórico de verdadeiro obscurantismo em relação aos direitos femininos, seus vacilos, contradições e certas posturas que hoje interpretaríamos como ingênuas afigurar-se-ão menores diante do aspecto pioneiro de sua obra. Considerando as condições de vida da grande maioria das brasileiras e o acanhamento do ambiente intelectual, as limitações de nossa escritora tornam-se bem menos relevantes. Contra Nísia pesavam tanto a juventude e a inexperiência de vida, como a força da tradição nordestina e a hegemonia do patriarcalismo vigente, que atravancavam a literatura feminina.

Nísia apropriou-se, sim, das ideias dominantes na Europa, demonstrando o quanto as conhecia apesar de residir tão distante. E considerando o conceito de apropriação, tal como foi defendido e tornado norma pela vanguarda do século XX, poderíamos mesmo ler a autora como *moderna,* bem antes do Modernismo. E, assim sendo, muito antes de Oswald de Andrade teorizar a antropofagia, Nísia já devorava e deglutia o discurso da metrópole e entregava ao público *um outro produto*, muito bem marcado por sua experiência feminina e brasileira. Da mesma forma, bem antes de Marx dissertar sobre a superação dialética, Nísia realizava na prática esta superação, ao reler os europeus e reelaborar suas afirmações. E muito antes de Derrida proclamar que a escritura é parricida, Nísia já matava o Pai do texto e enriquecia seu escrito com um *enxerto* de Poulain de la Barre.

Ao publicar seu *Direitos das mulheres* ela se posiciona, portanto, de forma transgressora na tensa relação da *margem* com o Autor, pois não sacraliza o texto europeu nem adota uma atitude servil diante da autoridade autoral. Sua atitude é de independência perante a metrópole, e seu texto deve ser lido como uma resposta da periferia ao centro produtor de discursos e, portanto, construtor de identidades, e mais ainda: como o grito de liberdade da mulher brasileira frente à sociedade patriarcal.

[1] Dionísia Gonçalves Pinto era seu nome de batismo. O pseudônimo escolhido, mais que ocultar, revela a personalidade e as opções existenciais da autora. *Nísia*, de Dionísia; *Floresta*, nome do sítio em que nasceu, no interior no RN; *Brasileira*, uma afirmação romântica de nacionalidade; e *Augusta*, uma homenagem a Manuel Augusto, o companheiro e pai de seus filhos.

Prefácio

"Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado emancipação da mulher, nossa débil voz se levanta na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!"

Nísia Floresta in *Opúsculo Humanitário.*

Honra-me, de início, o amigo Gleire Belchior ter-me convidado para prefaciar este importante livro que retrata a vida e obra da mais destacada escritora brasileira do século XIX. É difícil em profundidade conceituar a história literária de Nísia Floresta, referência nacional e internacional.

Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu no sítio Floresta, em Papari – hoje município Nísia Floresta –, no Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810, filha de Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa e Antônia Clara Freire.

No Brasil, Nísia foi uma das primeiras mulheres a publicar textos em jornais, pois desde o ano de 1830 encontramos colaborações suas em *O Espelho Das Brasileiras*, jornal da cidade de Recife. Também publicou poesias, contos, novelas e ensaios em *O Diário do Rio de Janeiro*, *O Liberal* e *O Brasil Ilustrado*.

Além de escritora, destacou-se como indianista, abolicionista, poetisa, feminista e educadora.

Manteve um colégio para meninas, no Rio de Janeiro, denominado Colégio Augusto, dirigido por educadoras estrangeiras, de 1838 a 1855.

O primeiro livro escrito por Nísia – *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* – é também o primeiro no Brasil de que se tem notícia a tratar dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho e a exigir que elas sejam consideradas seres inteligentes e cidadãs, merecedoras de respeito (DUARTE, Constância. MACÊDO, Diva Maria. *Literatura do Rio Grande do Norte*. Antologia. p. 37).

Para escrever seu *Direitos das mulheres,* Nísia Floresta buscou inspiração no livro de Mary Wollstonecraft, a primeira feminista inglesa. Em vez de fazer simplesmente uma tradução, ela relaciona os principais preconceitos existentes no país contra o sexo feminino, identifica as causas desse preconceito e desmitifica a ideia dominante da superioridade masculina. Nísia se apropria das ideias que circulavam na época sobre o tema e as adapta à realidade nacional, tratando da questão feminina a partir de uma perspectiva pessoal (DUARTE, Constância. MACÊDO, Diva Maria. *Literatura do Rio Grande do Norte*. Antologia. p. 38).

Além desse importante livro, Nísia deixou mais de doze títulos publicados, nos quais destaca a importância da educação feminina para a formação moral e intelectual da mulher, com exceção de *A lágrima de um Caeté,* poema indianista.

Através da sua obra, procurava levar para a sociedade e para o mundo, a capacidade que as mulheres têm de desenvolver seus valores. Inegavelmente, podemos considerá-la a precursora do movimento feminista.

No mesmo ano da publicação de *A lágrima de um Caeté*, Nísia viajou para a Europa onde passou a residir. Entre os escritores com quem se relacionou nessa época, destaco Almeida Garret, Alexandre Herculano, Alexandre Dumas, Duvernoy, Victor Hugo, George Sand, Manzoni, Azeglio. Um dos pontos polêmicos da vida de Nísia Floresta foi sua relação com o filósofo francês Auguste Comte, idealizador do Positivismo. Para alguns, as cartas trocadas entre os dois é prova de uma atração que vai além da amizade.

George Sand e Nísia eram as únicas mulheres que frequentavam as reuniões dos pensadores de renome mundial. George Sand escondia-se em trajes masculinos, mas Nísia assumia com coragem sua condição feminista, sobressaindo-se pela sua sabedoria e pelas ideias inovadoras e modernas.

Vivendo num mundo dominado por costumes conservadores, Nísia abriu caminhos munida de talento e intuição: venceu pela capacidade e também pela força intelectual. E, assim, romperam-se os padrões sociais numa sociedade construída pelos homens e para eles.

Em 24 de abril de 1885, Nísia Floresta não resistiu a complicações pulmonares e faleceu na sua residência em Bonsecours, nos arredores de Rouen, interior da França. Muitos anos mais tarde, em 1954, o governo do Rio Grande do Norte providenciou o traslado dos despojos da escritora e, entre missas, discursos e bandas de música, em 12 de setembro, realizou seu enterro em um mausoléu construído em Papari, que, aliás, já havia mudado de nome em homenagem à filha mais ilustre (DUARTE, Constância. MACÊDO, Diva Maria. *Literatura do Rio Grande do Norte*. Antologia. p. 39).

Nísia: do Sítio Floresta

o Brado para o Mundo.

Lêda Marinho Varela,
Escritora, Poeta e Acadêmica.

Cronologia da época

Período: Brasil Império

1810 – Início da pressão inglesa para extinção do tráfico negreiro no Brasil.

1815 – Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves.

1817 – Revolução Pernambucana. Último movimento emancipacionista e o único que chegou ao estágio da luta armada.

1818 – O príncipe regente torna-se rei, com o título de Dom João VI. Criada a colônia suíça de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

1820 – Chega ao Brasil a notícia da Revolução do Porto.

1821 – Fim do absolutismo no Brasil. D. João VI aceita submeter-se à autoridade das Cortes. Juntas Provisórias de Governo substituem os governadores das províncias (nova denominação das capitanias) nomeados pelo rei.

– Por pressão das Cortes de Lisboa, D. João VI retorna a Portugal, deixando o príncipe-herdeiro D. Pedro como regente do Brasil.

– As Cortes exigem o retorno de D. Pedro a Portugal.

1822 – Dia do Fico (9 de janeiro) - D. Pedro recusa-se a obedecer às Cortes e decide permanecer no Brasil. A partir daí, acelera-se o processo da Independência.

1822 – Dom Pedro proclama a independência do Brasil (7 de setembro).

1822 – Aclamação do príncipe D. Pedro como imperador do Brasil, com o nome de D. Pedro I.

1823 – É instalada a Assembleia Constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do Brasil. Choque entre as tendências liberais da Assembleia e o autoritarismo do imperador. D. Pedro I dissolve a Assembleia por meio de um golpe militar.

1824 – D. Pedro I outorga uma Constituição centralizadora: unitarismo (ausência de autonomia provincial), quadripartição de poderes (sendo o Poder Moderador privativo do monarca), voto censitário e subordinação da Igreja ao Estado.

– Confederação do Equador: revolta separatista pernambucana, com características idênticas às da Revolução de 1817. Forte repressão por parte de D. Pedro I.

– Os Estados Unidos reconhecem a independência do Brasil.

1825 – Portugal e Grã-Bretanha (Inglaterra) reconhecem a independência do Brasil.

1826 – Brasil e Inglaterra constituem uma convenção sobre a extinção do tráfico negreiro.

1826 – Morre D. João VI. D. Pedro I é reconhecido como rei de Portugal (D. Pedro IV), mas abdica em favor de sua filha D. Maria da Glória (D. Maria II).

1828 – Chega ao fim a Guerra da Cisplatina entre Brasil e Argentina, resultando em um Tratado de paz por meio do qual ambos os países aceitam a independência da Província Cisplatina, com o nome de "República Oriental do Uruguai".

1830 – Promulgado o Código Criminal.

1831 – É criada a Guarda Nacional.

1834 – Morre em Portugal D. Pedro I.

1835 – Início da Regência Una do padre Feijó. No Pará, deflagrada a Cabanagem; no Sul, a Revolução Farroupilha. Revolta dos Malês na Bahia.

1837 – Feijó renuncia à Regência. O regressista Araújo Lima torna-se regente interino. Na Bahia, inicia a Sabinada (tentativa de separatismo temporário).

1839 – Garibaldi, um dos líderes farroupilhas, funda em Santa Catarina a passageira República Juliana.

1840 – Dom Pedro de Alcântara tem antecipada sua maioridade e se torna o segundo Imperador do Brasil.

1842 – Revoltas liberais surgem em Minas Gerais e São Paulo. O movimento é sufocado por Caxias, que já vencera a Balaiada e depois pacificaria o Rio Grande do Sul.

1848 – Tem início a Revolução Praieira.

1849 – A cidade de Joinville, em Santa Catarina, é fundada por colonos alemães.

1850 – Promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que proíbe definitivamente o tráfico negreiro para o Brasil.

1851 – Tem início a guerra entre Brasil e Paraguai contra Rosas e seu aliado Oribe, ex-presidente do Uruguai.

1852 – O general Caxias comanda forças brasileiras, uruguaias e argentinas que derrotam e depõem Rosas.

1854 – Fundado o novo Banco do Brasil (antiga Casa da Moeda). Inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil.

1856 – Início da construção da primeira estrada pavimentada do país, a União Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora.

1865 – Tem início a Guerra do Paraguai.

1866 – O rio Amazonas é aberto à navegação internacional.

1867 – É inaugurada a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

1870 – Fim da Guerra do Paraguai.

1871 – Promulgação da Lei do Ventre Livre.

1872 – Primeiro recenseamento realizado no Brasil.

1873 – É fundado o Partido Republicano Paulista, na Convenção de Itu, em São Paulo.

1874 – Inicia a corrente imigratória italiana para o Brasil.

1877 – Início do "ciclo da borracha" na Amazônia, utilizando principalmente mão-de-obra nordestina deslocada de suas províncias por uma grande seca.

1884 – O Ceará é a primeira província a extinguir a escravidão.

1885 – Promulgação da Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, que emancipa os escravos com mais de 65 anos.

Pesquisa: Udymar Pessoa
Fonte: http://www.sohistoria.com.br/ef2/lista/p2.php

Cronologia da vida e da obra de Nísia Floresta

Constância Lima Duarte

1810 – No dia 12 de outubro, às nove horas da noite, nascia a primeira filha do casal Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, um advogado português, e Antônia Clara Freire, no sítio Floresta, em Papari, Rio Grande do Norte, de nome Dionísia Gonçalves Pinto. Anos mais tarde, tornar-se-ia conhecida como **Nísia Floresta Brasileira Augusta.**

1823 – Aos treze anos, a menina se casa com Manuel Alexandre Seabra de Melo, um rapaz pouco culto e dono de grandes extensões de terra. No mesmo ano, ou no seguinte, separam-se e ela volta a residir com os pais.

1824 – A família de Nísia decide transferir-se para Pernambuco e residir primeiro em Goiana, depois em Olinda e Recife, onde ela deve ter estudado.

1828 – No dia 17 de agosto, quando Nísia Floresta ia completar 18 anos, Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa é assassinado nas proximidades de Recife, depois de haver ganhado a causa de um cliente. Segundo a filha, os responsáveis seriam os poderosos de Olinda, que não toleravam um advogado agindo contra seus interesses.

1828 – Provavelmente neste mesmo ano, Nísia Floresta passa a residir em companhia de um acadêmico da Faculdade de Direito, Manuel Augusto de Faria Rocha, natural de Goiana, filho de Manuel Gonçalves de Faria e Joana Sofia do Amaral.

1830 – Em 12 de janeiro nasce a filha Lívia Augusta de Faria Rocha, companheira das viagens pela Europa e sua futura tradutora.

1831 – É o ano da estreia de Nísia Floresta nas letras. No *Espelho das Brasileiras,* um jornal dedicado às senhoras pernambucanas do tipógrafo francês Adolphe Emille de Bois Garin, começa a surgir a escritora. Durante trinta números do jornal (de fevereiro a abril), Nísia colabora com artigos que tratam da condição feminina em diversas culturas.

1831 – Nasce o segundo filho, morto prematuramente

1832 – Publica o primeiro livro: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens,* uma tradução livre do *Vindication of the rights of woman,* de Mary Wollstonecraft, sob o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta. O pseudônimo escolhido revela sua personalidade e opções existenciais: *Nísia,* diminutivo de Dionísia; *Floresta,* para lembrar o sítio Floresta; *Brasileira,* como afirmação do sentimento nativista; e, *Augusta,* uma homenagem ao companheiro Manuel Augusto.

1832 – Em novembro, Manuel Augusto conclui o bacharelado em Direito e transfere-se com Nísia, a filha Lívia, a mãe e as irmãs de Nísia, Clara e Izabel, para Porto Alegre (RS).

1833 – Em 12 de janeiro, no mesmo dia em que Lívia havia nascido três anos antes, nasce outro filho que recebe o nome de Augusto Américo de Faria Rocha.

1833 – Em 29 de agosto, Manuel Augusto morre repentinamente aos vinte e cinco anos, deixando-a com os dois filhos pequenos. A dor por esta morte prematura e as saudades da mulher apaixonada pontuarão seus escritos, como a testemunhar a fidelidade ao companheiro morto. Nísia decide permanecer em Porto Alegre, dedicando-se, sobretudo, aos filhos e ao magistério.

1833 – Sai em Porto Alegre a segunda edição de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, pela Tipographia de V. F. de Andrade.

1837 – Com a Revolução Farroupilha, o clima na capital gaúcha fica tenso e difícil para uma mulher, chefe de uma família composta por crianças e outras mulheres. E Nísia Floresta transfere-se para o Rio de Janeiro.

1838 – Em 31 de janeiro, estampa no *Jornal do Comércio* um anúncio do estabelecimento de ensino que estava inaugurando, o "Colégio Augusto", em homenagem ao companheiro desaparecido.

1839 – Sai a terceira edição de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, no Rio de Janeiro, conforme o reclame publicado no *Jornal do Comércio* de 25 de abril deste ano. O livro é colocado à venda na "Casa do Livro Azul", na Rua do Ouvidor, n. 121, por 55 réis.

1842 – Publicação de *Conselhos à minha filha*, pela Typographia de J.E.S. Cabral, do Rio de Janeiro, assinado: F. Augusta Brasileira. O livro, dedicado à filha Lívia como presente pelo aniversário de doze anos, terá uma repercussão bem maior do que talvez a mãe-escritora pudesse imaginar ao concebê-lo. Será este, aliás, o trabalho de Nísia que terá mais edições e traduções.

1845 – Segunda edição de *Conselhos à minha Filha*, no Rio de Janeiro, pela Typographia de Paula Brito, acrescentada de quarenta pensamentos em versos.

1846 – Em 18 de dezembro é publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro a lista das alunas que receberam menções honrosas do Colégio Augusto e a relação dos examinadores em diversas disciplinas. O nome de Lívia Augusta de Faria aparece como uma das premiadas em latinidade. No mesmo dia, em outra coluna, temos o testemunho de um dos examinadores elogiando as alunas e a diretora, Nísia Floresta.

1846 – Em 23 e 24 de dezembro, o mesmo *Jornal do Comércio* traz diversas críticas anônimas ao Colégio Augusto, por considerar as propostas educacionais avançadas e inadequadas às meninas.

1847 – No dia 17 de janeiro, há uma matéria em *O Mercantil* ironizando o fato de o Colégio Augusto ter aulas de latim em seu currículo.

1847 – Três novas publicações vêm à luz no Rio de Janeiro. A primeira, *Daciz ou A jovem completa*, é uma historieta oferecida às educandas do colégio. No *Jornal do Comércio* de 5 de abril de 1847, há um anúncio deste trabalho, citado como "História moral, por uma Brasileira". A outra publicação tem proposta moralista semelhante: *Fany ou O modelo das donzelas*, publicado em 8 de abril de 1847, pelo Colégio Augusto. A terceira publicação é o *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta*, pronunciado no encerramento das aulas do Colégio Augusto, em 18 de dezembro de 1847, e impresso pela Typographia Imparcial de F. de Paula Brito.

1849 – Primeira edição de *A Lágrima de um Caeté*, pela Typographia de L.A.P. de Menezes, Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de *Telesilla*. O poema de 712 versos trata do processo de degradação do índio brasileiro colonizado pelo homem branco, e do drama vivido pelos liberais durante a Revolução Praieira,

reprimida em Pernambuco em fevereiro deste mesmo ano. Conforme anúncios do *Jornal do Comércio*, foram tiradas pelo menos duas edições do poema nesse ano de 49 (maio e junho). O motivo do sucesso deveu-se, com certeza, ao fato de tratar também da *Revolução Praieira*, um assunto palpitante entre os liberais.

1849 – No dia 7 de setembro, Lívia sofre um acidente ao cair de um cavalo; o médico, após semanas de tratamento, aconselha mudança de ares. Nísia Floresta resolve, então, ir para a Europa com os dois filhos, o que o faz em 2 de novembro a bordo da galera francesa *Ville de Paris*. Para muitos, a saúde da filha foi apenas o pretexto para ela se ausentar do país. Com efeito, a campanha difamatória nos jornais e o sucesso do livro elogiando os liberais eram motivos suficientes para a escritora se sentir pouco à vontade na Corte.

1849 – Em 24 de dezembro a galera chega a Ville du Havre, conduzindo Nísia Floresta para o conturbado clima parisiense, ainda não de todo refeito das revoluções do ano anterior.

1850 – Apesar de a autora estar residindo em Paris, é publicado em Niterói um romance histórico seu - *Dedicação de uma amiga* - pela Typographia Fluminense de Lopes e Cia. em dois volumes, trazendo apenas as iniciais B. A. como assinatura. Este livro deve ser considerado o primeiro romance escrito por um (ou uma) norte-rio-grandense, segundo os historiadores.

1850 – Em agosto, o filho adoece de febre tifóide e, para ajudar sua convalescença, Nísia Floresta viaja para Bourg-la-Reine, nos arredores de Paris, aconselhada pelo Doutor Blache.

1851 – Nísia Floresta assiste às conferências do Curso de História Geral da Humanidade, no auditório do *Palais Cardinal*, ministradas por Auguste Comte.

1851 – Em julho, Nísia Floresta vai ao *Chateau de Madri*, no Bosque de Bolonha, despedir-se de um amigo ilustre - Lamartine - pois ele resolveu sair da França e viajar pela Europa.

1851 – Em agosto, viaja para Portugal e, durante seis meses, até janeiro do ano seguinte, visita este país.

1852 – Em 27 de janeiro, embarca em Lisboa, rumo ao Brasil, no navio inglês Treviot.

1852 – Em 22 de fevereiro, o *Jornal das Senhoras*, do Rio de Janeiro, saúda a chegada da escritora e descreve sua experiência na Europa, com certeza a partir de informações da própria Nísia.

1853 – Publicação de *Opúsculo Humanitário*, no Rio de Janeiro, pela Typographia de M. A. Silva Lima. São sessenta e dois capítulos sobre a educação da mulher, dos quais os vinte primeiros tinham sido publicados anonimamente no *Diário do Rio de Janeiro*, de 20 de abril até meados de maio deste mesmo ano. Meses depois, com o livro já circulando, o texto integral reaparece em *O Liberal*, periódico político e noticioso de Silva Lima, no período de 7 de julho de 1853 a 21 de maio de 1854. Neste livro, a autora combate o preconceito e condena os erros seculares da formação educacional da mulher, não só no Brasil como em diversos países.

1855 – Em *O Brasil Ilustrado* de 30 de abril, temos um poema assinado por B. Augusta, cujo título é "Um Improviso, na manhã do 1º do corrente, ao distinto literato e grande poeta, Antônio Feliciano de Castilho".

1855 – O mesmo *O Brasil Ilustrado,* de 14 de março a 30 de junho, publica em oito capítulos a crônica "Páginas de uma vida obscura", assinada B.A. O texto traz a história de vida de um negro escravo e o que a autora pensava, na época, acerca da escravidão.

1855 – Em 15 de julho era a vez de outra crônica de B. Augusta vir a público: "Passeio ao Aqueduto da Carioca", em que ela se faz de cicerone e *passeia* com o turista pelo Rio de Janeiro.

1855 – Em 25 de agosto, D. Antônia Clara Freire morre, e seu enterro sai do Colégio Augusto: Travessa do Paço, n. 23. Esta morte, somada à do pai e à do companheiro, será constantemente lembrada pela autora que passa a considerar o mês de agosto como um mês funesto para si.

1855 – Movida pela solidariedade, Nísia Floresta trabalha como voluntária por todo o semestre junto às vítimas da febre amarela, na Enfermaria do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, situada na Rua da Quitanda, n. 40.

1856 – Em 31 de março, *O Brasil Ilustrado* publica a crônica assinada B. A., intitulada "O pranto filial", com data de dezembro do ano anterior. Nela, a escritora expõe a dor pela perda da mãe e o sentimento de orfandade que a consumia.

1856 – Também neste ano é publicado um livro de versos: *Pensamentos.*

1856 – Em 10 de abril, Nísia Floresta segue para a segunda viagem à Europa no vapor francês Cadix, em direção ao Havre, acompanhada apenas por Lívia. Augusto Américo permanece no Rio, estudando. Só após dezesseis anos tornará a ver a paisagem carioca de que tanto gostava, bem como os parentes que ficavam no cais. O Colégio Augusto anuncia pela última vez seus cursos e, após dezoito anos de funcionamento, fecha definitivamente suas portas.

1856 – A escritora recebe o filósofo Auguste Comte em sua residência parisiense, primeiro à Rue d' Enferm, 11, depois à Rue Royer Collard 9, por sinal, próxima do Jardim de Luxemburgo, da Sorbonne e do endereço de Auguste Comte, à Rue Monsieur Le Prince, 10. Também é deste ano a correspondência trocada entre eles, ainda hoje guardada pelos positivistas, num total de treze cartas.

1857 – Em 5 de setembro morre Auguste Comte após semanas de agonia. Nísia Floresta é uma das quatro mulheres que acompanha o cortejo fúnebre até o *Père Lachaise*, junto de Sophie Bliaux, a filha adotiva de Comte, a irmã mais velha de Sophie, Mme Laveyssière e Mme Maria Robinet.

1857 – Publicação em Paris de *Itinéraire d'un Voyage en Allemagne,* pela Typographia de Firmin Didot Frères, assinado Mme Floresta A. Brasileira. O livro, sob a forma de cartas dirigidas ao filho e aos irmãos, contém as impressões e comentários da autora sobre as cidades alemãs que conheceu. A primeira carta é de Bruxelas, de 26 de agosto de 1856 e, a última, de Estrasburgo, de 30 de setembro do mesmo ano.

1858 – Primeira edição de *Consigli a mia Figlia*, com tradução para o italiano da própria autora. A publicação se dá em Florença pela Stamperie Sulle Logge del Gren, e os quarenta pensamentos em verso da edição brasileira aparecem agora em prosa. A recepção crítica jornalística logo se manifestou

e o *L'Imparziale Fiorentino*, de Florença, de 26 de outubro e *L'Etá Presente*, de Veneza, de 14 de agosto do mesmo ano, foram pródigos em elogios.

1858 – Nísia Floresta viaja por Roma, Nápoles, Florença, Veneza, Verona, Milão, Torino, Livorno, Pádua, Mântua, Pisa, Mombasilio e Mandovi.

1859 – A Associação da Propaganda de Valença imprime a segunda edição italiana do *Consigli a mia Figlia*, que é recomendado pelo Bispo de Mandovi para uso nas escolas de Piemonte.

1859 – Publicação da edição francesa de *Conseils à ma Fille*, em Florença, pela Impr. de Monnier, traduzido por Braye Debuysé.

1859 – Publicação, pela Typographia Barbera, Bianchi e Cia, de Florença, de *Scintille d' un' Anima Brasiliana*, assinado Floresta Augusta Brasileira, reunindo cinco ensaios: "Il Brasile", "L'Abisso sotto i fiori della civilità", "La Donna", "Viaggio magnético", "Una passeggiata al giardino di Lussemburgo".

1859 – Em 7 de maio parte para a Grécia e visita Eleusis, Esparta, Atenas, Argos. Depois viaja pela Sicília e conhece Palermo, Siracusa, Catânia e Messina.

1860 – Ao completar 50 anos, Nísia Floresta instala-se em Florença. Nesta cidade tem oportunidade de acompanhar cursos de Botânica ministrados por Parlatore, antigo colaborador de Humboldt. Em Paris ela já havia assistido a aulas desta matéria no Collège de France e no Musée d' Histoire Naturale.

1860 – Em Florença, sai a edição italiana de *Le Lagrime de un Caeté*, pela Editora Monnier, traduzido por Ettore Marcucci e com prefácio elogioso à autora. Ao final do poema, quarenta e uma notas explicam o vocabulário e relacionam o poema de Nísia com Dante, Ariosto e a Bíblia.

1860 – Em Lisboa, Luís Filipe Leite publica uma crítica favorável ao *Opúsculo Humanitário*, transcrita no *Archivo Universal*, Tomo IV.

1861 – Em 1º de junho, Nísia Floresta regressa a Paris e mais uma vez prepara-se para residir nesta cidade, após três anos ausente.

1861 – Alguns críticos afirmam que teria havido neste ano uma edição de *Trois Ans en Italie*, assinada "par une Brésilienne" e publicada por E. Dentu, resultado da excursão que Nísia empreendera pela Itália de 19 de março de 1858 a julho de 1861.

1862 – O *Dicionário Bibliográfico*, de Inocêncio, no volume IV, traz um verbete biobibliográfico sobre a autora. Como foi o primeiro a ser escrito, este verbete será largamente utilizado para a realização de outros posteriores.

1864 – Publicação do primeiro volume da edição hoje conhecida de *Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*, pela Editora E. Dentu, de Paris, assinado "par une Brèsilienne". Permanece a dúvida se teriam existido duas edições (1861 e 1864). Os títulos são diferentes, pois na última delas aparece "suivis d'un voyage en Grèce". Neste livro, Nísia Floresta debate os problemas políticos e sociais italianos, e reflete sobre o modo de vida, a história e as manifestações culturais da Itália. Como sua excursão se deu na época da revolução pela independência, o texto se constitui em importante testemunho a respeito dos principais acontecimentos da história contemporânea.

1867 – É publicada em Londres a tradução inglesa de um dos ensaios de *Scintille*: "La Donna". Trata-se de *Woman*, por F. Brasileira Augusta, traduzido do italiano por Livia A. de Faria, filha da escritora.

1867 – Publicação em Paris do romance *Parsis*. Apesar de incluído entre os títulos da autora, não é conhecido nenhum exemplar deste livro, nem é encontrada referência a ele nos catálogos da *Biblioteca Nacional de Paris.*

1871 – É publicado *Le Brésil*, de Mme Brasileira Augusta, pela Livraria André Sagnier, de Paris, também traduzido por Livia Augusta Gade. (Lívia casou-se com um alemão de sobrenome *Gade*, tendo ficado viúva após quatro meses de casada.)

1871 – Pressionada pela família e desgostosa com os conflitos da Comuna em Paris, Nísia vende seus pertences e deixa definitivamente a cidade. Segue primeiro para Londres com a filha e depois para Lisboa, onde embarca, mais uma vez, para o Rio de Janeiro. Lívia não a acompanha e permanece na Europa.

1872 – Assinado apenas *Une Brésilienne*, o segundo volume de *Trois Ans en Italie, suivis d'un Voyage en Grèce*, é publicado em Paris, pela mesma editora do primeiro volume.

1872 – Em 23 de maio, a Revista *O Novo Mundo*, de J. C. Rodrigues, de New York, traz uma extensa notícia biográfica da autora acompanhada de um retrato, que contribui para torná-la ainda mais conhecida.

1872 – Após dezesseis anos no exterior, em 31 de maio, Nísia desembarca do vapor inglês Neva, no Rio de Janeiro.

1875 – A estada em terras brasileiras durou pouco mais de dois anos. Em 24 de março, Nísia Floresta retorna à Europa. O primeiro destino é a Inglaterra, onde a filha a aguarda, e, após alguns meses, segue para Lisboa.

1875 – Em 9 de novembro morre o irmão Joaquim Pinto Brasil, no Rio de Janeiro. A irmã só recebe a notícia semanas depois.

1878 – Publicação do último trabalho da escritora: *Fragments d'un ouvrage inèdit - Notes biographiques*, em Paris, por A. Cherié Editeur, assinando Mme Brasileira Augusta. Este livro, apesar de conter principalmente informações a respeito do irmão, Joaquim Pinto Brasil, traz também dados biográficos da autora, até então desconhecidos.

1878 – Transfere a residência para Rouen, cidade medieval do interior da França e, em seguida, para Bonsecours, na Grande Route, 120.

1885 – Em 24 de abril, numa quarta-feira de muita chuva, às nove horas da noite, Nísia Floresta Brasileira Augusta morre vitimada por uma pneumonia. Dias depois, é enterrada num jazigo perpétuo no Cemitério de Bonsecours.

1888 - O Centro do Apostolado do Brasil publica *Sete Cartas Inéditas de Auguste Comte a Nísia Floresta*, no Rio de Janeiro.

1889 – Em 12 de março, aos 60 anos, morre o filho Augusto Américo, no Rio de Janeiro. Seu nome é lembrado como o de um educador afável e o diretor dos colégios *Santo Agostinho* e *Augusto,* este último, de nome igual ao que sua mãe dirigiu.

1903 – O jornal *A República*, de Natal, publica as cartas de Auguste Comte - o texto original e a tradução - em 8/01, 19/01, 24/01, 28/01, 4/02 e 6/02. As de Nísia Floresta, cujos originais estão na *Maison d'Auguste Comte*, em Paris, apenas serão traduzidas e publicadas no Brasil em 2002, pela Editora Mulheres, de Florianópolis.

1909 – Por um equívoco dos conterrâneos foi comemorado no Rio Grande do Norte o centenário de nascimento de Nísia Floresta. O Congresso Literário e os estudantes do Atheneu Norte-Riograndense, com o apoio do Governo de Alberto Maranhão, erguem em 12 de outubro um monumento a Nísia em Papari, onde teria existido sua primeira residência. Nas palavras de Câmara Cascudo, "aí se emplumara a grande ave de arribação, cujas asas não cabiam nos limites do ninho..." (*A República,* Natal, 17/01/1940).

1912 – Em 26 de abril morre Lívia Augusta Gade, que é enterrada junto à mãe no Cemitério de Bonsecours. Desde 1855, Lívia residiu em vários países além da França, como Alemanha, Inglaterra, Itália e Portugal, e não retornou mais ao Brasil.

1928 – Vem à luz *Auguste Comte et Mme Nísia Brasileira (Correspondance*), pela Librairie Blanchard, de Paris.

1933 – No Rio de Janeiro, Roberto Seidl publica *Nisia Floresta -1810/1885- A vida e a obra de uma grande educadora, precursora do abolicionismo, da República e da emancipação da mulher no Brasil*.

1933 – Fernando Osório publica o manuscrito de Nísia que lhe foi dado pelo Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, em *Mulheres Farroupilhas*. Trata-se de *Fany ou O Modelo das Donzelas*, originalmente publicado em 1847.

1938 – Reedição de *A Lágrima de um Caeté* pela Revista das Federações das Academias de Letras, com estudo crítico de Modesto de Abreu.

1941 – Adauto da Câmara publica *História de Nísia Floresta*, no Rio de Janeiro, através de Pongetti Editores, resultado de uma pesquisa em arquivos e bibliotecas sobre a autora. Este trabalho, apesar das lacunas relativas à vida e à obra, teve sua edição esgotada e tornou-se importante fonte de consulta sobre a escritora norte-rio-grandense.

1948 – O Decreto-lei número 146, de 23 de dezembro, muda o nome de Papari para "Nísia Floresta", em homenagem à filha ilustre. E o Marechal Rondon, positivista, dá o nome de Nísia Floresta a um posto indígena de Pernambuco.

1950 – Em fevereiro, o jornalista Orlando Ribeiro Dantas, fundador do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, vai à França tentar encontrar o túmulo de Nísia. Após algumas semanas de investigação, localiza-o em Bonsecours, arredores de Rouen.

1953 – Através da lei número 1892, de 23 de junho de 1953, o governo brasileiro fica autorizado a fazer a trasladação de seus restos mortais para o Brasil. O encarregado da transferência é o *Centro Norte-Riograndense* através do seu presidente Dr. Marciano Alves Freire, pela portaria n. 497, de 22 de julho, do Ministro da Educação.

1954 – Dr. Marciano Freire vai a Rouen acompanhar o traslado dos despojos da escritora que saem de Marselha pelo navio Loide-Brasil em 9 de agosto, e chegam finalmente no dia 5 de setembro em Recife.

1954 – Em 11 de setembro, os jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte registram a chegada dos despojos da escritora em Natal. Há homenagens da Base Naval, bandas de música e exposição do caixão perante a população e autoridades locais. O Departamento dos Correios e Telégrafos lança um selo comemorativo do retorno de Nísia Floresta ao Brasil.

1954 – Em 12 de setembro, os restos mortais chegam a Papari que, aliás, já se chamava Nísia Floresta. Desde então, Nísia repousa no mausoléu construído em sua homenagem, próximo do local da antiga residência do sítio Floresta.

Nísia Floresta e seu projeto intelectual

> Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência.
>
> *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, 1832.

> Quantas somas de dinheiro, quantas vidas sacrificadas para sustentar o que chamam a *honra da nação*, enquanto a educação dos povos, base principal do grande edifício social e da felicidade pública e particular, fica de lado como coisa secundária!
>
> *Opúsculo humanitário,* 1853.

Quando observamos o percurso realizado pelas mulheres na conquista de seus direitos mais elementares, como o de ser alfabetizada, de poder frequentar escolas, ou simplesmente de ser considerada dotada de inteligência, verificamos o quanto este percurso foi penoso. Em parte é possível vislumbrar tal caminhada por meio das trilhas deixadas por algumas escritoras em seus textos, conscientes de que faziam parte de uma reduzida elite de mulheres letradas, e de que a educação era importante para a valorização social do gênero feminino. Dentre as que participaram desse debate, ao longo do século XIX, está a norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta, autora de importantes títulos sobre a mulher, professora e fundadora de colégios para meninas. Nísia de fato muito contribuiu para o avanço da educação feminina em nosso país.

O pseudônimo Nísia pertenceu à norte-rio-grandense Dionísia Gonçalves Pinto, nascida em Papari (RN), em 1810. Após residir em diversos Estados brasileiros, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, Dionísia – ou somente Nísia – mudou-se para o Velho Mundo. Na Europa, durante alguns anos, ela viajou por diversos países, como Portugal, Inglaterra, Alemanha, Grécia e Itália, até fixar-se na França e morrer, em 1885, nos arredores de Rouen. Em 1954, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte providenciou o traslado de seus despojos e construiu um mausoléu na cidade em que ela nasceu, e que hoje leva seu nome.

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito, e em que o ditado popular dizia que "o melhor livro é a almofada e o bastidor" – com foro de verdade para muitos –, Nísia Floresta já dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

Nísia deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. E foram muitas as colaborações que a cada dia surgiam sob a forma de crônicas, contos, poesias e ensaios. Aliás, esse é um traço da modernidade de Nísia Floresta: sua constante presença na imprensa nacional desde 1830, sempre comentando as questões mais polêmicas da época. Se lembramos que apenas em 1816 a imprensa chegou ao país, mais se destaca o papel pioneiro que esta brasileira desempenhou no cenário nacional.

Observando o conjunto da obra desta autora – quinze títulos, publicados em português, francês, inglês e italiano – percebe-se o diálogo que os textos realizam entre si, como se fossem peças complementares de um mesmo plano de ação. O propósito de formar e modificar consciências perpassa quase todos os livros, que se unem em torno de um projeto coerente e consciente de alterar o quadro ideológico social.[1]

Em 1832, por exemplo, ao escrever *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, foi dado o primeiro passo nesta trajetória, ou plantada a primeira semente que germinará em diversos outros escritos. Neste livro – que

[1] Uma versão ampliada deste texto encontra-se no livro *Nísia Floresta: vida e obra* (Natal: UFRN, 1995).

chamou de tradução livre de *Vindications of the rights of woman,* de Mary Wollstonecraft, ela trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, e exige que as mulheres sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade. Nísia relaciona os preconceitos mais divulgados contra o sexo feminino, identifica suas origens na dominação portuguesa, e ainda desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina. Se lembramos que nesse tempo a grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos, sem qualquer direito que não fosse o de ceder e aquiescer sempre à vontade masculina, mais surpreendente se torna sua iniciativa. A autora foi uma honrosa exceção em meio à massa de mulheres submissas, analfabetas e anônimas, e por isso costuma ser lembrada como a precursora do feminismo no Brasil, e na América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com estas intenções. Nísia questiona, no livro, o porquê de não haver mulheres ocupando cargos de comando, tais como de general, almirante, ministro de estado e outras chefias. Ou ainda, por que não estão elas nas cátedras universitárias, exercendo a medicina, a magistratura ou a advocacia, uma vez que têm a mesma capacidade que os homens. Como se vê, ela vai fundo em suas intenções de acender o debate e de abalar as eternas verdades de nossas elites patriarcais.

Em outros trabalhos também ela será pioneira, como quando trata do índio brasileiro. No poema intitulado *A lágrima de um Caeté*, de 1849, além do posicionamento da autora a respeito do indígena, temos a lusofobia, o elogio da natureza e a exaltação de valores indígenas. A novidade do poema é que ele contém não a visão do índio-herói que luta, presente na maioria dos textos indianistas conhecidos, e sim, o ponto-de-vista do índio vencido e inconformado com a opressão do branco invasor.

Outra narrativa importante é "Páginas de uma vida obscura", que circulou como folhetim no jornal *O Brasil Ilustrado*, no ano de 1855. Trata-se da história de um escravo trazido da África ainda criança, de seus atos de heroísmo e da dedicação ao trabalho até a morte. Pode-se perceber no texto as primeiras manifestações do pensamento de Nísia Floresta no que diz respeito ao sistema escravocrata. Ela enaltece as qualidades do homem negro, defende com ênfase um tratamento humanitário por parte dos senhores de escravos, e se revela sinceramente condoída com o sofrimento

do outro. Alguns anos mais tarde, por volta de 1870, a autora vai defender apaixonadamente a abolição.

No mesmo ano da publicação de *A lágrima de um Caeté*, Nísia Floresta embarcou para a Europa, e durante alguns anos viajou pela Itália, Portugal, Alemanha, Bélgica, Grécia, França e Inglaterra, relacionando-se com grandes escritores da época, como Alexandre Herculano, Alexandre Dumas (pai), Lamartine, Duvernoy, Victor Hugo, George Sand, Manzoni, Azeglio e Auguste Comte. Em Florença, ela frequentou cursos de Botânica ministrados por Parlatore, antigo colaborador de Humboldt; em Paris, no Collége de France e no Musée d'Histoire Naturale. Consta ainda que ela teria assistido às palestras de Comte sobre Filosofia Positiva, no Palais Cardinal, em Paris, 1851.

Das viagens pela Europa resultaram alguns livros que, bem ao gosto da época, contêm impressões dos lugares que iam sendo conhecidos. Mas Nísia Floresta não realiza simples relatos de viagem, pois descreve com riqueza de detalhes as cidades, igrejas, museus, parques, bibliotecas e monumentos, detendo-se nos tipos humanos, e comentando tudo com sensibilidade e erudição. *Itinerário de uma viagem à Alemanha* (1857) e *Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia* (em dois volumes, 1864 e 1872) são os títulos desses livros escritos e publicados em língua francesa, que apenas recentemente ganharam versões em português. Este último contém anotações do ano anterior à unificação italiana, a descrição da luta, dos sentimentos populares, do clima revolucionário; ele nos revela a admiração da autora pelos líderes Garibaldi e Azeglio, com quem se correspondeu durante algum tempo.

Outro trabalho dos mais importantes é *Cintilações de uma alma brasileira*, publicado em Florença, no ano de 1859. Este livro contém cinco ensaios que tratam da educação dos jovens, da mulher europeia, e das saudades de seu país após tanto tempo ausente. Em um deles, por exemplo, intitulado *A mulher*, ela trata da francesa de meados do século XIX, que critica pelo comportamento superficial e mundano (mais adiante voltaremos a este texto). Em outro ensaio, *O Brasil*, ela resume a história da nação brasileira e fala das riquezas econômicas e dos escritores mais conhecidos. Sua intenção era, além de fazer propaganda da pátria no estrangeiro, desfazer

os preconceitos e mentiras que predominavam na Europa acerca do Brasil. Mesmo residindo no exterior, Nísia Floresta Brasileira Augusta trabalhou pela divulgação de seu país e revelou – até mesmo em seu nome – o orgulho que sentia de sua pátria.

Mas é precisamente a questão da educação o tema que mais encontramos ao longo da produção intelectual de Nísia Floresta, veiculada tanto em discursos e novelas, como em ensaios e colaborações jornalísticas – a utopia feminista moveu inúmeras mulheres no século XIX, na Europa e nas Américas. A educação como a condição primeira e fundamental para a libertação da mulher, a situação de opressão e de submissão em que as mulheres se encontravam também parecem ter contaminado a obra de Nísia Floresta. Dada a variedade e extensão desta obra, as abordagens são também diversas. Por isso há textos mais veementes, com nítidas tonalidades panfletárias, e outros que expressam um tom afetuoso de mãe para com a filha, ou de professora zelosa para com as alunas.

O *Opúsculo humanitário* é um exemplo do primeiro tipo. Publicado em 1853, o livro traz a síntese das críticas que a autora fez à educação de seu tempo, suas propostas de mudança e seus principais argumentos na defesa de suas ideias. Também *A mulher*, de 1857, identifica-se com o tom utilizado no *Opúsculo humanitário*, devido às denúncias e críticas que faz à educação então destinada ao sexo feminino. No segundo tipo – de tom meigo e persuasivo, que fala diretamente à mocidade –, incluem-se os seguintes textos: *Conselhos à minha filha*, de 1842; o *Discurso às educandas do Colégio Augusto*, de 1847; *Daciz ou a jovem completa* e *Fany ou o modelo das donzelas*, novelas publicadas em 1847; e "O abismo sob as flores da civilização", de 1856.

As ideias que Nísia Floresta expressou nestas obras fundamentaram seu exercício do magistério, a que se dedicou desde jovem, em Recife e em Porto Alegre, e também a proposta filosófica e educacional do colégio que manteve no Rio de Janeiro de 1838 a 1855, com o nome de *Colégio Augusto*. Nessa época, é bom lembrar, a grande maioria das escolas era dirigida por mulheres estrangeiras, como Mrs. Wilfords, Mme. Louise Halbout, Mme. Mallet, a Baronesa de Geslin, Mrs. Hitchings, Mme. Lacombe, Mme. Carolina Hoffmann e Mme. Tanière. Nísia foi, com certeza, uma das

primeiras brasileiras a ter um colégio no país. No *Jornal do Comércio* de 31 de janeiro de 1838, foi estampado o seguinte anúncio do novo estabelecimento de ensino:

> D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 15 de fevereiro próximo, na rua Direita n. 163, um colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverão (*sic*) igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebem-se alunas internas e externas. A diretora, que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e aplicação no desempenho dos seus deveres, aguardando ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com a sua confiança, pelos prontos progressos de suas filhas, que ela não é indigna da árdua tarefa que sobre si toma. (...)

A Rua Direita – hoje Primeiro de Março – foi apenas o primeiro endereço do Colégio Augusto, cujo nome revela a homenagem feita ao companheiro desaparecido. Mais tarde o colégio foi transferido para a Rua D. Manuel, n. 20, com entrada pela Travessa do Paço, n. 23, bem em frente ao Palácio da Justiça. Vieira Fazenda, nas *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*, registra a presença do estabelecimento na cidade e faz comentários sobre sua proprietária, quando enumera os moradores mais distintos da famosa ruela.

> No prédio de dois andares, n. 23, lado ímpar, esquina com a rua do Cotovelo, funcionou por muito tempo importante colégio de meninas. Era dele diretora d. Nísia Floresta Brasileira Augusta (...). Literata de valor, poetisa, infatigável polemista e erudita publicista, no Brasil e em Portugal, exerceu com grande proficiência o magistério. Colaborou essa ilustre compatriota no *Jornal do Comércio*, no *Mercantil* e no *Diário do Rio*, bem como em várias revistas do tempo. Conhecia diversas línguas e escrevia o francês com graça e facilidade.[2]

Esta escola, segundo depoimento de todos os que sobre ela escreveram, trouxe avanços consideráveis para a educação de seu tempo. E, entre as inovações aí reconhecidas, costumam ser lembradas o ensino do

[2] Cf. FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro. Tomo 93, vol. 147, p. 77-8.

latim, do francês, do italiano e do inglês, bem como respectivas gramáticas e literaturas; o estudo da Geografia e da História do país; a prática da Educação Física; e a limitação do número de alunas por turma como forma de garantir a qualidade do ensino.

Tais questões consistiam realmente em novidades porque os demais colégios femininos enfatizavam o desenvolvimento de prendas domésticas e se limitavam a um ensino superficial da língua materna e a noções rudimentares das quatro operações. A valorização da 'educação da agulha' em detrimento da instrução era um fato tão aceito como sendo o mais correto, que não faltou quem criticasse o colégio de Nísia Floresta por incluir disciplinas consideradas supérfluas para a formação das femininas. Um dos críticos, por exemplo, no jornal *O Mercantil*, de 2 de janeiro de 1847, fez o seguinte comentário acerca dos exames finais em que várias alunas haviam sido premiadas com distinção: "trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos."

Houve, inclusive, uma campanha anônima de difamação contra Nísia Floresta através dos jornais, a qual procurava atingir o caráter moral e pessoal da diretora (ela havia se casado duas vezes). Críticas contra os *excessos* do Colégio Augusto se estenderam ainda alguns anos. Mas, é bom observar, as críticas nunca se referiam à capacidade intelectual ou administrativa da escritora. Em 17 de janeiro de 1847, por exemplo, um jornalista ironiza as disciplinas que o Colégio Augusto oferecia às meninas, nestes termos: "Ensina-lhes latim. E por que não grego ou hebraico? Pobre diretora!" Para o comentarista, e muitos outros de seu tempo, o adágio popular – "Desconfie da mula que faz *him* e da mulher que sabe latim" – continha foros de verdade incontestável.

Para melhor situar a autora no contexto educacional de seu tempo e compreender a extensão do seu pioneirismo, faz-se necessário lembrar aspectos da política governamental e as prioridades então estabelecidas para a educação. É bom lembrar, por exemplo, que durante o período colonial não havia quase escolas no Brasil. Apenas os conventos e seminários se ocupavam em fornecer uma instrução àqueles que os procurassem, mas seu número era insuficiente para alterar substancialmente a costumeira indigência cultural.

Se aos homens ministrava-se um ensino mais consistente, repito, às mulheres bastavam os trabalhos manuais, pois o androcentrismo da família patriarcal se encarregava de excluí-las dos menores privilégios e reservava aos homens os benefícios que a cultura pudesse trazer. Com a vinda da Corte, a situação começa aos poucos a mudar. Os novos ventos trouxeram educadoras portuguesas e francesas para as meninas das famílias mais abastadas, e lentamente foi deixando de ser uma 'heresia social' o ato de se instruir e ilustrar alguém do sexo feminino.

Todos pareciam concordar – ainda que com interesses diversos – que o século XIX representava para a sociedade burguesa o auge da civilização, e não era mais possível admitir que metade da população estivesse numa situação de inferioridade tão gritante, diante da outra que detinha todos os privilégios e poderes. Aos poucos criava-se um quase consenso (perceptível nas opiniões veiculadas nos jornais) em torno da ideia de que uma sociedade não evolui se não cuidar também da educação feminina, e não habilitar a mulher para participar, junto com o homem, dos progressos da técnica e das ciências. Aliás, a estreita relação entre o cuidado com a educação feminina e o adiantamento de uma nação foi precisamente a grande tese que Nísia defendeu no *Opúsculo humanitário*, em consonância com o pensamento filosófico e utópico mais avançado de seu tempo. O progresso social de uma nação depende do grau de emancipação feminina e do lugar reservado às mulheres na sociedade. Era o novo lema e urgia defendê-lo.

Por tudo isso a educação passou a ser considerada, principalmente na segunda metade do século, como o primeiro passo a ser dado para se tirarem as mulheres do estado de inferioridade em que a ignorância as havia colocado. As propostas liberais que circulavam em nossos meios políticos fizeram com que, após a Independência, os primeiros legisladores do Império estabelecessem o ensino primário, gratuito e extensivo aos dois sexos, como sendo uma responsabilidade do Estado. Mas as dimensões do país, as distâncias e o descompasso entre as províncias contribuíram para dificultar a implantação da proposta e motivaram a criação do *Ato Adicional de 1834*, que delegava a cada província a responsabilidade com o ensino primário e secundário, ficando a União responsável pelo superior. É voz corrente entre os historiadores da educação brasileira a opinião de que tal medida foi decisiva

para a desarticulação do ensino de primeiras letras no país, antes mesmo que este ensino estivesse realmente assimilado pela sociedade.

Desde o início a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica, calcada na religião e na moral, necessária para estimular a dignidade e preparar a futura mulher para assumir suas funções de mãe e de esposa junto à família. Tal projeto ficava bem distante, portanto, de um projeto de formação intelectualizada, reservada ao segmento masculino da população. A elas bastava o ensino primário e o desenvolvimento das habilidades manuais. Os cursos secundário e superior lhes eram vedados. E bem poucos foram os colégios – ainda assim a partir das décadas de 1860 e 1870 – que se aventuraram a oferecer cursos de instrução em nível secundário para meninas. O número das interessadas era tão pequeno que logo eles eram obrigados a reformular os cursos ou mesmo a fechar suas portas. As jovens de posses continuavam recebendo educação nas próprias casas através das preceptoras ou sob a orientação dos pais. Enquanto isso, as demais, ainda que houvesse a possibilidade de estudar numa escola pública, raramente o faziam; permaneciam em suas casas, em pleno meado do século XIX, condenadas à mesma sorte de suas antepassadas.

Por tudo isso, a bandeira de luta pela educação das mulheres foi fortemente abraçada por aquelas que conseguiram romper o preconceito e se destacavam, como era o caso de Nísia Floresta. De um lado, estavam as mulheres mais conscientes de que pretendiam, solidariamente, estender às companheiras as benesses da instrução e do conhecimento de si mesmas, até como forma de ajudá-las a ver com novos olhos o mundo em que viviam. De outro, estavam os homens – aí incluindo filósofos, moralistas, jornalistas, políticos e até médicos – que também pareciam envolvidos na mesma bandeira e imbuídos da necessidade urgente de dar às mulheres uma condição *mais digna* na sociedade.

O que vai ocorrer, então, é que os ideólogos do patriarcalismo, com a competência que lhes é familiar, terminam por se apossar das palavras de ordem feminina e por determinar, segundo seus interesses, os novos comportamentos da mulher, seus direitos e deveres. O redimensionamento do papel da mulher consistirá, basicamente, na supervalorização das figuras da esposa e da mãe alçadas à categoria de 'santas', uma vez que lhes cabe

a 'divina' missão de serem as guardiãs privilegiadas da família. A mulher quando menina (e filha) só parece importar por ser este o momento em que assimila o *novo* comportamento e se prepara para assumir as funções que lhe competem de esposa e de mãe. Aparentemente, o poder da autoridade paterna parecia diminuir na mesma proporção que a mãe aumentava seu espaço de poder. Mas no fundo, continuava cabendo ao pai a última palavra, ao pai que era – diga-se – o único mantenedor da família. Ela, a 'rainha do lar'; ele, o cabeça, o chefe, o juiz.

E foram muitos os ideólogos que se projetaram e tiveram seus discursos repetidos *ad infinitum.* Jean Jacques Rousseau foi um deles. Aliás, um dos principais. Seus escritos de 1759 e de 1762 – *Émile* e *La nouvelle Hèloise* –, definidores do papel 'natural' da mulher (boa mãe, servir e agradar ao homem), são sempre retomados e contribuem decisivamente na formulação dos novos preceitos. Outro, Jules Michelet, obtém ampla aceitação entre os homens, particularmente entre as mulheres, com *La femme*, de 1859. Neste livro, sob a forma de conselhos, o autor elabora com clareza o discurso ideológico dominante recomendando aos noivos e maridos como deviam tratar suas mulheres, e como elas deviam agir e o que esperar de seus homens. Michelet fixa uma imagem de mulher/esposa dócil, meiga, frágil, dependente, que se converterá quase na imagem ideal de mulher que todos passariam a desejar. Segundo ele, esposa deveria assim expressar-se para o marido: "Meu amigo, eu não sou forte. Para pouco sirvo, apenas para amar-te e zelar por ti. Não tenho teus braços musculosos, e se fixo muito tempo a atenção em uma coisa complicada, o sangue aflue-me à cabeça, o cérebro lateja-me. Não sei inventar. Não tenho iniciativa" (MICHELET: 1925, 14).

Foi dito que cada segmento masculino de certa forma defendia seus interesses quando, aparentemente, parecia defender a mulher da ignorância. Tanto é assim que pode-se entrever, para além de seus discursos, ou os interesses do capitalismo em reorganizar as relações de classe e de sexo, ou a imposição da nova ordem higiênica, ou o assentamento ideológico da família burguesa, ou, ainda, e, simplesmente, o interesse dos misóginos em manter as mulheres afastadas de seu campo de atuação. As preocupações com a mortalidade infantil, o crescimento populacional e com a necessidade de se levar um pouco de instrução a todos os membros da sociedade terminou por

significar, na prática, uma falsa 'elevação' da mulher e a atribuição, a ela, de novos deveres e responsabilidades. Assim, apesar de parecerem tão diferentes os objetivos e propósitos de cada grupo, por eles perpassava um interesse comum que terminou por levar à mesma solução.

As expectativas femininas de acesso à instrução são atendidas, portanto, através do novo estatuto que lhes trazia louvações, considerando a mulher como a única responsável pela família e capaz de operar a 'regeneração social'. Tanto as mulheres burguesas aceitaram o prestígio implícito no título de *mãe*, que muitas veicularam em seus escritos a normatização do *novo* papel, contribuindo para sua consolidação e para fechar um novo círculo em torno das mulheres. A esta *nova* mãe de família cabia zelar pela paz doméstica, pela sobrevivência dos filhos, pela vigilância da moralidade e, até, pela educação dos filhos. Por isso, no *Livro das noivas* (1891) – espécie de contrapartida feminina dos conselhos de Michelet –, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) dirige-se às leitoras conclamando-as a preencherem as funções que lhes cabiam. Afinal, segundo ela, "A felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. É a nós, como mães, que a pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral" (ALMEIDA: 1926).

No momento em que as escritoras apregoam as diferenças ditas 'naturais' entre os dois sexos, elas permitem que se aprovem medidas que, ao invés de proporcionar à mulher condições de superar as desvantagens advindas do fato de ter sido um dia colocada em segundo plano, servem antes para consagrar estas mesmas desvantagens. Na segunda metade do século XIX não havia mais dúvidas quanto à necessidade de se educar e instruir a mulher até para que ela pudesse desempenhar a contento estes encargos. Era preciso, apenas, torná-la consciente de suas responsabilidades e, sobretudo, plenamente realizada e esquecida de que poderia pretender um pouco mais. Dentro deste raciocínio, as mulheres deviam estudar não por elas próprias, mas para que melhor exercessem seus papéis previamente estipulados. Isto é, servir a outros. Apenas mais tarde, nas décadas de 1880 e 1890, outras vozes femininas, como as de Josefina Álvares de Azevedo, Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Presciliana Duarte de Almeida se farão ouvir exigindo novos direitos – os políticos e os jurídicos – para as mulheres

Mas voltemos a 1840, quando começaram a proliferar, principalmente nos grandes centros brasileiros, colégios particulares, tanto para meninos como para meninas, em sua maioria, dirigidos por estrangeiros. A exigência da Igreja de que só professoras poderiam ensinar às meninas terminou por abrir uma oportunidade profissional à mulher, ao mesmo tempo em que permitia o início de mais uma forma de exploração. Senão, vejamos: como não havia professoras realmente habilitadas para o magistério, as que ensinavam sabiam pouco e ignoravam qualquer metodologia, repetindo, provavelmente, o sistema lancasteriano, em que cada uma transmitia o pouco que sabia.

E como eram mal preparadas e só ensinavam no curso primário, recebiam remuneração inferior à dos seus colegas do sexo masculino, embora exercessem a mesma função. Em Pernambuco, por exemplo, em 1855, os professores do primário recebiam 600$ de ordenado e 200$ de gratificação no 1º grau, e 700$ de ordenado e 200$ de gratificação no 2º grau. No caso das professoras, a lei dispunha: "As professoras terão *menos 100$ de ordenado* em cada um dos graus". Como o texto da lei não menciona a gratificação, fica a nítida impressão de que elas não a recebessem. (MOACYR: 1939, 499). A intenção, como observa Heleieth Saffioti, não era exatamente promover a profissionalização da mulher, mas "preservar os princípios da moral tradicional contrários não só à coeducação como também ao ensino de meninas por elementos masculinos".

As primeiras Escolas Normais do país (de Niterói, em 1835; de Minas Gerais, em 1840; da Bahia, em 1841, e de São Paulo, em 1846), até quase o final deste século, atendiam apenas à formação dos professores do sexo masculino e eram, na verdade, pouco mais que uma complementação ao primário. Não possuíam equivalência com o secundário e limitavam-se a reproduzir os conteúdos do ensino elementar, com uma pequena iniciação pedagógica. Enfim, tratava-se apenas de um curso primário 'superior'. Como as professoras estavam impedidas por lei de frequentar tal curso, se queriam saber um pouco mais deveriam contar com as poucas instituições femininas que podiam lhes oferecer uma habilitação ao magistério primário, tal como o *Seminário de Nossa Senhora da Glória*, de São Paulo, que ensinava a meninas sem recursos.

Somente na década de 1870 as Escolas Normais passaram a aceitar matrículas das moças, sendo que a Escola Normal da Corte, criada no Colégio Pedro II, apenas lhes ofereceu cursos profissionalizantes em 1880. Por tudo isso, é compreensível que os relatórios oficiais trouxessem sempre comentários e críticas relativas à incompetência das professoras e à falta de condições materiais de funcionamento das escolas. Em seus escritos sobre a educação, Nísia Floresta trata também dessas questões, revelando não apenas sua visão ampla e consciente acerca do problema educacional, como o empenho em contribuir para alterar tal quadro de modo que as mulheres de seu tempo pudessem ter acesso à instrução e à educação.

Os escritos de Nísia são examinados nesta coletânea a partir da peculiaridade que apresentam como textos que se situam entre a ficção didática e o doutrinarismo, misturando gêneros diversos: ensaio, novela, crônica, por exemplos. Em alguns, a forma ensaística prevalece, caso em que se encontra o *Opúsculo humanitário*, que, desde o título, parece recuperar um fio militante e panfletário que era comum aos *opúsculos* – uma publicação intermediária entre o livro e o jornal. Parte dos documentos de ordem política de então conservaram-se sob esta forma, principalmente os de sentido panfletário.

Em outros escritos, ao lado de questões teóricas acerca da educação, como *Conselhos à minha filha* e o *Discurso às educandas*, encontram-se também elementos da vida pessoal de Nísia Floresta, os quais dão aos textos um certo *ar* de autobiografia. Outros ainda partem de um projeto de crônica, esbarram no panfletarismo e no relato biográfico e terminam como uma narrativa que só em parte é ficção, tal a força do seu didatismo. Entre estes, estão *O abismo sob as flores da civilização*, *Um passeio no Jardim de Luxemburgo*, e *A mulher*. Temos ainda, um tipo de narrativa que a princípio é intencionalmente ficcional, mas que resvala, ao final de algumas páginas, na demonstração *prática* de teorias, o que empobrece em muito o texto, caso de *Fany ou O modelo das donzelas*. Vejamos como tais características aparecem em cada texto, e quais os resultados dos procedimentos adotados.

Por um novo humanismo

O *Opúsculo humanitário* consiste numa coletânea de 62 capítulos (ou artigos) que foram publicados, parcial e anonimamente, no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1853, mesmo ano de sua publicação; e, depois, com o livro já circulando, em *O Liberal*, de julho de 1853 a maio de 1854. Como tais jornais eram respeitáveis e pertenciam à "grande imprensa" da época, tal fato torna-se ainda mais significativo, considerando o alcance da imprensa nos meios letrados ou o quanto de prestígio era necessário para se manter uma determinada matéria durante tanto tempo em evidência nos meios de comunicação. Por esta e por outras colaborações, Nísia Floresta devia ser também considerada como uma das primeiras mulheres no Brasil a se utilizar da imprensa para a divulgação do ideario feminista, entendendo-se aqui por "feminismo" toda ação consciente empreendida na defesa do sexo feminino.

Como já foi dito, em *Opúsculo humanitário* encontra-se a síntese do pensamento de Nísia Floresta sobre a educação formal e informal de meninas. Pode-se também perceber através dele a grande erudição da autora, suas leituras, a experiência no magistério e na direção do Colégio Augusto ou, ainda, os conhecimentos obtidos na viagem que havia feito a países europeus durante os anos de 1849 e 1851. Neste livro, a autora recupera boa parte da história da condição feminina em diversas civilizações através dos séculos, da antiguidade clássica ao seu tempo, relacionando tal história ao desenvolvimento intelectual e material do país (ou o seu atraso) e ao lugar ocupado pelas mulheres na sociedade. Por fim, *Opúsculo humanitário* trata do Brasil, da mulher brasileira, das escolas para meninas. Aliás, este parece ser o motivo mesmo de toda a reflexão. Nísia Floresta defende aí a tese de que o progresso de uma sociedade depende da educação que é oferecida à mulher, e que só a educação moral e religiosa incutida desde cedo na menina fariam dela melhor esposa e melhor mãe.

Apesar da divulgação que este livro teve nos meios jornalísticos, não são muitos os registros encontrados a respeito de sua recepção junto ao grande público. Alguns estudiosos de Nísia referem-se a notas publicadas nos jornais, nas seções "A Pedido", contendo críticas ou endosso às suas ideias. Também mencionam comentários que Machado de Assis e Alexandre Herculano teriam feito sobre o livro. Há que se acrescentar à recepção crítica, o texto assinado por Luis Filipe Leite para o jornal *Ilustração Luso-brasileira*, de Lisboa, em 1856. O autor dedicou ao *Opúsculo humanitário* um longo ensaio, com muitos elogios à autora, com a qual afirma concordar por diversas vezes. O que mais lhe agradou no livro parece ter sido justamente o fato de aí se propor, através da educação, apenas uma maior habilitação das mulheres para o desempenho de seu papel social; não há, portanto, por parte da autora, segundo ele, maiores voos, ou muito menos uma concorrência intelectual com os homens. Afirma o crítico: "A autora não quebra lanças pela emancipação da mulher, mas conhece com lástima que não é a mulher ainda o que devia ser; a primeira educadora de seus filhos, a mais útil amiga do homem. Não se detém em vagas acusações contra os governos, no que dá mais um documento de bom senso" (LEITE: 1860, 20).

Se Nísia Floresta defendesse uma educação que permitisse maiores conquistas para as mulheres, certamente não teria obtido a concordância do crítico e bem outra poderia ter sido sua reação. Mas como a autora mantém seu pensamento dentro do 'bom senso' desejado, isto é, como não propõe alterações substanciais no *status quo* feminino, merece elogios. Os poucos defeitos apontados referem-se ao estilo simples, destituído de 'galas', às divagações motivadas (ele reconhece) por sua erudição, e ao título do livro, que revelaria muito pouco da questão abordada.

O crítico português parece desconhecer que o texto foi feito para ser publicado em série, através da imprensa, o que necessariamente devia influir na escolha de linguagem mais objetiva e menos elaborada. Também parece se aliar aos que não aceitam ler 'verdades' sem um rebuscamento retórico. Parece, pois, não se dar conta do tom de urgência que perpassa o texto e da angústia autoral quando denuncia o estado calamitoso da educação no país. Sim, porque o tom comedido da autora existe apenas quando se refere aos propósitos da educação; no mais, adquire grande

veemência, como nas contundentes críticas que faz aos que considerava responsáveis pela situação. Para melhor acompanharmos o pensamento da autora nos sessenta e dois capítulos que compõem o *Opúsculo humanitário*, destaco aí quatro blocos. São eles:

Do I ao V capítulo, a autora percorre as civilizações antigas e modernas comentando o lugar ocupado pelo sexo feminino, considerado o 'barômetro' que indicaria o estágio de civilização de cada sociedade. Assim, traça um amplo panorama da condição feminina desde a Ásia ("berço do gênero humano e da filosofia, onde ela [a mulher] era apenas a mais submissa escrava"); passa pelo Egito e pela África (onde apenas a beleza física era valorizada); até a Itália, a Grécia, os bárbaros do norte e os selvagens da América e da Oceania. Tece comentários acerca do regime feudal, do Tribunal do Santo Ofício e dos cruzados medievais. Considerando que apenas a mulher educada na religião pode influir positivamente sobre a sociedade, e que o que lhe importa é a moralidade dos povos, a autora termina por não destacar o papel da mulher na Grécia. O paganismo aí dominante teria impedido que sua inteligência se voltasse para a "mais nobre missão" (FLORESTA: 1989b, 8).

Do VI ao XVI capítulos, a autora detém-se na análise da história contemporânea, examinando o caso da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos. As "três grandes nações da Europa moderna" recebem os mais entusiásticos elogios, principalmente a primeira, que teria dado à mulher "privilégios reais" e "sólida educação". Segundo ela, Alemanha podia ser considerado "o país por excelência nos respeitos tributados à mulher". Lá, estariam as "melhores esposas e melhores mães, pensadoras mais profundas, mulheres mais completamente educadas do que o são em geral as mulheres do Sul". A Grã-Bretanha, por educar a mulher "nos severos princípios de uma sã e esclarecida moral", torna-a "consciente de sua própria dignidade" e da "importância do cumprimento de seus deveres". Se a Inglaterra é "o modelo da religião, do comércio e da liberdade", suas mulheres "o são das virtudes domésticas e da nobre altivez do seu sexo". Já a mulher francesa é apresentada com restrições, devido ao "espírito de galanteio" que dominaria o país.

Mas apesar do apreço que demonstra ter por estas nações, Nísia Floresta observa que ainda faltava muito para que elas alcançassem o aperfeiçoamento desejado na área da educação, sem no entanto especificar

em que exatamente este nível de aperfeiçoamento consistiria. As Madames de Sevigné, de Maintenon, de Genlis e de Campan são citadas como para provar que a educação moral deve ser a base de toda a instrução da mulher, a fim de que ela não se desvie da "senda das virtudes". À América do Norte refere-se como a "poderosa rainha que se apresenta por último no palco da educação", que confessa só conhecer através de informações. O país que possui mais escolas primárias e secundárias, sociedades científicas e literárias, permite à mulher ocupar o verdadeiro lugar na ordem social: "é sempre amiga do marido, algumas vezes seu conselheiro".

No capítulo XVII e até o XXXIX, a autora, finalmente, trata da questão da educação no Brasil. Atribui à colonização portuguesa as causas determinantes do nosso atraso cultural, enumera os preconceitos herdados da metrópole e conclama os brasileiros a agirem de modo a reverter o quadro educacional.

> Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (FLORESTA: 1989b, 43)

O desejo de ver seu país ao lado das nações mais progressistas levava Nísia Floresta a desenvolver o tema da necessidade de educação, a provocar o debate entre os contemporâneos e a cobrar alguma coerência entre os projetos governamentais e seu alinhamento aos ideais liberais. Se a educação das meninas era uma bandeira liberal, urgia que o país assumisse o projeto.

É interessante observar como Nísia Floresta demonstra neste livro seu amor à pátria. Ao invés de enaltecer-lhe os potenciais, as belezas naturais, suas riquezas à flor do solo, como então determinava o ufanismo nacional, a autora mostra o outro lado da moeda ao apontar as falhas e os defeitos de sua civilização: o atraso cultural, a indiferença dos governantes, o caos educacional. Mais adiante, neste mesmo livro, ela faz uma verdadeira declaração de amor à terra, justificando o 'Brasileira' que trazia anexado ao seu pseudônimo: "Amamos com religioso entusiasmo a nossa pátria, isto é, toda a vasta terra de Santa Cruz. Em qualquer ponto dela consideramo-nos em nossa pátria, e os povos aí nascidos, nossos conterrâneos e irmãos" (FLORESTA: 1989b, 130).

Este sentimento profundo de nacionalidade faz com que ela considere, também, todos os nacionais – homens e mulheres, ricos ou pobres – merecedores de iguais direitos aos "bens distribuídos pelo governo", tais como a educação e a instrução. É com este espírito que passa, então, a descrever nosso quadro educacional: as escolas parecendo casas penitenciárias, pessoas sem idoneidade ou capacidade comprovada a fundarem escolas, a ausência de qualquer fiscalização por parte do governo.

> Não nos embala a vã pretensão de operar uma reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigar herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a História apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho.
>
> A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela assumirá a posição que lhe compete nos pode somente consolar de sua sorte presente. (FLORESTA: 1989b, 45)

Enquanto no *Direitos das mulheres* a autora rejeitava a ideia de uma revolução radical nos costumes, no *Opúsculo humanitário* é diferente: ela expressa o desejo de uma completa transformação no sistema educacional. Chega inclusive a afirmar que não poderá haver no Basil uma boa educação da mocidade enquanto "o sistema de nossa educação, quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado". Mas a autora tem consciência de que os preconceitos arraigados no espírito do brasileiro eram ainda muitos. E enumera os mais frequentes, tornando alguns capítulos deste livro quase que uma extensão do *Direitos das mulheres...* A fraqueza física, a incapacidade de reflexão e o natural gosto pelo adorno, citados pelos homens, seriam apenas pretextos para que as mulheres fossem mantidas em estado de submissão. Os homens não tinham interesse em educá-las para melhor as dominar, pois, afinal, é ela quem diz: "quanto mais ignorante é um povo mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu ilimitado poder" (FLORESTA: 1989b, 60).

Na crítica às escolas e ao ensino, a autora utiliza dados oficiais do ano de 1852, do *Quadro Demonstrativo do estado da instrução primária e secundária das Províncias do Império e do Município da Corte*, e do Relatório feito à Assembleia Geral por Gonçalves Dias. Assim, ao fazer sua radiografia do ensino nacional, ela destaca os dados relativos às meninas e analisa os documentos oficiais, utilizando-se dessas informações contra o próprio governo. E termina por desmascarar a ineficiência das leis vigentes relativas ao ensino.

> Todavia, apesar deste e outros documentos oficiais, apesar do quanto se tem dito a respeito dos obstáculos que retardam os progressos do nosso ensino público, muitas pessoas recreiam-se aplaudindo a admirável rapidez com que marcha a civilização entre nós. [...]
>
> Quando o mesmo governo confessa, à vista de provas autênticas, *ser por toda parte* do Brasil *pouco lisonjeiro o quadro que apresenta o estado da instrução pública*, devemos nós regozijar-nos da marcha progressiva de nossa civilização? Cometeríamos um grande ato de injustiça se, como aqueles seus apologistas, deslumbrados da perspectiva fosforicamente brilhante das reuniões de nossas capitais – entre as quais tanto sobressaem as desta Corte, foco da civilização brasileira – esquecêssemos as nossas meninas do interior das províncias, condenadas ainda à sorte de suas mães sob o regime colonial. (FLORESTA: 1989b, 84-5)

Os números que divulga são os seguintes: para um total de 55.000 alunos das escolas públicas, apenas 8.443 eram alunas. Em Minas Gerais, onde a instrução estava mais difundida, de 209 escolas, apenas 24 destinavam-se às meninas. A Bahia contava com 184 escolas primárias, sendo 26 femininas; Pernambuco, 82 escolas, sendo 18 para meninas; o Rio de Janeiro possuía 116 escolas, mas só 36 eram para o sexo feminino e, na Corte, a sede do governo imperial, havia nesta época apenas 9 escolas para meninas. Longe de se deixar enganar com tais estatísticas, Nísia lembra que a situação das demais províncias era bem diversa, pois muitas não haviam tomado, até então, qualquer iniciativa no sentido de promoverem a educação das mulheres.

Conhecendo bem essa realidade e, ao mesmo tempo, acreditando pouco no interesse governamental, o que restava a um espírito como o de Nísia Floresta, além de esperar notícias da Câmara, nos jornais diários? Muito pouco, na verdade, apenas clamar energicamente contra a escassez de escolas e incitar os provincianos mais esclarecidos a preencherem as lacunas deixadas pelo governo. E é o que ela faz em várias páginas do seu *Opúsculo humanitário*.

O incentivo a uma ampla divulgação da educação e da instrução junto à sociedade devia-se, repetimos, principalmente ao movimento das ideias liberais entre os intelectuais e da adesão dos homens e mulheres esclarecidos do país. O século XIX convertia-se, assim, no momento decisivo de significativas transformações na vida das mulheres. O acesso feminino à escola se impunha, vencia as resistências e consolidava-se como uma realidade. Nesse momento, era a educação; mais tarde seria o trabalho e a ampliação de direitos políticos.

Finalmente, na última parte do *Opúsculo humanitário* – do capítulo XL ao LXIII – temos o plano de educação para a mulher brasileira concebido por Nísia Floresta. Este parecia ser mesmo o objetivo primeiro do livro. É o momento em que melhor se percebe o jogo de forças e de influências a que a autora estava presa. Por um lado, próxima do pensamento liberal mais progressista; e, por outro, limitada por sua formação religiosa aos ditames conservadores do catolicismo. No primeiro caso, defende a difusão em massa de escolas de primeiras letras para meninas em igual número das que eram criadas para meninos, exige uma fiscalização severa do governo na qualidade do ensino ministrado, protesta pelo impedimento do acesso feminino ao nível secundário de escolarização, denuncia as facilidades concedidas a estrangeiros para abrirem escolas, e ainda lamenta o baixo nível intelectual da maioria das professoras. A autora endossa as modernas teorias higienistas ao defender a necessidade de uma educação física para mulheres e crianças, e aproveita para condenar a reclusão feminina ("costume mourisco de se fecharem as mulheres em casa") que impedia a muitas um "higiênico passeio cotidiano". Os médicos, e não só a urbanização, foram também responsáveis pela retirada da mulher das alcovas, consideradas por eles como locais úmidos e mal ventilados que provocavam fraqueza e doenças. Ao defender uma nova organização doméstica e a valorização feminina na família, o poder médico vai transformar as mulheres em importantes aliadas de seus projetos.

Ainda é preciso lembrar o contato que Nísia Floresta teve com a filosofia positivista, e com Auguste Comte em Paris, que os positivistas orgulhosamente se empenharam em divulgar. Aliás, as únicas cartas de Nísia Floresta que restaram foram precisamente as que ela trocou com Comte, durante os anos de 1856 e 1857, e que testemunham a amizade respeitosa e cordial que um dia existiu entre eles.[3] Mas se buscamos, nos escritos de Nísia Floresta, os testemunhos de sua adesão à filosofia positivista, verificamos que, na verdade, esta foi uma adesão bem limitada, até porque muitas das posições que ela assumiu – como a defesa da abolição, do moralismo, da educação feminina, por exemplo – eram bandeiras que extrapolavam os ditames positivistas e pertenciam também a outras correntes de pensamento – e defendidas por intelectuais importantes, como Saint-Simon, Bazard, Robert Owen e Charles Fourier. Nada mais coerente, portanto, que a autora se identificasse com uma filosofia que vinha ao encontro de seus interesses e enfatizava a supremacia feminina, tal como ela mesma havia feito no livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, na década de 1830.

Assim, ao fazer a *sua* leitura do positivismo e ao destacar nele os pontos que mais atendiam a seus interesses intelectuais, Nísia Floresta adquiriu um certo *verniz* positivista que enganou a muitos que reconheceram aí uma adesão completa. Tanto foi apenas superficial sua identificação com as propostas positivistas, que não se encontra em seus escritos nenhuma outra referência a Comte, ou à filosofia dele que não esteja diretamente relacionada com a melhoria da condição feminina.

Examinemos agora o segundo aspecto. Ao se deixar contaminar por ideias moralistas de fundo religioso (ou mesmo pelo pensamento positivista), a autora termina por contribuir não para a ampliação do universo feminino, mas, ao contrário, para uma nova delimitação do papel da mulher, aproximando-se perigosamente daqueles teóricos – como Rousseau e Gregory – que tentava combater. Senão, vejamos: a educação devia se iniciar no berço, com a amamentação feita pela própria mãe. O ideal de educação para a menina é aquela feita no lar sob a orientação materna (a escola atenderia apenas às meninas que não pudessem, por

[3] A correspondência trocada entre Nísia e Comte – composta de um total de catorze cartas – apenas foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 2002, por iniciativa da Editora Mulheres, de Florianópolis.

qualquer motivo, ser educadas em casa). As virtudes, como modéstia, simplicidade e caridade, deviam ser incutidas desde cedo não só através de palavras, mas principalmente pelo exemplo doméstico. A menina devia ser poupada do contato com escravos e estranhos; bailes, teatros e diversões em geral costumam ser perniciosos na formação da criança (devia-se dar preferência a passeios ao ar livre, e as brincadeiras infantis deviam ser supervisionadas pela mãe). A menina precisava ainda de um horário para dormir, acordar, brincar, fazer refeições, estudar; enfim, para conhecer desde cedo o "nobre fim para que foi criada".

Assim, Nísia Floresta delineia o ambiente ideal para a menina que, ao final, não era outro senão aquele onde as mulheres sempre estiveram: a casa paterna. No lar – a 'estufa' – ela estaria protegida dos 'miasmas' subversivos de correntes mais arejadas. Algumas indagações tornam-se irresistíveis: se o ideal era o ensino em casa, para que a exigência de tantas escolas?

Enquanto parecia estar tratando apenas da mulher-menina, Nísia Floresta ao mesmo tempo envia sua mensagem à mulher-mãe e traça-lhe nitidamente o papel, delimitando o campo de ação e ampliando as obrigações frente à sociedade. À menina caberia, um dia (fica subentendido), ser mãe de família. À mulher que já o fosse, cabia-lhe assumir as responsabilidades inerentes a tal função. Ela deve: amamentar, criar com desvelo, educar nos princípios morais, vigiar a filha todo o tempo, ser um modelo de virtudes, e, ainda, ser mestra e preceptora – teria de ser ela a responsável pela instrução completa dos filhos. Em última instância, ser única e exclusivamente mãe. Parece que, nesta transmissão ideológica, residiria todo o objetivo da educação de uma menina.

> Uma mãe bem educada e suficientemente instruída para dirigir a educação de sua filha obterá sempre maiores vantagens, aplicando-se com terna solicitude a inspirar-lhe como emulação o sentimento da própria dignidade, que qualquer diretora não conseguiria obter de suas educandas. (FLORESTA: 1989b, 91)

A menina educada em casa e pela mãe seria a "delicada flor da estufa", enquanto a outra, que respirou *miasmas* e esteve exposta a influências diversas, apenas uma "flor de jardim". A ênfase dada à educação moral (entendida como "o guia mais seguro da mulher, a estrela polar que

lhe indica o norte") era necessária até como forma de limitar as opções femininas. Afinal, a moralidade era a garantia dos valores que regulavam a ordem e a vida social; e a religião, a responsável principal pela sustentação dos liames sociais.

> Atentem todas as mães brasileiras – como convém ao seu próprio interesse, à dignidade da família e à glória da pátria na aurora do seu engrandecimento – para as propensões de suas filhas, e empreguem todos os seus esforços para arredá-las a tempo de tudo quanto possa animar as más e enfraquecer as boas, evitem-lhes, sem que elas se apercebam, até uma certa idade, as ocasiões de acharem-se em companhia de quem quer que seja, longe de suas vistas ou das de preceptoras esclarecidas e dignas de sua confiança. (FLORESTA: 1989b, 112)

Nísia Floresta se identifica em parte com Kant (que é citado no *Opúsculo*) quando este considera a Religião a partir de um ponto de vista subjetivo, como "o conhecimento de todos os nossos deveres como ordens divinas". Também para Nísia Floresta a religião é poderosa o bastante para garantir a vitória dos valores morais naqueles que a praticam. Daí, sua tendência em definir a educação não do ponto de vista do indivíduo, mas sim da sociedade. Segundo a autora, a religião "fortifica e realça as qualidades femininas, é ela ainda que sustenta e consola todo o indivíduo nas circunstâncias mais difíceis da vida, a bússola invariável que lhe indica os seus deveres e o conduz ao exato cumprimento deles" (FLORESTA: 1989b, 134).

Com tais suportes, o conceito de educação feminina proposto por Nísia Floresta termina por não avançar muito no que se refere às possíveis mudanças nas condições de vida da mulher do seu tempo. A cultura geral, enfaticamente pleiteada, serviria tão somente para melhor preparar a mulher para assumir com responsabilidade o papel de mãe de família, dentro de um rígido controle de sua moralidade. O poder feminino, tão sonhado anteriormente, limitar-se-ia àquele obtido através da influência junto aos filhos. Também nestas postulações tão contraditórias, Nísia Floresta aproxima-se tanto dos positivistas – que defendiam ao mesmo tempo uma ampla educação para a mulher e a limitação de sua atuação nos domínios do doméstico – quanto dos higienistas, que só julgavam necessária a instrução feminina para aplicação junto aos filhos.

Nesta época os jornais femininos eram numerosos e constantemente traziam, ainda que junto ao endosso das funções 'naturais' da mulher, a promessa de outras conquistas. Mas o prestígio da maternidade ocupava um espaço tão extenso nas vidas femininas que termina por impedir, praticamente, qualquer outra atividade neste momento. E, é bom lembrar, os homens continuavam atentos para evitar as reivindicações e garantir a presença feminina nos domínios domésticos.

Ainda assim ao fazer a leitura deste especial momento da história brasileira, importa ressaltar que é preciso não perder de vista o alcance que poderia ter tido, naquela época, a repentina valorização da figura feminina e da sua função biológica exclusiva. Para quem, até recentemente, ocupava papel obscuro em consequência a uma estratificação social rígida que privilegiava o papel masculino, transformar-se em centro das atenções e receber homenagens de todos os lados devia realmente significar muita coisa – como naturalmente significou. Esta era uma etapa obrigatória na história da liberação da mulher, etapa que precisava ser cumprida. Voltaremos a esta questão.

Conselhos de uma mãe-educadora

Nísia Floresta escreveu também livros que se inscrevem na antiga tradição de prosa moralista de intenção nitidamente doutrinária, comum tanto na literatura europeia de séculos anteriores, como na brasileira, principalmente pela inspiração dos fascículos do Marquês de Maricá, tão divulgados nos jornais de seu tempo. São eles: *Conselhos à minha filha*, *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta* e *Abismo sob as flores da civilização*. Estes escritos, intimamente ligados à questão educacional, pretendem transmitir ensinamentos através de exemplos de conduta considerados ideologicamente positivos, ao mesmo tempo em que condenam outros por serem prejudiciais à sociedade.

Quando elege determinadas virtudes como adequadas ao comportamento das meninas, das mulheres e dos jovens, a autora define-se também com relação aos valores que apoia e que quer ver normatizados. Tais valores, sabemos, eram principalmente os divulgados pelo moralismo cristão e endossados pela medicina higiênica, voltados para o controle do corpo e do espírito dos jovens. O poder médico adquiria importância como condutor dos interesses sociais devido às alianças com os demais poderes e estabilizava a conduta física, intelectual, moral e até sexual dos membros sociais, visando sua adaptação ao sistema político e econômico.

Como outras mães-educadoras, Nísia Floresta dirige seus textos ora para a filha e as meninas em geral, ora para o filho e os jovens, ora ainda para as alunas do seu colégio e as mães de família. O tom que perpassa pelos escritos é sempre o conselheiral que, conforme as circunstâncias, adquire um aspecto afetuoso, protetor e insinuante ou ainda quase ameaçador. Em *Conselhos à minha filha* e no *Discurso às educandas* prevalece o primeiro deles; já em *O abismo sob as flores da civilização*, o último.

Estas narrativas também têm em comum o fato de conterem informações de ordem biográfica. A autora se apresenta ora como uma mãe dedicada e extremosa (bem de acordo com a imagem idealizada da mulher na época e que aparece em diversos escritos), ora como esposa saudosa do marido, ora como filha querida e obediente e ora, ainda, como professora zelosa. Enfim, mostra-se em suas alegrias, aflições, melancolia e sonhos. A primeira delas – *Conselhos à minha filha* – foi também a mais traduzida e a que mais edições obteve entre todos os escritos da autora. Tal sucesso pode ser atribuído ao fato de aí estar representado não só o paradigma ideal da adolescente e o incentivo à prática de deveres e virtudes, que se esperava de uma menina, mas também o comportamento dedicado e amoroso que se esperava que uma mãe tivesse para com a sua filha.

No prefácio, a autora esclarece que os *ensinamentos* aí contidos constituem o seu presente de aniversário para a filha que completava doze anos. A mãe considerava úteis os ensinamentos e mais *dignos* da filha, então preferiu-os ao invés de uma "linda alfaia" ("loucos enfeites da moda"). Também encontra-se aí a louvação do sentimento maternal (que se converterá numa autolouvação), considerado como o "único, imenso e verdadeiro" sentimento, ao qual "todas as afeições são inferiores". Enfim,

> o sentimento maternal está além de todas as paixões humanas. Só uma mãe é capaz dos maiores sacrifícios sem outras vistas, sem outra recompensa mais do que o seu próprio amor. [...] Só uma mãe ama a seus filhos com um inteiro e verdadeiro desinteresse. Ela o ama feliz, se ele é virtuoso; desgraçada, se ele não o é, mas o ama sempre e o ama então com um sentimento mais poderoso, a compaixão! (FLORESTA: 1845, 35)

Assim, com o pretexto de dar conselhos à filha, a autora trata do seu amor por ela – e do amor materno como um todo – contribuindo para a fixação e normalização de um comportamento e de um sentimento que, naquela época, convinha propagar. Apesar da crença dominante de que o amor materno sempre havia existido e de que ele era natural na mulher, de alguma forma intuía-se que ele não existia necessariamente em todas as mulheres, haja vista o número crescente de filhos enjeitados e os altos índices

de mortalidade infantil. As mulheres – primeiro trancafiadas nas alcovas, depois envolvidas pelo mundanismo – pareciam não se interessar pela sorte das crianças e menos ainda queriam se conscientizar da importância de seu papel nessa questão.

Nísia Floresta, acompanhando as preocupações dos filósofos, moralistas e médicos da época, abraça também, neste e noutros trabalhos, o ideal de transformar a mulher indiferente em mãe amorosa e responsável. Por tudo isso encontra-se, aqui, a exaltação da figura materna e a elevação de 'mãe' para o *título* mais nobre, o que "exprime só todos os sentimentos d'alma, as mais sublimes e puras afeições", o único capaz de dar a "verdadeira importância" à mulher.

Também no *Discurso* pronunciado no encerramento das aulas do seu Colégio em 1847, apesar de dirigir-se às alunas e aos pais presentes na solenidade, a autora dá testemunho de sua condição materna ao mencionar as aflições que havia passado pelo fato de a filha haver adoecido naquele ano. Afirma, ao final, esperar que as educandas façam *bom uso* da instrução, "de que tanto precisa o nosso sexo, a fim de facilmente preencher os sagrados deveres que lhe impõem a natureza e a sociedade".

A autora atribui ao seu amor materno o gosto pelo estudo, pois tinha a esperança de um dia dar à filha as primeiras lições. As mulheres – entenda-se – deveriam instruir-se não por prazer ou para emancipar-se, mas porque um dia seriam responsáveis pela educação dos filhos (não é demais repetir). O vivo empenho demonstrado na propagação do sentimento materno termina por sugerir um outro título (ou subtítulo) para este livro que, afinal, bem poderia ser: *Conselhos às mães de meninas.*

As virtudes e os deveres filiais aí incluídos poderiam assim ser resumidos: a menina educada deve ser simples, natural, modesta, amável ("sem pretensão de agradar"), amorosa e obediente aos pais, respeitosa com os idosos, condescendente ("habitua-te desde já a sofrer com resignação os inconvenientes da vida"); boa e solícita com as companheiras, caridosa, generosa, benevolente (principalmente com os "mais constrangidos" ou "menos favorecidos de fortuna"), decidindo-se sempre pelo oprimido, "pois os desgraçados têm incontestáveis direitos à nossa proteção e amizade".

Estes deveres e virtudes alinham-se, pois, entre os valores de ordem moral e religiosa capazes de determinar aquele comportamento ideal que tornaria a jovem meiga, acomodada e satisfeita em servir o outro. Aliás, era o mesmo o que se esperava de uma mulher. A acreditar na força de tais conselhos, não é de admirar que não pertencesse ao vocabulário da mulher dessa época uma outra palavra: direitos.

Perpassa ainda, pelos conselhos, um modelo de comportamento cristão, idêntico ao preconizado para Domingos, o personagem escravo de "Páginas de uma vida obscura", uma narrativa relacionada à escravidão. Deve-se praticar o *bem* apenas pelo prazer em praticá-lo, e não para se exibir. A recompensa pelas boas ações em vida fica para um plano espiritual a ser alcançado após a morte. A atitude paternalista da autora para com o escravo e o oprimido em geral transparece também quando aconselha o agir sempre com benevolência com as pessoas que lhe são 'inferiores'. Enquanto é construído o paradigma da *boa* filha, pode-se perceber ao fundo a enumeração dos *vícios* que dominariam os *mau*s filhos, que falam de seus pais, "arvoram-se de juízes de suas condutas", são interesseiros, caprichosos e vaidosos. A boa filha merece toda a felicidade e o paraíso; os demais, o remorso, a culpa, o inferno. "O mau, minha filha, não pode ser jamais feliz [...]".

Finalmente, na última parte do livro, encontra-se um outro tipo de conselhos que se distingue frontalmente dos primeiros; trata-se agora de ensinamentos de mulher para mulher. Neste momento, a autora pretende passar à menina-moça sua experiência feminina com relação aos homens, e os conhecimentos que tem da psicologia do conquistador. Para isso faz a descrição de tipos masculinos, das artimanhas e malícias utilizadas pelo homem na conquista da mulher. Vejamos como introduz a questão:

> Minha querida filha, há no mundo duas sortes de admiradores de nosso sexo, uma assaz comum, outra extremamente rara. A primeira é daqueles homens que, olhando-nos com desprezo, não veem em nós, assim como nessas lindas flores que se colhem para servir-nos de um ornato passageiro, mais do que um objeto digno somente de lisonjear seus sentidos. A seus olhos, uma mulher amável é sempre aquela que reúne mais graças exteriores e, ousados pela fraqueza com que

> os prejuízos de nossa educação nos apresentam aos olhos do mundo, eles têm estudado e põem em prática uma linguagem toda engenhosa para atrair nossa atenção e triunfar dessa fraqueza a despeito de nossa virtude mesma. (FLORESTA: 1845, 52)

Do homem galante e conquistador deve-se, pois, manter distância. Seus elogios são falsos, suas atitudes estudadas, suas intenções condenáveis. Mas haveria ainda um tipo pior: o dos hipócritas. “detestáveis seres” que aparentam modéstia sem sentir e manejam com habilidade as armas da sedução para melhor alcançar seus objetivos. O tipo recomendado é, então, o do homem sério, de “aspecto sisudo”, que deixa transparecer “uma galhardia nobre”, “um recolhimento em seu porte” e que não “abusa de uma posição”. Ou seja, os homens

> cujo coração [é] formado na escola da virtude, para honra da humanidade, [que] se prestam espontaneamente a vingar-nos dos ultrajes com que pretendem abocanhar-nos o crédito daqueles, de que acabo de falar-te. As armas de seu ilustrado entendimento, aguçadas na fina Pedra da Moral, contrastam superiormente esses ridículos dictérios, que para nós assestam grosseiros e fractuosos arcos brandidos por mãos impuras.
>
> É de um tal homem, minha filha, que te recomendo procures a comunicação e cultives a amizade, quando tua razão se tiver desenvolvido. (FLORESTA: 1845, 52-3)

No *Discurso às educandas* a professora também se mostra preocupada com a ingenuidade das moças diante das artimanhas dos homens para seduzi-las, e quer alertá-las para o poder dos falsos elogios e da lisonja sobre o espírito jovem. A orientação segura da mãe – ou da professora e da mulher – baseia-se, como se vê, não só na experiência, como também numa “filosofia dos costumes” que a menina não possui e, por isso necessita de “um guia esclarecido” que a desvie dos perigos. Os *Pensamentos* que se seguem ao *Conselhos à minha filha* acompanham o tom predominante no livro, e expressam um incentivo à *boa* conduta, um alerta sobre o perigo, ou, ainda, uma reflexão acerca da condição feminina, como os transcritos abaixo:

VIII

Os homens que pretendem, egoístas,
Das ciências vedar-nos os arcanos,
Contra si pronunciam, sem o crerem,
Sentença, que lhe traz terríveis danos!

XXII

Os homens, leis fizeram parciais,
Que a mulher julgar deve naturais.

O outro texto citado – "O abismo sob as flores da civilização" – datado de 1856, e incluído em *Scintille d'un' anima brasiliana* (1859, trad. *Cintilações de uma alma brasileira,* 1997), é uma narrativa curta que, de um lado, guarda certa semelhança com a crônica e o ficcional, principalmente pelo teor metafórico de sua linguagem. Mas, por outro, aproxima-se da prosa moralista e se posiciona claramente na defesa de um certo padrão de comportamento e condenação explícita do que considera "desvios" sociais. Nele, a autora relata um passeio ao anoitecer nas margens do Sena e o encontro com um grupo de prostitutas que, com música e rústicas cabanas, haviam transformado um recanto do parque num *Foire au Plaisir*. É, pois, com o objetivo de alertar e afastar os jovens de tal risco – do abismo – que ela escreve este texto e a eles se dirige. Pretende preveni-los contra os perigos que os ameaçam e que por eles não são percebidos devido à juventude. São suas palavras: "Para vós somente, ó jovens, confiantes demais no presente, e pensando tão pouco no porvir; para vós somente tenciono escrever estas breves palavras". (FLORESTA: 1997, 71)

Também nos *Pensamentos* incluídos ao final do *Conselhos à minha filha*, encontra-se um projeto semelhante, nos seguintes termos: "Sob as flores, a serpa venenosa/Se oculta e morde o viandante incauto;/ Assim doces prazeres nos ocultam/Dos vícios o tremendo fel mortífero."

(FLORESTA: 1845, 32). A autoridade que reveste seus conselhos provém, principalmente, da condição maternal. A autora confessa com insistência que escreve enquanto mãe, “inspirada por minha santa mãe e mãe eu mesma”.

> Esta pena que deseja vos servir de obstáculo à beira do precipício está embebida nas lágrimas de uma mãe, que tremia a cada passo que seu filho dileto dava neste jardim de enganosas delícias que vós, em vossa simples inexperiência, ou na sonolência dos nobres sentidos da alma, chamais de *prazeres da juventude*. (FLORESTA: 1997, 71)

Os perigos e vícios que cercam os jovens estão metamorfoseados principalmente nas prostitutas que se oferecem. São elas as “modernas Bacantes”, as “míseras”, o “demônio que enfeitiça” ou, ainda, “a Megera enguirlandada”; os rapazes, os jovens incautos que urge prevenir e afastar do *abismo* onde se encontram. Trata-se, neste texto, da condenação explícita da luxúria e dos desvarios da carne, que ameaçariam não só a vida, como também, através do jovem, a saúde da futura família. A autora endossa as teorias médicas que consideravam a prostituição um flagelo para a saúde pública, um perigo físico e moral, além de causa de doenças e da devassidão dos costumes. Com este escrito, ela contribui para a condenação da prostituição e defende um outro tipo de relacionamento entre homem e mulher, este sim, permitido e incentivado socialmente: o sexo higiênico, realizado nos limites de casamento.

O tom aflito e maternal adotado no início aos poucos se transmuda em ameaças veladas, já que a sífilis poderia ser adquirida em tais contatos e, além da possibilidade de um incesto, caso o jovem encontrasse ali “uma filha de vosso pai”. Opondo-se a este clima pecaminoso, a autora descreve outra cena em tudo oposta à primeira. Trata-se agora de um jovem casal que passeia por perto, alheio ao que o cerca, com “a felicidade pintada em seus rostos” e cujos “atos demonstram a santidade, a calma, a alegria e o amor”. A sexualidade acobertada pelo amor e praticada nos limites do amor conjugal é, não só admitida, como até sugerida pelo texto. Esses jovens sim – é o que a autora parece dizer – passeiam no verdadeiro jardim das delícias, uma vez que a pureza do amor e todas as virtudes desejáveis num casal estão do seu lado.

A partir das duas cenas, a autora contrapõe a *ordem* e a *desordem* social. De um lado, a sociedade planejada, a família organizada, as "ingênuas delícias", "a única e verdadeira felicidade na terra", o sexo higiênico, o "fundamento da união conjugal". De outro lado – da *desordem* –, os jovens infelizes, a prostituição feminina, a família destruída, as "espeluncas do vício" e o sexo que só traz infelicidade.

Ao defender a ordem social, Nísia Floresta está garantindo, mais uma vez, a virtuosidade feminina e o ofício de regeneradora do homem a ser desempenhado pela mulher. Daí sua condenação a tudo que pode abalar os valores da sociedade burguesa, e sua impaciência para com os responsáveis pela "mais importante de suas reformas: a educação da mulher". Ao construir sua narrativa contrapondo as flores (a ordem e o progresso) a o abismo (a devassidão dos costumes e a desordem), nossa autora mais uma vez dá sua contribuição ao pensamento que se pretendia o mais progressista de seu tempo.

A donzela e a mãe: uma mesma doutrina

> Em um mundo, que justo ser não sabe,
> Não desejes brilhar, filha querida;
> Da mulher os talentos fazer devem
> Os encantos domésticos da vida.
>
> (*Pensamentos*)

Examinemos agora *Fany ou o modelo das donzelas* e *A mulher*. O primeiro, um texto curto, sem diálogo, semelhante a uma novela, teve a primeira edição em 1847. A segunda edição surgiu a partir de um manuscrito encontrado na biblioteca da família de Antônio Augusto Borges de Medeiros, e doado ao historiador Fernando Osório Filho, que o incluiu no livro *Mulheres farroupilhas*, de 1935, junto a estudos de mulheres que participaram da revolução. O manuscrito, que trazia na *folha de rosto* ("do próprio punho da autora") a data de 8 de abril de 1847 e o nome 'Colégio Augusto', permitiu que a narrativa tivesse um destino diferente de *Daciz ou A jovem completa*, texto hoje completamente desaparecido.

O outro texto – *A mulher* – é posterior. Foi publicado inicialmente em italiano e compõe com outros quatro o *Scintille d' un' anima brasiliana* (*Cintilações de uma alma brasileira*). Em 1865 foi traduzido para o inglês por Lívia Augusta de Faria, filha de Nísia Floresta, e publicado também em Londres. A aproximação entre *Fany* e *A mulher* não significa que os dois textos sejam semelhantes em sua construção, na temática ou que pertençam a um mesmo gênero. Pelo contrário, foram as diferentes formas de tratar da questão feminina que impuseram esta aproximação, junto com a percepção de que, no fundo, eles se completavam. Senão, vejamos.

Fany ou o modelo das donzelas deve ser considerado uma novela de cunho didático-moralista, pois conserva bem nítida a intenção autoral de

servir de leitura para a juventude feminina em geral e, em particular, para aquela do Colégio Augusto. Ao final da narrativa, aliás, encontra-se explícita esta intenção: "Possam todas as Donzelas e principalmente aquelas *para quem escrevi* estes ligeiros traços da história de Fany, *imitar suas virtudes* e exercitarem uma pena mais hábil que a minha para descrevê-las". Provavelmente foi o que hoje se denomina uma leitura paradidática, isto é, leitura indicada como atividade escolar, que por longo tempo esteve vinculada à pedagogia, pois pretendia contribuir na *formação* dos educandos através da estereotipia dos *bons exemplos morais*.

Já o outro, *A mulher*, é um misto de ficção e ensaio dirigido a leitoras já adultas, em que Nísia Floresta vai focalizar a mulher europeia, a questão da amamentação e dos cuidados maternos com filhos recém-nascidos. Os princípios ideológicos da autora atravessam de um para outro texto, apesar dos doze anos que os separam, e mantêm-se, assegurando uma forte coerência interna entre os textos.

A adolescente que *Fany* representa – a jovem perfeita – não será nunca, evidentemente, uma mulher como as que surgem no outro texto. Também a mulher que abandona o filho revela, com seu gesto, não ter recebido uma formação sólida, nem os exemplos maternos e escolares que estiveram presentes na educação de Fany. O denominador comum aos dois textos continua sendo, no entanto, a preocupação com a educação moral das mulheres, a única que lhes daria (segundo opinião tantas vezes repetida) a consciência dos deveres que as esperam no futuro. Vejamos separadamente as duas narrativas para melhor explicitar esta questão.

Fany ou o modelo das donzelas

A história de Fany passa-se em Porto Alegre durante o episódio histórico da Revolução Farroupilha (1835-1845), vivenciado em parte pela autora que aí residia por ocasião do início dos conflitos entre os revoltosos e o Exército Imperial. A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha ocorreu devido à insatisfação dos estancieiros pela política centralizadora do governo e à falta de autonomia das províncias. Mas havia os liberais mais exaltados, que defendiam também ideias federalistas.

A personagem é uma adolescente, primogênita de numerosa prole, cujos pais se engajam ao lado dos *farrapos*. O pai torna-se chefe de um grupo, e a mãe, uma entusiasta do projeto liberal, apoia irrestritamente o marido em suas expedições. Apesar do envolvimento paterno e materno, Fany não toma partido e permanece a filha exemplar e adolescente estudiosa, ocupada única e exclusivamente em obedecer aos pais e em praticar as virtudes que se desejavam numa menina-moça. Em meio à revolução, ela assume o comando da casa e o cuidado com os irmãos menores.

O fato de esta narrativa estar vinculada aos acontecimentos de 1835 em Porto Alegre foi suficiente para ela ser considerada uma *crônica* da Revolução Farroupilha, deixando de lado as reais intenções da autora e suas opiniões acerca do episódio. Assim, lembrando as *famosas* conferências republicanas feitas por Nísia Floresta no Rio de Janeiro em 1842, alguns estudiosos concluíram pela identificação deste texto e da autora com os ideais *farroupilhas*. É o caso não só de Fernando Osório (1935, 57) ("formoso e emocionante trabalho literário vazado em forma cristã sobre as peripécias da guerra dos Farrapos"), de Adauto da Câmara (1987, 119), (que o considera "episódio da Revolução Farroupilha"), como também de outros leitores mais recentes deste texto. Refiro-me aos ensaios reunidos em *O papel da mulher na Revolução Farroupilha* (RETAMOZO,1985), um livro publicado por ocasião do sesquicentenário desta revolução. Nestes textos, onde são estudados os

diversos aspectos da participação feminina no episódio – a mulher guerreira ou 'farrapa', as estancieiras corajosas, as intelectuais e as *chinas* –, pode-se perceber uma opinião comum em todos eles: consideram a personagem de *Fany ou o modelo das donzelas* e sua autora, Nísia Floresta, como elementos favoráveis à Revolução.

Contudo, uma leitura mais atenta de *Fany ou o modelo das donzelas* revela um posicionamento bem diverso, a meu ver, daquele que estes autores apontaram. Basta que observemos a forma como a Revolução Farroupilha é introduzida no texto, o tratamento que recebe por parte da voz narradora e o papel que os personagens – Fany e seus pais – aí desempenham. Longe de ser prenunciada, desejada ou mesmo justificada, a revolta chega de repente rompendo a harmonia do lugar e da vida das pessoas que ali habitavam. A capital de São Pedro do Sul era, segundo a narradora, um paraíso, com águas cristalinas, fartura de alimentos, férteis campinas, prodigiosas flores. Enfim,

> trazem à imaginação o quadro que se nos traça desse Éden feliz onde a soberana Bondade de Deus colocou o primeiro homem; quadro que é completado pela simplicidade e lhaneza dos excelentes habitantes desses campos, que ora descrevo. Chácaras – onde abundam saborosos frutos da Europa – se oferecem aos olhos do contemplador, que se extasia à vista da simetria com que ali brotam as roseiras e os cravos de todas as qualidades sem exigirem difícil cultura. As frentes da mor parte dessas chácaras, coroadas de rosas, e como que situadas por entre o azul do céu e o verde das montanhas, apresentam no delicioso Outubro um panorama digno do pincel de Rafael! (OSÓRIO: 1935, 66-7)

O rompimento da harmonia (ou, como quer o texto, o momento em que as "brilhantes qualidades e virtudes" de Fany iam ser submetidas à prova) ocorre em 20 de setembro de 1835, dia em que os revoltosos invadem a província de São Pedro, destituindo o governo e impondo uma nova ordem. Aqui e em outras passagens, quando se detém nos fatos históricos, a narrativa adquire um tom de crônica histórica, fornecendo datas (como a da vitória legalista de 15 de junho de 1836) e uma versão pessoal dos episódios.

O *novo* governo não estava, portanto, dentro da *lei* e, apenas mais tarde, quando as forças imperiais vieram a recuperar a cidade, a narradora as identificaria como "Governo legítimo". A participação do pai de Fany merece uma repreensão do narrador não só porque deixa de cumprir com os deveres paternos de proteção e amparo à família, como por ter se aliado aos interesses contrários àqueles que um dia defendeu, ou seja, as "fileiras legais". Fica a dúvida se também seria repreendido se outra tivesse sido sua opção.

Ao final, quando é negociada a paz entre os partidos, a narradora parece explicitar uma certa simpatia pelo governo que devolve a liberdade, as terras e os bens daqueles que se insurgiram contra ele: "Uma anistia geral fez esquecer os ódios inveterados e por uma *bondade especial* do chefe da Nação todos os rebeldes ficaram em seus antigos empregos, gozando dos seus direitos" (OSÓRIO: 1935, 73, grifos meus).

Se o homem – o *pai* – é repreendido porque seguiu impulsos patrióticos e se engajou nas fileiras farroupilhas, a mulher, mais ainda, vai merecer a censura por parte da narradora. Assim, aquelas que se deixam envolver no conflito, longe de receberem palavras de apoio, terminam por receber uma pouco discreta reprimenda. A adesão à política significava – para a narradora – o esquecimento das "virtudes pacíficas de seu sexo" e, naturalmente, o abandono das funções domésticas.

A caracterização da mãe de Fany contém alguns dos elementos que marcavam o comportamento das farrapas – as mulheres – guerreiras que teriam fundado um partido político feminino para melhor participarem da revolução. Segundo o texto, a mãe segue "a torrente tempestuosa do entusiasmo", é deslumbrada com os ideais então defendidos, apoia sempre os atos do marido e chega a ir ao campo de batalha levando consigo os filhos, pois quer ver o que ali acontecia. Num momento de exaltação exclama, "como uma antiga Espartana": "Vai, eu cuidarei em tua ausência de nossos filhos; repele os inimigos de nossa pátria, e não voltes se não voltas vitorioso!" (OSÓRIO: 1935, 70).

Opondo-se radicalmente à mãe e às mulheres engajadas estava Fany. Ao invés de incentivar a guerra, ela a condena; sofre antecipadamente,

prevendo a dor, os transtornos, os sofrimentos de todos. Afinal, se ela era um modelo *ideal* de comportamento feminino, parece-nos que outro não poderia ser o exemplo, a não ser o da jovem que não toma partido entre as facções, fica indiferente à política e não se deixa levar pelos arroubos dos que a cercam.

Fany, aliás a única personagem nomeada, caracteriza-se por manter o mesmo comportamento – as mesmas *virtudes* – em praticamente todo o texto, independente da situação em que se encontra. Assim, ela é descrita aos treze anos como filha exemplar, jovem modesta, asseada, obediente e laboriosa; aos quinze, em plena revolução, tem oportunidade de desenvolver "grandemente todas as virtudes de seu sexo", animando a mãe, cuidando dos irmãos e dos feridos; e, oito anos depois (supõe-se, por volta dos vinte), ela aparece realizando exatamente o que havia sido antecipado pela narradora, isto é: cuidando da casa, da educação dos irmãos menores, zelando pela mãe viúva, numa dedicação sempre completa e espontânea. Trata-se, pois, de uma personagem que não se altera apesar dos anos e se conserva praticamente a mesma do início ao final da narrativa.

> A sensível Fany pelo contrário, sem proferir uma palavra que ferisse o que seu pai chamava nobre patriotismo, com sua mãe apresentava, em sua mudez, um contraste singular com aquele entusiasmo, que tão pouco se acordava com a doçura e timidez natural de seu excelente caráter. Ela implorava ao criador pelos caros autores de seus dias e *continuava com ardor nos seus exercícios diários, sem que aquela mudança política tão vantajosa para seu pai, tivesse em nada influído sobre seus hábitos ordinários*. (OSÓRIO, 1935: 70, grifos meus)

A eclosão da revolução em sua província e mesmo dentro do próprio lar não foi o bastante para alterar a rotina das obrigações desta personagem. Ao insistir na neutralidade e indiferença de Fany por tudo que acontece à sua volta, a narradora parece estar precisamente firmando aí sua opinião de como deveria ser o comportamento ideal de uma jovem.

A ênfase na exaltação das qualidades da personagem terminam por revelar o que realmente lhe importava: dar às virtudes femininas um estatuto maior do que qualquer outra questão aí enunciada. Para compreendê-la (e, em parte justificá-la), basta que nos lembremos das educandas do Colégio

Augusto, as leitoras privilegiadas deste texto. O objetivo era lhes dar um modelo de comportamento que resumisse as virtudes desejadas em uma jovem. Por isso, os exemplos de abnegação total à família, de obediência irrestrita e amoroso respeito aos pais, de cuidados maternais para com os irmãos menores. Na negação da própria individualidade em nome do bem-estar do outro (bem de acordo com os ditames do cristianismo e, depois, do positivismo), parecia se apoiar a expectativa da autora de educação moral e de comportamento para a mulher.

A mulher: nas origens da mística feminina

> Armas há poderosas, que a mulher
> Deve empregar com ânimo bastante:
> São a doce bondade, a paciência,
> A modesta ternura, a fé constante.
>
> (*Pensamentos*)

No outro título de Nísia Floresta, *A mulher*, de 1857, é possível observar tanto a conhecida diversidade de perspectivas que compõe o pensamento de sua autora, como o hibridismo de gêneros que se configurou no traço comum da maioria de seus escritos. Nele delineia-se com clareza o processo intelectual da autora e sua oscilação entre a ficção, o ensaio, a crônica e o texto com propósitos didáticos. É o momento por excelência de encontro entre seu espírito criador e seu espírito crítico. Ela inicia como se estivesse escrevendo um conto, mas não resiste ao apelo da análise e da reflexão inerentes a sua personalidade e o transforma numa narrativa, que guarda aproximações tanto com uma matéria jornalística, como com tomadas de cunho sociológico e filosófico. Há nele, portanto, pelo menos três instâncias criativas: a ficção, o estudo de campo e a reflexão; e três *Nísias*: a ficcionista, a observadora do comportamento humano e, por fim, a filósofa. Cada um deles está intimamente ligado ao outro e funciona, veremos, como uma espécie de preparação ou de motivação para o seguinte.

De início, narrada em terceira pessoa, temos a história de duas mulheres que tomam um trem em direção aos subúrbios parisienses. A ambientação e o clima realista se impõem desde o início. Vejamos o próprio texto:

> Agosto chegava ao seu fim. Uma temperatura de 30 graus parecia quase sufocar os habitantes de Paris. Havia soado então o meio-dia,

> quando duas mulheres entraram nos vagões da estrada de ferro de Estrasburgo para ir a uma aldeia a vinte léguas de Paris. Após duas horas elas deixaram a estrada de ferro, e tomaram um veículo que as conduziu, por entre risonhas colinas, aonde pudessem achar um pobre lugarejo, escondido entre as árvores de uma estrada não conhecida por elas.
>
> O que iriam elas procurando? Por que os seus corações enterneciam-se ao descobrir o campanário da aldeia, e daí a poucos passos a fumaça que saía das chaminés de negras cabanas? (FLORESTA: 1997, 85)

O suspense provocado pela pergunta não se sustenta porque a resposta vem a seguir: buscavam um "pobre anjinho abandonado em mãos mercenárias", ou seja, uma criança que ali fora deixada para ser criada por uma ama-de-leite. Em encontrá-lo estava a razão da viagem das personagens; na condenação deste costume francês, a base da reflexão que se fará depois.

Nísia Floresta tratará, portanto, de um problema atualíssimo na França daquele tempo e que, apesar das investidas dos filósofos e médicos, não demonstrava ainda na prática sinais de esgotamento. Bem antes do século XVIII, sabemos, mandar os filhos para a casa das amas no campo costumava ser interpretado como uma 'prova de amor' das mães. Segundo este raciocínio, elas sacrificavam seu desejo de *maternagem* em nome dos benefícios da saúde que os filhos obteriam vivendo no interior, já que os ares da cidade lhes eram prejudiciais. Desde 1821 existiam em Paris estabelecimentos particulares que serviam de intermediários entre as mães e as amas, tal era sua procura.

As taxas de mortalidade infantil deviam ser amplamente conhecidas pois eram muito altas e alcançavam em algumas regiões quase a metade do número de crianças. Segundo Elizabeth Badinter, em *O amor conquistado: o mito do amor materno*, que conta a história da maternagem em França e explica como ocorreu a transformação da mãe indiferente do século XVIII na mãe coruja do século XIX, de 21 mil crianças nascidas em Paris em 1780, menos de mil foram amamentadas pela mãe, outras mil por uma ama a domicílio e as demais, 19 mil, foram enviadas para o interior para a casa de amas-de-leite. Havia mesmo lugares na França em que chegavam a morrer quase 90 crianças

em cada cem, como era o caso da Seine-Inférieure onde, na década de 1860, morreram 87 crianças em cem nascidas vivas (FORT: 1870). Mas, apesar dos números impressionantes relativos à mortalidade infantil, permanecia quase inalterado o comportamento das mães francesas que continuavam enviando seus filhos às mesmas *nourrices* e recusando-se a assumir o aleitamento. Não faltou, inclusive, entre os que denunciavam tal situação, a acusação de que tal comportamento encobria, na realidade, um infanticídio disfarçado.

A indiferença materna pelo filho costuma ser explicada de múltiplas formas: a insignificância social da criança que era então apenas um "objeto tedioso" ou *poupart*; a existência do amor seletivo que privilegiava um filho em detrimento dos outros (geralmente o primogênito, herdeiro exclusivo do patrimônio e dos títulos quando os pais eram nobres); a educação equivocada das meninas que apenas incentivava o gosto por futilidades; e, ainda, o fato de as tarefas maternais serem consideradas *apenas* normais e não trazerem em si nenhuma *glória* para a mulher.

Além disso, havia o fato de estas tarefas representarem muitas vezes um estorvo para a vida social burguesa, impedindo muitos dos prazeres da vida elegante: receber e fazer visitas, frequentar os teatros, a ópera e os salões. A taxa elevada de mortalidade devia contribuir também para que as mães não se apegassem muito aos bebês, pois podiam perdê-los com facilidade. Elas ainda não tinham consciência de que essas taxas eram tão altas justamente devido ao seu pouco (ou nenhum) cuidado.

Só a partir da década de 1870, esta questão parece adquirir importância e se tornar um problema nacional, pois passa a ser motivo de várias matérias de jornais, de calorosos debates entre a classe política e de preocupações do governo e dos médicos. Foi para reverter tal quadro que se formou quase que um *complô* entre Igreja, filósofos, moralistas e médicos. Estes, empenhados na criação de uma nova ordem social e decididos a garantir ao Estado um maior número de sobreviventes, montam os mais variados argumentos, inclusive comparando a mulher que não amamenta com a fera, que, apesar de fera, amamenta seus filhotes. Compreendia-se que só o apelo ao amor materno não era capaz de levar uma mulher a cumprir seus deveres de mãe. Os valores sociais, religiosos e morais, foram, então, mobilizados.

Nísia Floresta, ao fazer a análise do problema e ao condenar com veemência tal costume, por um lado junta sua voz àquelas que nesse tempo já se preocupavam com a questão, e, por outro, antecipa-se em alguns anos ao grande debate que ocorreria no país. Ao dedicar este texto *àquelas* mães que abandonam os filhos, ela contribui também para a mudança de comportamento das mulheres francesas, principalmente através da louvação da função materna e da insistente demonstração do quanto a prática de deixar os filhos em mãos estranhas era nociva para eles e para a sociedade como um todo.

Assim, quando as personagens de *A mulher* se afastam de Paris e chegam ao subúrbio, elas encontram uma *outra* realidade que revela, por sua vez, a *verdade* que a cidade grande tentava ocultar, afastando-a de seus limites. Daí o lugarejo ser escondido entre árvores e a estrada não conhecida por elas. Ao adentrarem no subúrbio e ao encontrarem ali as provas das mazelas sociais, as personagens adentram também no próprio interior da condição feminina e encontram *sua outra face* (e sempre muito escondida): a falta de amor de muitas mães para com os filhos. Afinal, não se costumava alardear que o amor materno era *inato* a todas as mulheres e que fazia parte mesmo da *natureza* feminina?

O narrador (melhor dizer, a narradora) detectará com precisão este problema social e o explorará em profundidade nas páginas seguintes. Por isso a descrição tão contundente do local onde se encontrava a criança que as duas personagens buscavam:

> Finalmente, à força de tanto procurar, conseguiram descobri-lo; e o veículo parou diante de uma abjeta cabana. Apearam da carroça e entraram naquele tugúrio, sem serem recebidas por ninguém. Ó que espetáculo, repugnante e ao mesmo tempo triste, oferece-se aos seus olhares!...
>
> Um úmido aposento, sem ar, com um assoalho de pedras disformes cobertas de lodo; uma janela, ou melhor um buraco, jogava como que uma réstia de luz sobre os sujos e velhos móveis que entulhavam aquela caverna humana, onde a panela do domingo fervia no enegrecido fogão. Uma cama, cujo escuro baldaquino combinava com o restante dos objetos espalhados aqui e ali, anunciava a desordem e a

> falta de qualquer asseio. A eira lotada de pútrido estrume tresandava, não menos que o quarto contíguo, um odor desagradável impossível de suportar.... As duas mulheres entreolharam-se sem que pudessem dizer palavra. (FLORESTA: 1997, 85)

Se comparamos a descrição do casebre aonde as personagens chegam com a que Flaubert faz da casa da ama-de-leite da filha de Ema Bovary, mais nítidas se tornam as diferenças entre as intenções dos dois escritores. Nísia Floresta pretende, antes de tudo, impressionar o leitor e a leitora com as condições miseráveis de vida que estavam reservadas às crianças que moravam na casa das amas-de-leite. Por isso a narrativa vem revestida de cores sombrias, como as que pinta a cena do casebre, e também por isso as personagens se apresentam tão revoltadas.

Em *A mulher*, as preocupações de caráter higienista são numerosas e se evidenciam seguidamente nas observações da falta de asseio, da "atmosfera impregnada de miasmas", dos "imundos panos", do "corpinho lânguido e enfermiço" da criança e das condições miseráveis em que aquelas pessoas viviam. Tais observações não deixam de refletir, evidentemente, o estranhamento do olhar burguês diante das condições de vida de uma outra classe social.

Mas, de repente, uma das mulheres interrompe a narrativa que se fazia na terceira pessoa e assume a identidade de autora que ali estava acompanhando uma amiga – a avó da criança – assumindo também a narrativa em primeira pessoa. É precisamente aí que inicia um outro momento, o segundo deste texto. Agora, bem diverso será o enfoque do problema e o tom de quem o descreve, pois tratar-se-á da voz de quem vivencia a experiência.

> Ó mães sem coração, que abandonais os mais sagrados deveres da natureza, destacando de vosso seio os próprios filhos, esta parte de vossa alma, para mandá-los sugar um leite estranho em alguma longínqua aldeia, onde não dais depois o ar de vossa presença! *A vós, somente, quero narrar o que vi*: ante vossos olhos quero eu delinear o deplorável quadro que partiu-me o coração, e que verbalizará o processo de vossa desnaturação face às gerações porvindouras! (FLORESTA: 1997, 87, grifos meus)

A partir de então, ainda quando o vocativo que designa as leitoras privilegiadas não estiver explícito, estas estarão presentes através das chamadas da ensaísta e dos conselhos que faz ao coração feminino acerca da missão da mulher na sociedade. O segundo momento se inicia, portanto, quando a companheira de aventura resolve retornar a Paris para interceder pelo neto junto ao genro e a autora decide alugar um quarto em casa de uma pastora e ficar sozinha na aldeia por mais algum tempo. Ela pretende estudar melhor aquelas mulheres através da observação *in loco* e recolher informações que lhe permitam compreender, com mais profundidade e extensão, o problema.

As diferenças entre os sentimentos das duas amigas – a francesa, "comovida até a alma"; e a brasileira, "mais que comovida, horrorizada" – pretendem marcar também as diferenças que existiriam entre as duas sociedades.

> Pelo costume que ela tinha de ver tais cenas, seu coração não sofria senão porque esse menino era seu neto; mas cenas deste tipo, por serem novíssimas para mim, causavam-me não menos surpresa do que horror e quis obter daí argumento para um estudo não totalmente inútil. (FLORESTA: 1997, 95)

Com efeito, não houve no Brasil a prática da criação de filhos afastados da mãe e junto das amas, até porque era outra a experiência política. Mas se essa prática não ocorreu, existiu por sua vez a presença constante da escrava ama-de-leite (ou *mãe de criação* e *mãe-preta*), que durante alguns séculos também substituiu a mulher junto aos filhos, não só na nutrição como em todos os cuidados que se faziam necessários para sua criação.

Curiosamente, nossa autora não quis relacionar no seu texto o problema da perspectiva francesa com a modalidade brasileira, até para constatar o quanto era comum naquele tempo as mulheres se esquivarem de suas tarefas maternais. Havia, inclusive, o reforço ideológico (tanto num como no outro caso) de que a mulher burguesa era fraca, não tinha leite ou que a amamentação acabaria por exaurir suas forças após o esforço do parto, comprometendo sua sobrevivência. A estes se somavam os argumentos de ordem moral e social que consideravam o aleitamento um ato pouco digno e animalesco e decretavam "em nome do bom-tom" ser a amamentação "ridícula e repugnante". Também é preciso considerar que as advertências de ordem

religiosa ou médica impedindo a mulher lactente de manter relações sexuais encontravam forte resistência junto aos maridos que passavam a encarar a amamentação como um "atentado a sua sexualidade e restrição ao seu prazer" (BADINTER: 1985: 97-8).

Não é de surpreender, portanto, que a maioria recorresse a um ou outro expediente como forma de se eximir desta obrigação. No caso brasileiro, a mulher negra estava *à mão* e possuía todos os requisitos necessários para bem alimentar as crianças. Não faltavam nem mesmo tratados médicos que lhes acentuavam as vantagens nutricionais e "condições eugênicas" ou os que atribuíam uma influência diferenciada do clima tropical sobre as mulheres brancas e negras, alterando a capacidade de amamentação de uma e outra. Segundo um desses estudos, o clima esgotava as *forças vitais* nas brancas e irritava seu sistema nervoso; enquanto nas outras, ao contrário, a saúde prosperava e também o seu poder de amamentação. Apenas quando deixou de ser conveniente acreditar nestas falácias, inverteram-se os valores: a escrava deixa de ser o 'anjo-da-guarda' do menino branco e se torna o 'demônio doméstico', um elemento corruptor da família branca; seu leite passa a ser considerado vicioso, impuro, um transmissor de doenças. Estava decidido que era tempo da mãe-branca-burguesa assumir suas responsabilidades.

Mas voltemos ao texto nisiano. No momento em que decide observar *in loco* o problema, a autora assume um papel de narradora-repórter, e seu texto, as dimensões de uma reportagem. Assim, ela faz entrevistas, visita casas, interessa-se pela vida das crianças e das mulheres, recolhe depoimentos, acumula experiência. Através dos *flashes* dos diversos casos e do registro de flagrantes da vida no campo, seu texto adquire foros de verdade porque tais imagens são descritas por alguém que *viu* e que *viveu* a situação. Ao invés de se limitar a um simples registro formal, de simplesmente comentar um acontecimento de que ouvira dizer, a autora investiga a fundo e se autoriza assim, aos olhos das leitoras, a falar a respeito. A *transcrição* dos diálogos entre ela e as mulheres é um dos recursos utilizados que contribui para tornar ainda mais *real* sua narrativa e também para mais aproximá-la de uma pesquisa de caráter sociológico.

> Em um bando de garotos que gordos e contentes brincavam alegremente, achava-se uma grácil criaturinha carregada por uma menina de sete ou oito anos, que a revirava em seus braços. Ao avistá-lo perguntei àquela inocente que o tinha em custódia se era um seu irmãozinho. – “Não”, respondeu-me, “é um amamentado de Paris”.[…]
>
> Vindo ao meu encontro outra camponesa, mostrava-me uma carreira de seis ou sete meninos, todos vivazes e robustos, indicando-os pelo nome para satisfazer minha curiosidade. – “E aquela lá?” demandei-lhe, indicando uma menininha que ainda não se sustinha bem em pé. – “É um dos meus dois amamentados de Paris”. – “Como fazeis vós” repliquei, “para amamentar três de uma vez?” – “Que hei de fazer?” – respondeu; “aqui é tão duro tocar a vida! e é preciso arranjar-se de algum jeito”. (FLORESTA: 1997, 97)

Em pouco tempo, ao observar que os meninos de Paris eram sempre os mais sujos, amarelos e mirrados, o texto desmascara o habitual pretexto das mulheres de manterem os filhos distantes devido ao ar campestre ali existente. A isto, somam-se as denúncias colhidas nas declarações das camponesas de pais que deixavam de mandar a quantia combinada; de outros que se mudavam e nunca mais davam notícia; de crianças que morriam, e o responsável nem ficava sabendo. Também surgem das páginas um sem número de pequenas tragédias vividas por algumas crianças: como a do bebê que caiu e quebrou um braço; a do que morreu devido a uma papa muito dura; a de um outro ainda que foi devorado por um leitão no quintal da casa onde morava. O valor deste texto reside, sem dúvida, justamente na construção realista de um painel de época e do problema social dos amamentados que a afligia. E, no papel demolidor do relato, ao realizar o desmascaramento das falsas notícias de que as crianças eram felizes e bem tratadas pelas amas.

A atitude pretensamente imparcial que a autora tenta adotar em seu *estudo* não se sustenta. O interesse demonstrado pelas crianças abandonadas termina por trair a aparente curiosidade. Apesar das evidências de falta de cuidado e da ganância de muitas camponesas, ela ainda assim justifica e compreende o lado das amas-de-leite – as *mercenárias*, como se dizia – e delas mostra uma outra face pouco conhecida: humana e explorada. Em

última instância, seu texto conclui que não eram elas as culpadas de as crianças serem ali maltratadas e de até morrerem, pois a rigor não tinham condições nem de criar os próprios filhos, tais as dificuldades econômicas e tantas as atividades que tinham de desempenhar para sobreviver. A grande culpa – naturalmente, pode-se até dizer – recai sobre a mulher burguesa que não amamentava e mandava os filhos para serem criados longe de suas vistas. A autora apela assim também (como a igreja e os higienistas faziam) para a culpabilidade das mulheres, como forma de conseguir convencê-las a assumir os cuidados com os filhos.

O fato de Nísia Floresta ter realizado um estudo *de campo* e de, a partir do conjunto das impressões recebidas, fazer uma abstração e ainda teorizar a respeito poderia talvez sugerir uma aproximação entre sua atitude "científica" com a corrente filosófica e religiosa positivista, que valorizava o conhecimento racional fundado na observação e experiência. Mas esta aproximação deve ficar reduzida apenas à atitude empírica da pesquisadora. O aforismo comtiano 'ver para crer' era limitado (é bom lembrar) pelo dogma positivista que negava a explicação do porquê dos fenômenos. Estes podiam ser conhecidos apenas em suas relações – isto é, como aconteciam – e nunca em sua essência ou causas íntimas.

Só que a autora (e seu texto o confirma) não se detém apenas nos fatos observados; ela quer conhecer a *origem* mesma destes fatos. E é precisamente neste avanço da investigação que reside seu distanciamento da conduta científica positiva. Aqui ela pergunta e ela mesma responde:

> Qual é a origem de tantas monstruosidades que vemos produzidas em todo lugar pela civilização, e alimentadas pelo hábito?
>
> Não é preciso procurar muito para trazê-la à luz, porque ela está clara por toda parte.
>
> A descrença!
>
> E de onde vem este flagelo destruidor?
>
> Da educação.
>
> A educação moral, de que tenciono aqui falar, falta geralmente por toda parte: por toda parte é esboçada, não sendo em parte alguma

> levada a cabo. Daí a origem e a causa capital de todos os males morais que afligem e afligirão ainda por muito tempo o gênero humano. (FLORESTA: 1997, 111)

Passemos ao terceiro e último momento deste texto, qual seja, o da elaboração de reflexões que a autora, já em Paris, faz acerca de sua experiência. A narrativa se distancia da ficção e ganha um certo tom ensaístico e moralizante. Assume um tom pessoal com o foco narrativo na primeira pessoa e adquire uma atitude crítica que bem revela o amadurecimento das convicções e a plenitude intelectual e existencial de quem o escreve. Ao retomar as "forças-motrizes" de seu pensamento, ou seja, os assuntos que sempre motivaram seus escritos, agora com mais veemência e mais apelos persuasivos visando a todo custo conduzir o pensamento de sua leitora, o texto adquire um caráter nitidamente *formativo*, pois, mais que *informar*, pretende *formar* consciências e propor uma reforma de comportamento.

Este terceiro momento será, também, o momento da *catarsis* e do desabafo autoral. A mulher que retorna não é de forma alguma a mesma que partiu, pois esta vem desgostosa, impressionada, marcada pelas "dolorosas excursões" e tem o coração fechado de angústia. O fato de haver conhecido um *outro lado* da grande cidade parece ter dado a ela mais forças para resistir aos seus encantos e não se deixar seduzir por seu aparente esplendor.

> O brio daquela altiva e clamorosa metrópole, os seus palácios suntuosos, os belos monumentos, os esplêndidos cafés, domicílio eterno dos ociosos, as ricas lojas, as filas das carroças que se dirigem ao luxuriante bosque de Boulogne para recreação dos elegantes e de todos aqueles que folgam; esses milhares de pessoas que vão e vêm por toda parte, alguns a negócios, alguns a passeio; todo esse movimento enfim, que mostra a operosidade de um povo inteligente e progressivo, apertou-me ferozmente o coração e, como disse, quase repugnou-me. Porque à memória de tantos infelizes que morrem à míngua nos sótãos e dentro de escuras tocas, mesmo em meio a esta grande cidade que exibe um luxo tão desmedido, juntava-se agora a memória daquelas pobres crianças dadas em custódia, ou melhor dizendo, confinadas naqueles campos, enquanto seus pais fazem parte de um tão grande movimento de gente! (FLORESTA: 1997, 105)

O olhar que agora estende sobre a cidade está impregnado da força da realidade que conheceu nos campos e mesmo quando aparentemente divaga por entre outras questões, ao fundo permanece o quadro das crianças abandonadas pelas mães a lhe servir de constante inspiração. Com este olhar novo desvenda o egoísmo, a vaidade burguesa e a hipocrisia social que impediam os pais abastados de optar pelas *creches* ao invés das amas. Segundo o raciocínio burguês, como aquelas "casas de caridade" eram utilizadas pelos mais humildes, não ficaria *bem* se eles – os burgueses – o fizessem. "Falta a eles o coração, mas não o orgulho e a vaidade", conclui a autora.

É neste momento, portanto, que melhor se visualizam a educadora e a filósofa existentes na voz autoral. Ela medita sobre os "progressos da civilização", "as modernas descobertas", os "novos milagres da arte e do engenho", enfim, tudo aquilo que compunha o amplo leque de novidades tecnológicas e se convertia em orgulho para os que viviam naquele século. Seu novo olhar não se deixa enganar com os falsos brilhos do avanço técnico e material; enxerga outros aspectos geralmente esquecidos e denuncia o lado podre da modernidade que então se impunha. A origem da degradação social, segundo ela, estaria na ausência de uma educação moral efetiva, a única capaz de curar "as chagas gangrenadas da sociedade" e de completar a obra do progresso a um bom termo. Por educação moral, parece compreender agora a massificação das virtudes – como amizade, abnegação, compreensão, laboriosidade – em todos os seres humanos, de modo a ampliar os laços de solidariedade entre os homens. O componente romântico de seu protesto é inegável e, talvez por isso, o tom moralista e a intenção moralizante atingem aqui o seu ápice. A autora pretende contribuir com seu protesto, repetimos mais uma vez, para a melhoria social como um todo e, especificamente, para a reabilitação da condição feminina. De certa forma ela faz, nestas reflexões, um diálogo com aquela que era a grande problemática de seu tempo: o conflito entre a modernidade e a realização do ser humano.

O motor capaz de dar um novo impulso a tudo isso, mas que ainda falta fazer funcionar não é outro senão o coração feminino. Assim, finalmente, a autora alcança seu objetivo e tudo o mais adquire o aspecto de uma grande introdução à questão que realmente queria desenvolver. Ela estava convencida (este texto nos confirma) da superioridade moral feminina, pois a mulher

possuía, como elementos inerentes e inatos à sua natureza, justamente a ternura e a capacidade de doação e amor. Mas, observa, não bastava que a 'natureza' lhe tivesse dado estes dons: era preciso orientar seu coração através de "uma educação culta e fortificada na prática do dever e na razão", para que ela o utilizasse em benefício dos outros (p. 113).

Para a *construção* da mulher que o século XIX pedia, era necessário, antes de tudo, dar a ela o sentido das "coisas úteis" e desinfetar sua alma dos falsos discursos de teóricos que atordoavam as mentes femininas com suas promessas e, ao fim, mantinham-nas submissas aos seus caprichos através de uma educação que pouco acrescentava. O 'mau uso' que elas faziam de sua 'ascendência' sobre os homens não podia ser, portanto, culpa delas, mas sim da educação que recebiam e dos homens que a incentivavam.

Nísia Floresta realiza neste momento de seu texto uma espécie de retomada das ideias que primeiro apareceram nos *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Temos, assim, a enumeração de alguns preconceitos relativos às mulheres; a denúncia do abuso do poder masculino, da dupla moral e de uma educação que servia apenas para transformar as mulheres em *bonecas* para exclusivo usufruto masculino. A ironia com que trata os que defendem tal redução para o destino feminino bem dimensiona sua consciência do processo utilizado por eles tanto na sedução como na exploração feminina. Quando novamente retoma o diálogo com as leitoras é para mais uma vez exortá-las a se conscientizarem de sua condição de exploradas e indicar-lhes o caminho que devem seguir. Mas este caminho, longe de ser o da revolta, consiste precisamente no reforço de um *ideal feminino* como, aliás, ela também havia feito em *Direitos das mulheres*. Em suas palavras:

> Mostrai-vos todas generosas, ó mulheres; em vez de gritar contra os erros, e injustiças, dos quais sois vítimas, procurai com vossa natural doçura, com uma bondade inalterável, e com prudentes observações, extirpá-los de seu transviado espírito, e pô-lo no bom caminho, o caminho da felicidade.
>
> Será essa a vossa mais digna vingança: será esse o único nobre expediente capaz de preparar-vos uma vida mais condizente com a vossa própria dignidade, e com a vossa verdadeira

> missão sobre a terra. (FLORESTA: 1997, 129)

Se as mulheres – a autora está convicta – se unissem em torno de um projeto comum de *automelhoramento* e decidissem reconduzir o próprio destino com o propósito de tornar-se "útil à família e a toda a humanidade", elas seriam as responsáveis pela regeneração da humanidade e se tornariam merecedoras da 'glória maior'. A apologia que se segue da mulher e do seu poder advindo do sentimento (ou de seu coração) é nossa conhecida, pois está também em outros escritos de Nísia Floresta. O mesmo ocorre com a visão idealizada – quase utópica – do triplo papel de mãe, esposa e filha, que ela desempenha junto à sociedade. Os deveres passam a ocupar, assim (e por muito tempo ocuparão), o espaço requisitado antes (por ela mesma e por outras escritoras) dos direitos das mulheres.

> Filha! Amai e respeitai os vossos pais, não por uma fórmula de obediência vulgar, mas por um sagrado dever que é tão doce de se cumprir para os amorosos protetores da nossa infância [...]. (p. 133)
>
> Esposa! Guardai intacta a fé que jurastes ao homem por vós escolhido, e fazei vossa delícia em dar-lhe prova [...] de que vós sois para ele não apenas um autômato, mas uma amiga circunspecta e devota, uma companheira inseparável e necessária à sua vida em qualquer vicissitude [...]. (p. 135)
>
> Mãe! Esta, ó mulheres, esta é a um só tempo a vossa mais doce, mais nobre, mais relevante obra a cumprir. (FLORESTA: 1997, 139)

Provavelmente, no desejo de mais ainda valorizar estes papéis, eles passam a ser acompanhados de expressões tomadas de empréstimo à religião, que terminam por lhes dar uma certa dignidade em sua aura mística. Assim, o dever filial é um dever doce de cumprir; a vida conjugal, a "mais digna e santa". A maternidade é sempre uma santa função, uma missão, um sacerdócio, uma vocação. E, de acordo com este campo semântico, o lar é um paraíso, a mãe 'uma santa', e toda mãe é sinônimo de 'santa mulher'. Estas imagens permitem-nos deduzir o sacrifício do prazer individual em prol da família, conforme o comportamento de renúncia que se esperava das mulheres, incentivado pela religião.

Entre os conselhos que a autora dá às mães, está precisamente o reforço do modelo estereotipado de uma dedicação exclusiva ao lar. Ser boa mãe era, antes de tudo, esquecer de si mesma, ser "amorosa, simples, franca, autêntica, justa e modesta" diante dos filhos. Também significava não os confiar a ninguém; amamentá-los; zelar por sua saúde e por seus estudos; ajudá-los a "discernir o verdadeiro caminho"; desenvolver neles o "amor à humanidade", à ordem, à parcimônia, ao trabalho. Entre seus conselhos encontra-se ainda um que recomenda dar um tratamento igualitário aos meninos e às meninas como forma de prevenir os preconceitos e modificar naqueles a opinião futura sobre as mulheres.

> Nascestes mulheres e assim mostrai-vos; não apenas na acepção deste vocábulo nos lábios dos vossos amáveis e lisonjeiros antagonistas, mas dando prova daquela virtude que melhor condiz convosco; a abnegação. (FLORESTA: 1997, 133)

A construção da identidade feminina – sabemos hoje – teve que passar necessariamente pelo resgate da função biológica e pela delimitação do papel da mulher junto à família. E, ao contribuir para a construção desta identidade, o nome de Nísia Floresta se alinha também entre os das teóricas (e teóricos) da reformulação da maternidade e do papel da mulher em nosso país e mesmo na França, pois estava convencida (ela e as demais jornalistas e escritoras suas contemporâneas) de que este 'novo comportamento' daria *status* e *poder* para as mulheres e representava a grande chance para que estas se reabilitassem e se tornassem úteis à sociedade.

Observações finais

Não é o caso aqui, naturalmente, de negar a extrema importância que esta etapa representou na trajetória das conquistas femininas. Ao contrário, é preciso reconhecer que significou, na época, um passo adiante no encontro da dignidade e do respeito social. Apenas é preciso observar que, ao enfatizar nos seus escritos as "virtudes naturais" da mulher, ao lhe atribuir uma ação moralizadora diante da família e ao considerar a educação moral como a responsável pela maior consciência dos seus deveres, a autora termina por contribuir também para a construção e a cristalização de uma "mística feminina" que ocorria naquele momento e por tocar as mesmas teclas de outros pensadores, em tudo contrários a uma ampla emancipação da mulher. No caso específico de Nísia Floresta, a autora estava tão impregnada da própria mística – a imagem construída de mãe dedicada e saudosa do filho distante – que não era mesmo possível conseguir romper com ela e exercer, finalmente, uma crítica sobre a sua função discriminatória. Segundo essa mística, o melhor destino era "viver sua feminilidade" e ter como únicos sonhos ser uma boa mãe e esposa perfeita, o que estreitava o mundo feminino aos limites do lar.[4]

Para nós é fácil perceber a posterior manipulação ideológica desse discurso e suas consequências na vida das mulheres nas décadas que se seguiram. Da mesma forma, pode-se compreender os motivos que levaram tantas mulheres a ver no elogio da maternidade a fórmula mágica de escapar da condição desprezível em que a maioria delas vivia. Basta que tenhamos em

[4] A expressão 'mística feminina' tornou-se por conhecida com o livro de Betty Friedan – *Mística feminina*, de 1964. Sua contribuição – a desmistificação da realização doméstica – representou uma arrancada do movimento feminista nos anos 1960 e 1970 em muitos países. Acerca da maternidade ela indaga: "Sendo embora a maternidade uma condição sagrada através dos tempos, defini-la como uma forma de vida total não seria negar à mulher o resto do mundo e o futuro que diante dela se estende? Ou esta negação é que obriga a considerar completa a maternidade?" Op. cit., p. 53.

mente as descrições que historiadores e viajantes fizeram da vida da mulher no Brasil Colônia e não as consideremos nem como fantasia nem como exagero de seus livros. De 'escrava doméstica' a 'rainha do lar' parecia haver uma grande distância. Tão grande que enganou a maioria das mulheres, incluindo aí até as mais lúcidas. Por isso, repito, apenas hoje é possível perceber a transformação de 'libertação' numa nova camisa-de-força. Ou de como os 'deveres' obscureceram os 'direitos' e como foi difundida a crença de que a mulher só era capaz de realizar as tarefas ligadas à casa, ao marido e aos filhos. As mulheres de então não podiam mesmo perceber a nova forma de enclausuramento que se impunha, tão grande era o seu poder e tão sedutores os seus disfarces…

Mas de uma coisa nossa autora estava certa: apenas a educação era capaz de tirar o gênero feminino da submissão a que estava relegado, e de dar às mulheres as condições necessárias para serem donas de seus destinos. Enfim, esta é Nísia Floresta, autora de importantes páginas de nossa história que revelam a difícil trajetória que foi preciso cumprir, na busca e construção da identidade e dos direitos da mulher brasileira.

Referências:

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado – o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERNARDES, Maria Theresa C. Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta:* vida e obra. Natal: Editora da UFRN, 1995.

FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro. Tomo 93, vol. 147.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4 ed. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989a.

______. *Opúsculo Humanitário*. 2 ed. Estudo de Peggy Sharppe Valadares. São Paulo: Cortez, 1989b.

______. *Cintilações de uma alma brasileira.* Edição bilíngue. Trad. Michelle Vartulli, Zahidé Muzart e Suzana Funck. Apresentação e Biobibliografia de Constância L. Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres/ EDUNISC, 1997.

______. *Conselhos à minha filha*. 2 ed. Rio de Janeiro: Typ. de F. de Paula Brito, 1845.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Trad. Áurea Weissenberg. Petrópolis (RJ): Vozes, 1971.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas:* 1850-1937. Trad. Maria Thereza P. de Almeida / Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Subsídios para a História da Educação no Brasil – 1834-1889. I Vol. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

OSÓRIO, Fernando. *Mulheres farroupilhas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

RETAMOZO, Aldira Correa *et al*. *O papel da mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora Tchê Comunicações/Casa Masson, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* 2 ed. Prefácio Antonio Candido. Petrópolis: Vozes, 1979.

Nísia Floresta Brasileira Augusta

DIREITOS DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS

Introdução e notas

Constância Lima Duarte

Prólogo

Questionamento coletivo da condição de subalternidade feminina, reivindicações expressando o sonho das mulheres por um mundo de dignidade entre os gêneros propagaram-se no século XX. Do Terceiro Mundo, em Nairobi, no encerramento da Década da Mulher, em 1985, nossa voz transcendeu fronteiras de geografia e de idiomas: uma rede irreversivelmente internacionalizada vem sendo tecida. Os anos setenta, no Brasil, foram decisivos.

O movimento feminista contemporâneo, entretanto, tem raízes históricas. A organização das mulheres e a anunciação de nosso desejo resulta de um processo. Dele Nísia Floresta dá testemunho, com sua intensa atuação, no século passado.

A reedição de "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens" traduz uma disposição de conhecer essas raízes e dar visibilidade à participação feminina na cena histórica de nosso país.

Ao publicar este trabalho, a Cortez Editora resgata a memória dessa brasileira que ofereceu significativa contribuição à vida social de seu tempo, retira-a do território da fantasia e faz justiça, trazendo-a para o mundo da produção efetiva.

Jacqueline Pitanguy

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
Brasília, 19 de junho de 1989

Prefácio

Duas mulheres dois mundos, um só preconceito

O império Britânico na segunda metade do século XVIII se consolidava, ampliava, industrializava. Em todas as esferas do mundo sócio-econômico inglês vigorava plena divisão sexual, a atuação da mulher estava rigorosamente delimitada e vinculada à família, ao marido, aos filhos, à casa. Variavam, concretamente, os desempenhos sociais conforme as classes mas uma grande fronteira ideológica indicava "o lugar" da mulher. Uma voz se insurge contra os limites: Mary Wollstonecraft.

Cinquenta anos mais tarde, no Brasil, país que engatinhava em sua independência da coroa portuguesa, os mesmos valores culturais franceses e ingleses, aqui se fixavam com a hegemonia econômica daqueles centros. País agrícola, latifundiário, exacerbou a divisão sexual em todas as atividades sócio-econômica e culturais. O sistema educacional mal se desenhava e eram raras as "mulheres educadas"[1]. No Rio Grande do Norte, uma jovem de 22 anos, Nísia Floresta, se insurgiu contra as limitações impostas à mulher e foi buscar, na sede do poder econômico e cultural, a cumplicidade dee Mary Wollstonecraft.

Nísia Floresta traduz o livro de Mary, Vindication of the Rights of Women, de forma livre. Mantendo o cerne do texto original em que a autora reivindicava igualdade às mulheres. Nísia vai mostrar a privação destes direitos e a injustiça cometida pelos homens que as impedem de se desenvolver.

[1] CRESCENTI BERNARDES, Maria Thereza Caiuby. Mulheres Educadas – Rio de Janeiro do Século XIX (1840-1890). Tese de Doutorado, São Paulo, 1983. FFLCH-USP, mimeo.

Para Nísia o essencial da sujeição decorre do impedimento de as mulheres terem boa educação. Homens e mulheres, afirma, são diferentes no corpo, mas isto não significa diferenças na "alma". As desigualdades que resultam em inferioridade, argumenta, resultam da educação e das circunstâncias de vida. As mulheres não são inferiores quanto ao "entendimento", à competência, ao saber ou ao aprendizado. Desempenhando tarefas de procriação, são essenciais ao "Estado Social".

Nísia é precursora ao mostrar que a mulher foi envolvida em uma rede: não lhe dão educação pois elas não desempenham tarefas em espaços públicos, e elas não as desempenham pois não são educadas. Daí o círculo que só será rompido pela educação.

Nísia e Mary tiveram outra contemporânea, Flora Tristan[2]. Três mulheres que usaram da escrita para lutar contra a discriminação. Nísia, uma brasileira, vai para a Europa onde convive com intelectuais, com positivistas, Flora faz o trajeto inverso, vem da França para o Peru e nos dois continentes se confronta com várias formas agudas de discriminação.

Nísia Floresta foi precursora na história do feminismo brasileiro. Independente, viaja, funda escolas, escreve. Quanto terá influenciado sobre o movimento que se expande na segunda metade do século XIX? Esta é uma questão ainda sem resposta.

Uma de nossas pesquisadoras, Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes[3], ao buscar elos do passado, descobriu as mulheres "educadas". Encontrou entre 1840 e 1890, cerca de 99 escritoras e tradutoras, dedicadas à prosa e à poesia, porém, a maioria se voltava para artigos e obras didáticas, ou, como diz Crescenti, para "obras de reflexão".

Naqueles 50 anos, existiam seis jornais femininos no Rio de Janeiro, dois em Alagoas e um na província do Rio de Janeiro (dois dos jornais do Rio tinham antes sido editados em São Paulo, e um em Campanha, Minas Gerais). São todos jornais fundados e dirigidos por mulheres. Não nos deixemos enganar pelos nomes destes veículos imaginando-os preocupados

[2] TRISTAN, Flora, Peregrinaciones de uma Paria – Colección Nuestros Países. Casa de las Américas. Série Rumbos. Cuba, 1984.

[3] CRESCENTE BERNARDES, Maria Thereza Caiuby. Op. Cit., p. 9.

apenas com a aparência, moda, normas familiares, ou romantismo. "O Jornal das Senhoras", "A Família", "Bello Sexo", "A Mulher", "O Sexo Feminino", "O Quinze de Novembro do sexo Feminino", ao lado de artigos sobre moda, bailes, carnaval, publicam numerosos artigos da reivindicação dos direitos da mulher, de protesto ou mesmo de propostas de ação concreta, informa Crescenti[4].

Portanto, um pensamento emancipador florescia no país, durante todo o século XIX, sendo Nísia certamente uma das precursoras.

Mas por que este movimento não resultou em emancipação já naqueles anos? As próprias jornalistas respondem a esta questão revelando as enormes resistências que encontravam por parte de pessoas da sociedade, escritores e mesmos jornalistas... A Legislação também criava obstáculos à mulher, por exemplo impedindo-a de entrar para a universidade, ou de votar.

O movimento de reivindicação das mulheres, avaliado ao longo da História, tem períodos de florescimento e outros de refluxo. A passagem do século parece ter sido marcada por este último, reavivando-se a luta na primeira e segunda décadas do século XX, na luta pelo direito ao voto. Mais uma vez, os mesmos argumentos se confrontam: entendia-se que a mulher deveria se dedicar inteiramente à família, filhos e marido, e que o próprio exercício do voto trairia este destino. A luta de Diva Nolf Nazario, por exemplo, em 1920, para tentar, em vão, seu direito ao voto, explicita todos estes preconceitos[5]. Nem mesmo o fato de ser advogada lhe garantiu o direito à plena cidadania. Nos anos 60 reacende-se no Brasil o movimento feminista. Na década de 70 ele se amplia e inúmeros temas atraem as mulheres. Emancipação, auto-estima, superação de discriminações, propostas de alteração da Legislação, organização política. Um novo ângulo se soma a estes todos: a recuperação da memória feminina, a redescoberta desta história. É então que Nísia Floresta vai ser reencontrada. Constância Lima Duarte decidiu-se por uma tarefa considerada impossível por muitos: descobrir os traços de Nísia Floresta. Figura mítica no imaginário do feminismo brasileiro, Nísia aguardava uma mulher com coragem que a trouxesse para o cenário

[4] Idem p. 152 e 177 e segs.

[5] NAZARIO0. Diva Nolf. Voto Feminino e Feminismo – Um anno de feminismo entre nós. São Paulo, 1923.

atual. A sensibilidade de Constância está conseguindo aquilo que todas nós aguardávamos: traçar nossa própria história através desta extraordinária precursora, Nísia Floresta. Ao fazer-nos entender Nísia, Constância está explicando aos seus contemporâneos as resistências à emancipação da mulher brasileira, mas também porque esta luta é incessante.

Eva Alterman Blay

Professora Titular e Chefe do Departamento de Sociologia,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

São Paulo, 22 de junho de 1989.

A propósito deste livro

Há 157 anos, quando a maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada no mais recôndito dos preconceitos, sem qualquer direito que não fosse o de ceder e aquiescer sempre à vontade masculina, espartilhada estereótipos antinaturais, justo neste momento, surgia em Recife a primeira edição dos *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens,* uma tradução livre do bem mais famoso *Vindication of the Rights of Woman,* de Mary Wollstonecraft-Godwin, assinada por uma jovem de vinte e dois anos do Rio Grande do Norte – Nísia Floresta Brasileira Augusta.

No ano seguinte, 1833, nova edição deste livro vinha à luz em Porto Alegre, para onde sua autora havia se transferido. E em 1839, já no Rio de Janeiro, mais outra é anunciada pela imprensa. Alguns autores, entre eles Laurence Hallewell e Wilson Martins[6], duvidaram da existência destas duas edições. E não foram poucos os pesquisadores que assim pensaram. Acreditavam que tivesse havido apenas a primeira edição e que a autora colocava os exemplares restantes à venda, à medida que se transferia de domicílio.

Ora, o exemplar de que disponho é justamente o da segunda edição, publicado pela Typographia V. F. de Andrade, de Porto Alegre, em 1833. Trata-se, na realidade, da única edição disponível ao leitor, pelo menos foi esta a única que encontrei nas minhas pesquisas, aqui e no exterior.

Se, no ano seguinte ao da primeira, já surgia uma nova, o mais provável é que seis anos mais tarde, quando o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1839, publicava o reclame da Casa do Livro Azul, anunciando a venda, por 500 réis, dos *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens,* também se tratasse de uma nova edição.

---

[6] In Laurence Hallewell. *O livro no Brasil, São Paulo, T.A. Queiroz; Edusp, 1985, p. 55; e Wilson Martins, História da Inteligência brasileira,* vol. II, São Paulo, Cultrix, Edusp, 1977/78, p. 306.

Mas apesar de três vezes impresso, a existência deste pequeno/ grande livro estava praticamente terminada, pela ausência mesmo de exemplares em nossas bibliotecas que pudessem atestar esta sua existência. E, consequentemente, pelo desconhecimento geral do pensamento aí contido, que continua praticamente desconhecido do público leitor.

Durante alguns anos percorri o país e inúmeras bibliotecas à sua procura, sem sucesso. A Nacional, do Rio de Janeiro, até 1930 possuiu dois exemplares e a de Porto Alegre, apenas um, que desapareceu por volta dos anos 40. As demais bibliotecas pesquisadas, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, nunca foram honradas com sua presença no acervo. Da mesma forma, os bibliófilos. Alguns sabiam de sua existência, mas nenhum dos que contactei, e não foram poucos, sequer chegou a conhecer um só exemplar.

E quando já havia reduzido o afã da pesquisa, conformada em apenas citá-lo como uma página distante e perdida de nossa história, eis que ele, como que se desencanta e surge – amarelecido, sobrevivente de uma luta contra o tempo, roto nas margens, maltratado pelos insetos – para provar que um dia existiu e testemunhar o espírito pioneiro de sua autora.

Assim, Nísia Floresta ressurge para nós, envolvida ainda pelo manto de mistério que a cerca (faz tanto tempo!), revelando, para quem dela se aproxima, um pouco do momento em que viveu. Como todo mistério, não foram poucas as histórias que surgiram em torno dessa figura feminina, e muitos foram os pesquisadores que se deixaram envolver e seduzir, contribuindo para a formação do mito Nísia Floresta.

Desde o início do século encontramos Constâncio Alves, Brito Broca, Henrique Castriciano, Clementino Câmara, Roberto Seidl, Oliveira Lima, Adauto da Câmara, Gilberto Freyre, Nilo Pereira e Câmara Cascudo escrevendo páginas laudatórias, que mal escondiam a admiração e o fascínio por "esta mulher mais notável de nossas letras", este "adorável mito", verdadeiro "monstro sagrado" … Como a maioria não conheceu seus escritos, o que prevalece mesmo nestas páginas é a surpresa pela coragem dessa mulher que nasceu em 1810 num sítio distante do Rio Grande do Norte, que separou-se

de um marido aos quinze anos e casou-se com outro, que adquiriu – não se sabe como – um saber surpreendente, que foi abolicionista e republicana, que lutou pela melhoria da educação feminina, escreveu livros os mais instigantes, e finalmente, que viajou para a Europa e escolheu a França para viver parte de sua vida, até morrer, pobre e sozinha, em 1885 em Rouen.[7]

Não é para menos esta admiração. Tampouco infundada sua fama de mulher inovadora e audaciosa, como a considerou um dia Rachel de Queiroz. À medida que conhecemos seus escritos – e este *Direitos das Mulheres* é apenas o primeiro de mais de uma dezena de títulos -, a esta admiração bibliográfica acrescentamos naturalmente uma outra, pelo avanço de suas ideias, coerência e unidade de sua obra e *clareza sinuosa* do seu pensamento.

Ao leitor desprevenido, Nísia envolve com uma argumentação que seduz e encanta; aos outros – os que se aproximam com certa prevenção – ela os surpreende com seus volteios retóricos, seu raciocínio brilhante e, delicadamente, os conduz para onde quer, terminando por também envolve-los. É difícil ler este "pequeno livro", como ela o chama, sem deixar se enternecer aqui e ali por um certo tom ingênuo, que bem denuncia a pouca idade da autora e a paixão que, naquele momento, a dominava.

Por isso, para que o leitor de hoje realmente encontre Nísia Floresta, tive a preocupação de não maquiar seu texto com alterações que comprometessem a forma primeira. Ele aí está, quase tal e qual. A ortografia está atualizada, mas foram conservadas algumas palavras e expressões pouco usadas hoje, por entender que são facilmente compreendidas (como "faltos de virtude", "rifão", "prejuízo"...), bem como algumas maiúsculas (Natureza, Príncipe, Céu ...) aos nossos olhos desnecessárias, com a intenção de manter a autenticidade e sabor do texto nisiano. Na estrutura da frase não se tocou (nem quando nos parecia pouco correta), se a clareza do pensamento não estivesse comprometida, assim como o emprego do pronome *vós* na "Dedicatória" e no início do Capítulo III. Apenas a pontuação teve que ser alterada, pois em muitos momentos dificultava a compreensão. Havia um excesso de vírgulas e ponto-e-vírgulas, comuns à língua portuguesa do século XVIII e do início do século XIX, hoje em desuso. Já as notas de pé de página pretendem esclarecer

[7] A biografia de Nísia Floresta é uma história que envolve muitos detalhes. Não julgo oportuno tratar, aqui, de tais questões, que serão, aliás, examinadas num outro texto em preparo.

os critérios de atualização do texto, bem como informar sucintamente sobre os autores e personagens citados. Para muitos leitores, estou certa, elas serão desnecessárias, peço, então, a estes, que as ignorem.

Nísia surge então para nós, jovem nos seus 157 anos, tratando questões absurdamente avançadas para sua época e que ainda hoje permanecem sem ter sido equacionadas.

O pioneirismo da autora salta aos olhos do leitor mais precavido. Escapando com ousadia da mente tradução literal, Nísia Floresta toma emprestadas as *vindications* de Mary Wollstonecraft, para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira e postular com ardor a liberdade e o acesso feminino às ciências, à filosofia e aos postos de comando. Como a feminista inglesa, que em seu texto ataca os preconceitos sociais de sua época e demonstra que as mulheres são seres humanos, com direito à mesma educação que os homens recebiam. Nísia Floresta também assim o faz. Apenas à sua maneira, segundo sua experiência e mais de acordo com as especificidades da mulher brasileira.

A liberdade de tradução da autora, a importância das novidades por ela inseridas, o rico processo de geração deste *curto texto*, bem como as repercussões que alcançou na cultura nacional do século passado serão temas que abordarei, entre outros, no Posfácio a seguir.

Constância Lima Duarte

DIREITOS DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS

Por Mistriss Godwin

Tradusido livremente do
Francez para Portuguez,
E offerecido às

BRASILEIRAS e ACADEMICOS BRASILEIROS

Por
NISIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA

PORTO ALEGRE
REIMPRESSO NA TYPOGRAPHIA DE V. F. DE ANDRADE
RUA DA PONTE

1833

Dedicatória

ÀS BRASILEIRAS

E ACADÊMICOS BRASILEIROS

A vós, caras Patrícias e dignos filhos de Palas, ofereço este pequeno resultado de minha aplicação. Assaz conheço a incapacidade de meus talentos para fazer uma tradução digna de vós: porém convencida da indulgência e bondade, que constituem o vosso principal caráter, não hesitei propor-me a esta tarefa na esperança de que, desculpando benignos os meus erros, acolhereis as minhas boas intenções. De vós, Patrícias, espero, que longe de conceberdes qualquer sentimento de vaidade em vossos corações com a leitura deste pequeno livro, procureis ilustrar o vosso espírito com a de outros mais interessantes, unindo sempre a este proveitoso exercício a prática da virtude, a fim de que sobressaindo essas qualidades amáveis e naturais ao nosso sexo, que até o presente têm sido abatidas pela desprezível ignorância em que os homens, parece de propósito, têm nos conservado, eles reconheçam que o Céu nos há destinado para merecer na Sociedade uma mais alta consideração.

E de vós, mocidade Acadêmica, em quem a Nação tem depositado as mais belas esperanças, que sabereis corresponder à sua expectativa, igualmente espero, que atendendo o estado a que nosso infeliz sexo tem sido injustamente condenado, privado das vantagens de uma boa educação, longe de criticardes a minha temeridade, lamentareis a nossa sorte, pois que até em pequenas empresas não podemos desenvolver nossos talentos naturais. Assim como [espero] que, algum dia nas horas vagas de vossos altos ministérios, lançareis vistas de justiça sobre nosso sexo em geral, se não empreender uma

metamorfose na ordem presente das coisas, ao menos para conseguirmos uma melhor sorte, de que não duvidareis, somos dignas. Dest'arte conseguireis nossos verdadeiros louvores, e vossos nomes imortalizados, receberão da Posteridade a brilhante coroa de vossas virtudes.

São estes os ardentes e puros desejos
De vossa Patrícia sincera,
N.F.B.A.

DEDICATORIA

A'S

BRASILEIRAS,

E

ACADEMICOS BRASILEIROS.

A' vós, charas Patricias, e dignos filhos de Pallas, offereço este pequeno resultado de minha applicação. Assás conheço a incapacidade de meus talentos para faser uma traducção digna de vós: porem convencida da indulgencia, e bondade, que constituem o vosso principal caracter, não hesitei propor-me a esta tarefa na esperança de que desculpando benignos os meus erros, acolhereis as minhas boas intenções. De vós, Patricias, espero, que longe de conceberdeis qualquer sentimento de vaidade em vossos corações com a leitura deste pequeno livro, procureis illustrar o vosso espirito com a de outros mais interessantes, unindo sempre a este proveitoso exercicio a pratica da virtude, a fim de que sobresaindo essas qualidades amaveis, e naturaes ao nosso sexo, que até o presente tem sido abatidas pela despresivel ignorancia, em que os homens, parece de proposito tem nos conservado, elles reconheção, que o Céo nos ha destinado para merecer na Sociedade uma mais alta consideração.

E' de vós, mocidade Academica, em quem a Nação tem depositado as mais bellas esperanças;

1 ii

Introdução

Se um autor célebre não tivesse proferido que nada existe na Natureza tão admirável como ver os homens capazes de espanto, poderia alguém, ao menos o que não fosse inteiramente falto de bom senso, deixar de admirar o poder que o prejuízo[8] e o costume têm sobre o espírito humano? Era de esperar naturalmente que esses entes, feitos para dominar, como modestamente se qualificam, fossem ciosos de sua superioridade e muito empenhados em a conservar. Entretanto, excetuando-se a autoridade tirânica, que usurpam sobre nós, achar-se-á, que todos os seus esforços se reduzem a solicitar a mais baixa servidão.

Se a ambição deles fosse louvável e justa, seria de acordo consigo mesmo, e esta consequência os tornaria igualmente imperioso, em todas as ocasiões em que a autoridade é necessária para se sustentar. Se a força exterior do corpo fosse para eles um título suficiente para dominar sobre nós, que somos de uma constituição mais delicada, a superioridade da razão sobre a paixão deveria fazê-los envergonhar de submeter esta razão à paixão, aos prejuízos e a um costume sem fundamento. Se este sexo altivo quer fazer-nos acreditar que tem sobre nós um direito natural de superioridade, por que não nos prova o privilégio, que para isto recebeu a Natureza, servindo-se de sua razão para se convencerem?

Não ignoramos que temos razão; esta é a única prerrogativa que a Natureza nos concedeu para elevar-nos acima da esfera dos animais sensitivos[9]; esta mesma razão que nos faz sentir a superioridade que temos sobre eles, nos

---

[8] "Prejuízo" aqui e em quase todo o texto possui o sentido de "preconceito".

[9] Imbuída do espírito e ideais divulgados pelo iluminismo, a autora coloca desde o início os conceitos filosóficos fundamentais em que vai se apoiar no desenvolvimento de sua argumentação. Entre eles e em posição de destaque temos o "primado da razão", isto é: a crença de que o homem tem uma vantagem única sobre os demais seres vivos, porque pode raciocinar. Para os iluministas, a ênfase no uso da razão é o melhor método para se alcançar a verdade. Com base nesta exigência – a razão – Nísia vai desmontar toda argumentação masculina de superioridade.

mostraria também a dos homens sobre nós, se pudéssemos descobrir neles o menor grau de senso acima do que temos; mas sem faltar a esta mesma razão, não poderíamos reconhecer-nos inferiores a criaturas, cujo bom senso de que fazem alarde, consiste em entregar-se cegamente às paixões, que lhes são comuns com os brutos. Se víssemos os homens sempre senhores em ter suas inclinações brutais perfeitamente subordinadas às suas faculdades racionais, poderíamos julgar que a Natureza os destinos para serem nossos senhores, tanto mais quanto não podemos lisonjear-nos de exercer um império tão completo sobre nós mesmas. Mas como poderíamos conceber uma tal ideia dos homens vendo-os tão ambiciosos de dominar, que não se podem satisfazer senão com uma autoridade absoluta, solicitar a escravidão a mais vil, prostituindo sua razão às suas paixões grosseiras, deixando cativar seu bom senso pelos prejuízos, e sacrificando a um costume pouco judicioso, a equidade, a verdade, e a honra? Quantas cousas há que estas criaturas soberanamente sábias, têm por verdades incontestáveis, sem poderem dar a razão de suas opiniões? Eis a causa: é porque se deixam levar por aparências; para eles tudo que tem aparência de verdade, deve ser tal, porque o ponto de vista sob que descobrem as coisas, supre-lhes a convicção.

Quando falta a evidência em seus princípios, o erro supre a sua falta, e a sua consequência funda-se então em probabilidades. Em uma palavra, como eles supõem sem algumas razões, e raciocinam sem fundamento, consequentemente sustentariam com a mesma força a negativa do que afirmam, se o costume ou a impressão dos sentidos lhes determinasse da mesma maneira. Não há muito, que a crença dos Antípodas[10] era olhada em Filosofia como uma heresia; a ignorância adornada com as prerrogativas do costume, e sustentada com aparência de razão, justifica a opinião contrária e os filósofos, os mais graves, estavam convencidos, ou pelo afetavam, de sorte que foi a maior das temeridades o empreender combate-los. Entretanto o fato tem sido provado tão incontestavelmente, que só o excesso de uma loucura, ou ignorância a mais caracterizada, pode fazer duvidar. A revolução constante dos tempos fez crer aos antigos Astrônomos, que todos os globos celestes giravam em torno da terra, e o costume, sempre imperioso, obrigou

[10] Antípodas são os habitantes de dois lugares da Terra que ficam diametralmente opostos. A palavra vem do grego e significa “de pé contra pé”. São nossos antípodas os habitantes do Japão. A autora refere-se ao período histórico em que não se admitia a circularidade da Terra e o heliocentrismo.

a maior parte dos aprendizes de nosso tempo a abraçar a mesma opinião. Entretanto se se examinar com madureza essas fases, podem igualmente fazer-nos pensar que a Terra é um planeta que se move com os outros em roda do Sol.

Qual é pois a superioridade da razão, que têm os antigos acima dos modernos? Todos raciocinam sobre aparências: os primeiros dizem que, segundo as diferentes posições da Terra e do Sol, em um destes dois corpos há movimento, e como não sentem a agitação na terra, concluem que é o Sol que se move em torno deles, e não eles em torno do Sol. Os segundos, não percebendo o movimento da carroça em que estão, imaginam ser imóveis e que são as casas que passam por eles: ambos não julgam pois sobre os mesmos princípios? Sim, mas com a diferença que estes são menos obstinados que aqueles, e não é tão difícil tirá-los do erro e fazê-los tornar à verdade.

Da mesma sorte, os Selvagens que habitam os países desconhecidos das Índias e que são da mesma espécie que nos outros, faltos de conhecimento do mecanismo de um relógio, creem que os espíritos invisíveis estão dentro dele e fazem parar todas as suas molas. Nossos Secretários de Descartes[11] não se envergonhavam de ter nele uma confiança religiosa, e crer que toda criação animal não é outra coisa que espécies diferentes de autômatos, ou monstros, que se movem por si mesmos, inda que se sabe muito bem, que seu mestre tinha sobeja sabedoria para não acreditar no seu próprio sistema, imaginando-o só para se divertir e embair os ignorantes. Os homens, que têm grande cuidado em apoderar-se dos trabalhos da religião, como de todos os outros, não seguem os preceitos da razão nesta matéria mais do que em outra qualquer, tanto mais se tem a ventura de nascer num país onde se reconhece a verdadeira religião; porque a que receberam com a educação é para eles a única boa e não têm outras provas de sua excelência e melhoria, senão que esta era a crença de seus antepassados. Além deste prejuízo eles se ligam fortemente a ela como a única verdadeira, e sem se darem ao trabalho de examinar ou compará-la, condenam todas as outras como errôneas. Eis aqui

[11] René du Perron Descartes (1596-1650): filósofo e cientista francês, considerado o pai da filosofia moderna, enfatizava o uso da razão como o principal instrumento de investigação filosófica. Sua proposição básica "Penso, logo existo", permitiu que ele chegasse a inúmeras conclusões. Entre seus seguidores – os Sectários, como os chama Nísia – muitos tentaram levar adiante certas proposições que terminaram por se revelar absurdas e contraditórias.

precisamente o caso em que se acha a maior parte dos homens: os Judeus, os Maometanos, os Pagãos, todos se conduzem da mesma maneira.

Nenhum país nos apraz tanto como o nosso; levamos este prejuízo tão longe, que pelo pouco que a honra e o interesse de nossa nação o exija, raras vezes fazemos justiça aos outros, inda mesmo que a razão esteja evidentemente do seu lado; é esta uma fraqueza a que os homens os mais sábios estão sujeitos. Além disto, tal é a fraqueza de ambos os sexos, que até os mesmos Estados são matéria de prejuízo. Um tolo de nossa profissão será sempre mais acolhido em nossa companhia que um sábio estrangeiro. Até mesmo a diferença das moradas tem introduzido o temor e a confusão entre os homens, enganando a multidão e feito crer que esta desigualdade existe entre eles. Se nós quiséssemos dar ao trabalho de remontar à origem desta diversidade de erros populares, poderíamos dar outras causas senão o interesse e o costume? Entretanto, tal é o império que o costume o mais desarrazoavelmente introduzido, tem adquirido sobre o espírito dos homens, que seria menos difícil afastá-los dos sentimentos que têm abraçado sobre a evidência da razão e da verdade, do que tirá-los dos prejuízos inspirados pelo costume. Eu não teria jamais pretendido falar nisto, se não entrasse no detalhe de todas as noções absurdas em que o costume tem sepultado os homens. Ainda que seja um dos maiores absurdos a extrema diferença que eles constituem entre o seu e o nosso sexo, todavia não há erro popular mais antigo e mais universalmente acreditado.

Potlos supõe que os homens – quer sábios, quer ignorantes – sejam realmente superiores às mulheres[12] e que a dependência em que nos conservam é o verdadeiro estado para que a Natureza nos destinou, de sorte que avançar uma doutrina contrária a um prejuízo tão inveterado, deve aparecer um paradoxo tal, como outrora, quando se afirmava que noutro hemisfério existiam homens que andavam com as cabeças diametralmente opostas às nossas; só um exame bem exato poderá fazer conhecer, que uma e outra cousa são conforme a verdade.

Porém, a que Juiz devemos recorrer? Que provas podem se admitir em um negócio tão delicado, que interesse a maior parte do gênero humano

[12] O original: "Potlos, quer sábios, quer ignorantes, supõe que os homens são realmente superiores às mulheres..."

e em que se trata de decidir qual das duas partes é superior à outra? Não procuraremos outro testemunho que o da verdade mais simples e sem dissimulação; se os homens tiverem a generosidade de referir-se a ela, não temeremos o quanto possam alegar em seu favor. Esperamos todavia, por amor deles, que qualquer que seja sua disposição a nosso respeito, não ousarão recusar um testemunho tão imparcial, como incontestável. Mas quem fará este exame? Nós, interessadas na sua decisão, não podemos ser testemunhas nesta causa e muito menos Juízes; esta mesma razão impede a que os homens sejam admitidos a estas mesmas funções; entretanto, temos tanta confiança da justiça de nossa causa, que se os homens fossem maus justos e seus juízos menos corrompidos, nos sujeitaríamos voluntariamente a sua própria sentença. Mas no estado presente das cousas, somos obrigadas a procurar um Juiz menos prevenido.

Até hoje só se tem tratado superficialmente da diferença dos dois sexos. Todavia os homens arrastados pelo costume, prejuízo e interesse, sempre tiveram muita certeza em decidir a seu favor, porque a posse os colocava em estado de exercer a violência em lugar da justiça, e os homens de nosso tempo guiados por este exemplo, tomaram a mesma liberdade sem mais algum exame, em vez de (para julgar cordatamente se seu sexo recebeu da Natureza alguma preeminência real sobre o nosso) se terem despido inteiramente da parcialidade e interesse, e não se apoiarem sobre os "assim dizem", em lugar da razão, principalmente sendo autores e ao mesmo tempo parte interessada.

Se um homem pudesse banir toda parcialidade e colocar-se por um pouco em estado de perfeita neutralidade, estaria ao alcance e reconheceria que, se acaso estimam-se as mulheres menos que os homens e concede-se mais excelência e superioridade a estes que àquelas, o prejuízo e a precipitação são as únicas causas.

Em uma palavra, se os homens fossem Filósofos (tomando esta palavra em seu rigor) descobririam facilmente que a Natureza constituiu uma perfeita igualdade entre os dois sexos. Mas como há poucos que sejam capazes de um pensar tão abstrato, nenhum direito têm mais que nós, de serem Juízes nesta matéria, e por consequência, necessitamos de recorrer a um Juiz menos parcial, incapaz de deixar-se prevenir por alguma das partes e por conseguinte

irrecusável. Estas qualidades são visivelmente inerentes à razão bem apurada, pois que é uma faculdade pura e intelectual sem acepção por algum sexo e igualmente interessada no bem estar[13] de toda espécie racional em geral, e em particular[14].

Eis o Juiz a quem entregamos a nossa causa; estamos prontas a aquiescer a sua decisão, qualquer, qualquer que seja: e se, sobre o testemunho da verdade, decidir que somos inferiores, nós nos submeteremos de bom grado a sua sentença; mas que acontecerá se depois de um maduro exame, sua decisão nos for favorável?

Toda autoridade que eles têm exercido sobre nós até o presente, não parecerá mais que uma usurpação violenta de sua parte, que não podem perfeitamente expiar, senão restituindo-nos ao estado de igualdade em que a Natureza nos colocou. Enquanto eles não chegarem a esse ponto de equidade, as pechas imaginárias com que eles têm oprimido o nosso sexo e que se alguma aplicação têm, não podem recair mais que sobre um pequeno número dentre nós, que não me proponho justificar, não passarão senão como pequenas sutilezas e cuja sombra querem fazer passar as suas. Assim, para colocar este negócio em um ponto de vista mais claro, não será fora de propósito desenvolver nossas ideias sobretudo no que têm de confuso, separando o imaginário do real e o obscuro do evidente, o falso do verdadeiro, a suposição do fato, a verossimilhança da entidade, a prática da teoria, a opinião da persuasão, a dúvida da certeza, o interesse e o prejuízo da justiça e do juízo exato. Para isto examinemos, por ordem, quais são as ideias gerais que os homens concebem de nosso sexo, sobre que fundamento baseiam suas opiniões e quais são para nós e eles os efeitos do tratamento, que temos recebido, em consequência desta sua opinião. Examinei de passagem no curso deste pequeno livro, se há alguma diferença essencial entre os sexos que possa justificar o império que os homens arrogam sobre nós, quais são as causas e como se deve explicar a diferença aparente, que forma sua pretensão.

---

[13] No original: bem-ser.

[14] Sem dúvida, o que Nísia Floresta busca é a imparcialidade filosófica. Só um filósofo – indivíduo que procede sempre com reflexão e acerto – será capaz de "julgar" tal questão. Ela tentará aplicar os princípios filosóficos aos fatos sociais, à luz da filosofia, no caso a Filosofia Social (cujos precursores foram Platão e Aristóteles e que teve como seguidores Rousseau e mais tarde Comte). Em tempo: no texto original não existe em nenhum momento esta preocupação de provar a superioridade feminina sobre os homens, que Nísia torna mesmo a grande questão do seu livro.

Se, depois de um exame judicioso, não aparecer outra diferença entre nós e eles mais, que a que sua tirania tem imaginado, ver-se-á o quanto eles são injustos[15], recusando-nos um poder, a prerrogativa a que temos tanto direito como eles; quanto são pouco generosos disputando-nos a igualdade de estima, que nos é devida e a pouca razão que têm de triunfar sobre o fundamento da posse em que estão de uma autoridade, que a violência e a usurpação têm depositado em suas mãos.

Justifiquem, pois, se podem, os procedimentos injustos, para não dizer a barbárie grosseira que exercem todos os dias sobre uma parte da criação, de onde depende a sua felicidade, e que nos é inseparavelmente ligada.

[15] Daí, a segunda parte do título de seu livro "... e Injustiça dos Homens". À medida que a autora prova os direitos que as mulheres têm às diversas instâncias da vida social, política e cultural, ela enfatiza o caráter injusto dos homens em negar estes direitos.

CAPITULO I.

QUE CASO OS HOMENS FASEM DAS MULHERES, E SE E' COM JUSTIÇA.

SE cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, nós encontrariamos todos de accordo em diser, que nós nascemos para seu uso, que não somos proprias senão para procrear, e nutrir nossos filhos na infancia, reger uma casa, servir, obedecer, e apraser a nossos amos, isto é, a elles homens; tudo isto é admiravel, e mesmo um Musulmano não poderá avançar á mais no meio de um serralho de escravas. Entretanto eu não posso considerar este raciocinio senão como grandes palavras, e expressões ridiculas, e empoladas, que é mais facil diser, do que provar. Os homens parecem concluir, que todas as outras criaturas forão formadas para elles, ao mesmo tempo, que elles não forão criados senão quando tudo se achava disposto para seu uso. Eu não me proporia a faser ver a futilidade deste raciocinio; mas concedendo, que elle tenha alguma ponderação, estou certa, que antes provará, que os homens forão criados para o nosso uso, do que nós para o delles.

E' verdade, que o emprego de nutrir as crian-

2

Capítulo I

Que caso os homens fazem das mulheres, e se é com justiça

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isto é admirável e mesmo um muçulmano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas. Entretanto eu não posso considerar este raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar. Os homens parecem concluir que todas as outras criaturas foram formadas para eles, ao mesmo tempo em que eles não foram criados senão quando tudo isto se achava disposto para seu uso. Eu não me proporia a fazer ver a futilidade deste raciocínio; mas concedendo que ele tenha alguma ponderação, estou certa que antes provará que os homens foram criados para o nosso uso do que nós para o deles.

É verdade que o emprego de nutrir as crianças nos pertence, assim como a eles unicamente pertence o de gera-los: se este último lhes dá algum direito à estima e respeito públicos, o primeiro nos deve merecer uma porção igual, pois que o concurso imediato dos dois sexos é tão essencialmente necessário à propagação da espécie humana, que um será absolutamente inútil sem o outro.

Que direito pois têm eles de nos desprezar e pretender uma superioridade sobre nós, por um exercício que eles partilham igualmente conosco? Todos sabem, nem se pode negar, que os homens olham com desprezo para o emprego de criar filhos e que é isto, às suas vistas, uma função baixa e desprezível; mas se consultassem a Natureza nesta parte, sentiriam sem que fosse preciso dizer-lhe, que não há no Estado Social um emprego que mereça mais honra, confiança e recompensa. Basta atender às vantagens que resultam ao gênero humano para convir-se nisto; eu não sei se até por esta razão unicamente, as mulheres não mereciam o primeiro lugar na sociedade civil.[16]

Qual foi o fim para que os homens se reuniram em sociedade, senão para terem suas vidas mais seguras e pacificamente gozarem tudo que lhes apraz?

Todos aqueles, pois, que mais contribuem a esta vantagem pública, devem por isso obter maior porção de estima pública. Ora, as mulheres, encarregando-se generosamente e sem interesse, do cuidado de educar os homens na sua infância, são as que mais contribuem para esta vantagem, logo são elas que merecem um maior grau de estima e respeito públicos. Partindo deste princípio é que se olham os príncipes como as primeiras pessoas do Estado. Nesta qualidade, ou grau de elevação, se lhes conferem as principais honras; porque supõe-se ao menos que eles se sobrecarregam de grandes cuidados, vigílias e inquietações, que exige a prosperidade do bem público. Da mesma sorte tributamos mais ou menos respeito àquelas pessoas que estão abaixo deles e que mais se lhes aproximam, porque as olhamos como pessoas mais úteis à sociedade, segundo partilham mais, ou menos, as fadigas do serviço público. É pela mesma razão que preferimos os Militares aos Literatos; porque os olhamos como um baluarte entre nós e nossos inimigos. Todos concordam em respeitar as pessoas à proporção de sua utilidade; eis pois a medida de seu merecimento. Ora, sendo esta regra aplicável a todas as circunstâncias da vida, por que não devem ter as

[16] A autora apoia-se, em sua argumentação, na doutrina Utilitarista, uma tendência do pensamento ético, político e econômico inglês, dos séculos XVIII e XIX. Esta doutrina vê no útil (e na *utilidade)* o valor supremo da vida. A coincidência entre a utilidade individual com a social foi um dos principais temas do Utilitarismo. Aqui e em vários momentos que se seguem, a autora quer provar que as mulheres são mais úteis que os homens e deduzir daí sua maior importância no contexto social.

mulheres, mais que todos, direito à estima pública, contribuindo mais, sem comparação, a seu bem estar?[17]

Os homens podem absolutamente passar sem Príncipes, Generais, Soldados e Jurisconsultos, como antigamente, e ainda hoje passam os Selvagens; mas podem passar em amas na sua infância? E se por si são incapazes de exercer este importante emprego, não precisam indispensavelmente das mulheres? Em um Estado tranquilo e bem regido, a maior parte dos homens são inúteis em seus ofícios e inútil toda sua autoridade, mas as mulheres não deixarão jamais de ser necessárias enquanto existirem homens e estes tiverem filhos.

Para que servem os Juízes, os Magistrados e os Oficiais, que lhes são subordinados para administração da Justiça, senão para garantir a segurança e propriedade dos bens daqueles, que, se não fosse proibido, seriam capazes de fazer justiça a si mesmos mais exata e prontamente? Porém as mulheres, mais verdadeiramente úteis, se ocupam em lhes conservar a vida para gozarem desta propriedade. Estimam-se e recompensam-se os Soldados, porque combatem para defender os homens feitos, que são tão capazes, e mesmo mais que eles, de se defenderem. Com quanta maior razão não merece o nosso sexo essa estima e recompensa, trabalhando para defender os homens numa idade em que não sabem o que são, não podem distinguir os amigos dos inimigos, e nem têm outra defesa mais, que suas lágrimas?

Se os Príncipes e os Ministros, se sacrificam algumas vezes pelo bem público, a ambição é o único móvel, é para adquirir poder, riquezas e esplendor, que eles o fazem. Porém nossas almas mais generosas não atendem senão ao bem das crianças, que nutrimos e educamos, pois que todos os dias experimentamos que a recompensa que temos a esperar dessas criaturas desnaturadas, pelos trabalhos, cuidados, inquietações e infinitos embaraços, que nos causam e de que não se acha exemplo em todos os outros estados da sociedade civil, se reduz a maus tratamentos e a um desprezo repreensível para com o nosso sexo em geral. Tais são os generosos ofícios que lhes prestamos; tal é a ingratidão com que nos recompensam.

[17] No original: bem-ser.

Sem dúvida é preciso que os homens tenham a imaginação bem corrompida para olharem um exercício tão importante, como baixo e desprezível e para lhe recusar toda estima que na realidade merece. Com que liberalidade não se recompensa aquele que consegue domesticar um Tigre, um Elefante e outros semelhantes animais? E as mulheres que passam seus belos anos ocupadas em amansar o homem, este animal ainda feroz, não serão pagas senão com desprezo?

Se nos remontarmos à origem desta injusta parcialidade, encontraremos que a única e verdadeira causa do pouco reconhecimento, que se tem aos importantes serviços que as mulheres prestam aos homens, é que eles são comuns e ordinários. Entretanto, seja qual for a recompensa, o prazer que a generosidade de nosso sexo acha em preencher este ofício, basta para que nós o desempenhemos com toda ternura e sem vistas de interesse. Eu não pretendo queixar-me de não recebermos recompensa: seja-me somente permitido dizer, que por sermos mais capazes que os homens em desempenhar este cargo, não se segue que não possamos também desempenhar outro qualquer.

Na verdade os homens parecem aprovar isto tacitamente; mas com o seu desinteresse ordinário, pretendem restringir todos os outros talentos nossos na órbita singular da obediência, da servidão e da ocupação de satisfazer a nossos amos. Eles têm como uma razão geralmente aprovada o serem nossos amos; mas por que títulos? Eis uma pergunta a que não podem responder. Entretanto, este sentimento é tão comum entre eles, que todos desde o Príncipe até o Súdito, se acham possuídos dele. Já fui testemunha da cena divertida de um homem de baixa condição, pondo um sinal na testa da mulher para lhe fazer ver, unicamente, dizia ele, que era seu senhor.

Este argumento posto que de mau exemplo e indigno de um homem virtuoso, é talvez o melhor e mais forte que o seu sexo pode produzir em seu favor. Seja como for, ou a Natureza os tenha destinado a ser nossos senhores, ou não; ou suas ordens sejam ditadas ou não pela razão, nós acharíamos o jugo da obediência doce e suave, pois que obedecendo, não teríamos mais que submeter nossa vontade à razão, e obraríamos como seres inteligentes, tais quais nos conhecemos. Eis o que as mulheres estariam dispostas a fazer do que os homens em iguais circunstâncias, e que ninguém pode duvidar. Mas

isto equivalia a nos colocarmos ao nível dos brutos, se cumpríssemos todas as suas vontades indistintamente; pois que só isto nos tornaria tão desprezíveis como esses seres injustos e extravagantes, que nos governassem.

Amos ou não, eles não têm mais que dois partidos a seguir para exercer sua imaginária autoridade: ou de continuar a regular suas ordens segundo suas paixões, sem escutar a razão; e então só as mulheres desarrazoadas lhes obedecerão, porque as sensatas não lhes darão esta prerrogativa; ou de fazer falar a razão por sua boca, e então todas as mulheres de bom senso consentirão nisto, convindo mesmo que os homens se persuadam, que é por uma pura obediência que nós condescendemos com as suas vontades. Se escolherem o último partido, nós lhes deixaremos a inocente liberdade de se sentirem senhores, enquanto que nos encantamos de ver tanta autoridade do lado da razão, que é a sua verdadeira base, reconheceremos que ambos os sexos têm direito de se regerem reciprocamente e alternativamente; porque se os homens têm bastante conhecimento para regular as ordens que derem às mulheres, sobre os preceitos da razão, também o terão para ceder a esses mesmos preceitos quando forem impostos pelas mulheres, sem que importe por que boca a razão se faça conhecer.

Se os homens concordam que a razão se serve tanto deles, como de nós, está claro que ela regerá igualmente tanto uns como a outros; mas o caso é bem diferente. Os homens não podendo negar que nós somos criaturas racionais, querem provar-nos a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos, por uma condescendência cega às suas vontades; eu espero, entretanto, que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento e não se submeterão servilmente a um orgulho tão mal fundado. Se não é suficiente ter algumas atenções para com esses entes orgulhosos, é muito pouco ter com eles mais condescendência, do que temos pelas crianças; conservando-se uma certa decência, é preciso servi-los absolutamente.

Que personagens singulares! Não são eles bem dignos de tão alta preeminência! Exigir uma servidão a que eles mesmos não têm coragem de se submeter, de um sexo, que sua vaidade qualifica com o título de – vasos frágeis –, e querer que lhes sirvamos de ludíbrio, nós, a quem eles

são obrigados a fazer a corte e atrair em seus laços com as submissões as mais humilhantes! Têm por ventura eles alguns títulos para justificar o direito com que reclamam os nossos serviços, que nós igualmente não tenhamos contra eles? Têm um protesto tão plausível para dominar sobre nós, como sobre aqueles Selvagens, que sua inocente segurança tem privado do poder de se oporem a suas violências e injustiças? Entretanto a maior parte de nosso sexo, assaz frágil para se deixar vencer pela piedade, por suas carícias e por seu desespero afetado, não tem encontrado o desejo de sua dissimulação, o engano de sua inocência e de seu bom coração? Quantas mulheres há, que depois de haverem confiado a sua liberdade a um esposo, encontram bem cedo o cordeiro transformado em Tigre, e então se acham no caso de invejar a sorte de um escravo sujeito a um tirano sem piedade?

Se a força do corpo, em que reconhecemos sua preeminência, é um pretexto suficiente para nos calcar aos pés, o Leão tem um direito bem fundado de preeminência sobre eles e esta espécie de bruto é mais generosa que a dos homens. Ainda que um pouco mais feroz e bravio, um Leão envergonha-se de empregar sua força quando há demasiada desproporção entre ele e seu adversário. Na verdade, eu convenho que deveríamos procurar satisfazê-los se houvesse alguma aparência de nos resultar proveito. Seria barbaridade deixar chorar um menino, podendo-se acalentá-lo com um brinquedo, porém, desgraçadamente, seria necessário estudar-se toda a vida para descobrir um meio de contentar essas grandes crianças, mais obstinadas que as outras.

Eu tenho ouvido dizer, e é um rifão antigo, que "o diabo é bom quando está satisfeito". Se este rifão é como os outros, fundado sobre a experiência, prova que o diabo pode algumas vezes estar satisfeito: ou quereria que isto se pudesse aplicar também aos homens. Porém, tal é a constituição extravagante de sua natureza, que quanto mais se procura agradá-los, tanto menos se consegue; ou, se por acaso, se tira algum proveito, nunca é equivalente aos seus cuidados. Certamente o Céu criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida. Talvez se me objetará que não é trabalhar inutilmente, uma vez que com isto não fazem mais que preencher o seu tempo; que não tendo sido criadas senão para escravas dos homens, a nossa única obrigação é lhes ser submissas e lhes aprazer; que quando desprezamos outra qualquer coisa, não somos nisso responsáveis, pois que

Deus não nos outorgou outros talentos. Mas, como já tenho dito, e farei ver mais adiante, isto reduz-se a ter como certeza o que ainda está em questão e supor o que deveria, porém que não pode ser provado. Entretanto, algumas pessoas há, mais condescendentes e judiciosas, que convencem que muitas mulheres são dotadas de espírito e conduta; mas ainda assim dizem, que essas dentre nós, que são mais recomendáveis por estes dois motivos, deixam escapar todavia alguma coisa de fraqueza do sexo. Discurso desprezível e cediço, que por si mesmo se acha destruído, e cuja extrema fraqueza parece condená-lo a um eterno esquecimento! Mas um engenhoso autor, não tendo coisa melhor a escrever, julgou interessante fazê-lo reviver em um dos seus escritos semanários, a fim de que este século não ignorasse que nos séculos precedentes houve insensatos entre os homens. Para nos dar um exemplo da sabedoria de seu sexo, ele nos diz que os mais prudentes dentre eles têm julgado não ser preciso conceder às mulheres as doçuras da liberdade, mas sim conservá-las toda sua vida em um estado de subordinação e dependência absoluta dos homens. A razão, que ele produz para sustentar esta tese tão extravagante, é que nós não somos capazes de nos governar a nós mesmas.

Se não são precisas, para sustentar uma asserção tão árdua, outras provas que a simples palavra de quem a propôs, basta ele pertencer ao sexo interessado para ser suspeito tudo quanto avança desta natureza; entretanto como a este respeito somos tão suspeitas como eles, nenhum proveito temos em negar o fato, salvo que é importante para os sexos a necessidade de o provar. Sem dúvida, pessoa de uma sabedoria tão consumada, se nós quiséssemos acredita-las sob sua palavra, não teriam a afoiteza de avançar uma coisa com tanto descaramento, se não pudessem sustenta-la com as provas mais sólidas e convincentes.

Vejamos, pois, sobre que fundamentos eles baseiam as ideias extravagantes que fazem do nosso sexo e em que fazem consistir a verdade e a razão, para que possamos abraçar ou rejeitar sua opinião, com conhecimento de causa.

Capítulo II

Se as mulheres são inferiores ou não aos homens, quanto ao entendimento

Em primeiro lugar, dizem eles, a maior parte do nosso sexo tem bons intervalos, não há dúvida, mas são de pouca duração; são relâmpagos passageiros de razão, que desvanecem-se rapidamente; somos semelhantes à Lua, que obstante por si mesma, não brilha senão por uma luz emprestada; não temos mais que um falso resplendor mais próprio a surpreender a admiração do que a merecê-la; nós somos inimigas da reflexão; a maior parte de nós pensa senão por acaso, ou por arrebatamento, e não falta senão por uma rotina. Eis as graves acusações intentadas contra a maior parte das mulheres; mas concedendo-se de barato, que fosse verdadeiro o que eles objetam, não é incontestável que os mesmos argumentos podem reverter-se contra a principal parte dos homens? Entretanto, se quiséssemos concluir da mesma maneira, que é preciso conservá-los perpetuamente debaixo da nossa guarda, não triunfariam eles e não julgariam este raciocínio como uma prova da fraqueza de nosso espírito?

Qualquer experiência basta para mostrar que somos mais capazes de ter inspeção sobre os homens, do que eles sobre nós. Confiam-se as donzelas ao cuidado de uma mãe de família e elas ficam logo senhoras de uma casa, em idade em que os homens apenas se acham em estado de ouvir os preceitos de um mestre.

O único meio de arrancar um jovem da libertinagem e torna-lo à sociedade, é dar-lhe por guarda uma mulher capaz de reforma-lo com seu

exemplo, moderar suas paixões pela prudência e desviá-lo de seus excessos por maneiras mais ativas. Os homens estão bem longe de provar o princípio com a prática; pois que pelo contrário, quando há alguma questão sobre seus interesses, quando sua prudência consumada não basta para domar os mais debochados dentre eles, todo seu recurso é submetê-los à nossa tutela. Assim pois os seus raciocínios se acham em contradição com a sua prática. Porém é o temor de nos tornar vaidosas, que os obriga a sustentar que não temos solidez, nem constância, e que estamos bem, longe de ter a profundeza de juízo que eles modestamente atribuem a si. Donde concluem com tanta sabedoria, que tem sido necessário que a Providência Divina e seu senso superior concorram igualmente para nos apartar das ciências, governos e cargos públicos. É por uma indagação exata e sem prejuízo que se pode ver se este argumento tem alguma solidez.

Para reconhecer, pois, se as mulheres são menos capazes que os homens para as ciências, é preciso atender qual é o princípio que conduz a este conhecimento; se ele não existe nas mulheres, ou se existe num grau menos perfeito, não se faz necessário mais provas para demonstrar que os homens têm razão. Porém, se ele é perfeito em um como em outro sexo, então deve-se supor os homens invejosos e pode-se dizer, sem temeridade, que a única razão porque nos fecham o caminho às ciências é temerem que nós as levemos a maior perfeição que eles. Todos sabem que a diferença dos sexos só é relativa ao corpo e não existe mais que nas partes propagadoras da espécie humana; porém, a alma que não concorre senão por sua união com o corpo, obra em tudo da mesma maneira sem atenção ao sexo. Nenhuma diferença existe entre a alma de um tolo e de um homem de espírito, ou de um ignorante e de um sábio, ou a de um menino de quatro anos e um homem de quarenta. Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida.

O Criador observa a mesma ordem ao unir as almas das mulheres e dos homens a seus corpos respectivos. Os mesmos sentimento, as mesmas paixões, as mesmas proporções firmam esta união em uns e outros; e a alma

obrando da mesma maneira, em ambos os sexos, é por consequência capaz das mesmas funções.

Para tornar este raciocínio mais convincente não é preciso mais que examinar a estrutura da cabeça, a sede das ciências e a parte onde a alma se faz melhor perceber. Todas as indagações da anatomia não têm ainda podido descobrir a menor diferença nesta parte entre os homens e as mulheres: nosso cérebro é perfeitamente ao deles,[18] nós recebemos as impressões dos sentidos como eles; formamos e conservamos as ideias pela imaginação e memória, da mesma maneira que eles; temos os mesmos órgãos e os aplicamos aos mesmos usos que eles; ouvimos pelos ouvidos, vemos pelos olhos e gostamos do prazer também como eles. Enfim, não se pode imaginar a diferença entre nossos órgãos e os deles, salvo que os nossos são muito mais delicados e, por consequência, mais próprios a corresponder às intenções para que foram formados.[19]

Observa-se geralmente, mesmo entre os homens, que os mais grosseiros e mais pesados são de ordinário estúpidos e que, ao contrário, os mais delicados são os mais espirituosos. A razão é óbvia: a alma encerrada no corpo tem precisão de seus órgãos em todas as suas operações; por conseguinte, está mais ou menos em liberdade de exercer suas funções, conforme seus órgãos sejam mais livres ou mais embaraçados. Ora, não é preciso muito trabalho para provar que nossos órgãos são muitos mais finos e delicados que os dos homens: nisto todo mundo convém; por consequência, se nós gozamos as mesmas facilidades e se nos permite, como a eles, entregar-nos ao estudo, não se pode duvidar que nós avançássemos pelo menos em igual passo, nas ciências e em todos os conhecimentos úteis.

Não pode ser, portanto, senão uma inveja baixa e indigna, que os induz a privar-nos das vantagens a que temos de um direito tão natural, como eles. O pretexto que eles alegam é que o estudo e as ciências nos tornariam

---

[18] Desde o início do século XIX há notícias de "experiências científicas" que visavam "provar" a superioridade do homem branco sobre a mulher, bem como sobre o negro e o índio. Apesar de lançarem mão de verdadeiras fraudes científicas, ao final do século tais experiências eram consideradas por muitos como absolutamente corretas, reforçando a "superioridade" de sexo e a racial. Nísia Floresta, já em 1832, antecipa-se a estas conclusões, ao pregar a mesma capacidade intelectual para mulheres e homens.

[19] A autora transforma habilmente cada "desvantagem" feminina em "vantagem" diante do homem, operando uma inversão muito interessante nas ideias, de forma, a adequá-las à sua argumentação.

altivas e viciosas; mas este pretexto é tão desprezível e extravagante e bem digno do seu modo de obrar. Não, só o falso saber e os conhecimentos superficiais são os que produzem tão mau efeito; porque o verdadeiro e sólido conhecimento não pode tornar as mulheres, assim como os homens, senão mais submissas e mais virtuosas. É preciso confessar que se um conhecimento superficial tem tornado vaidosa algumas mulheres, tem igualmente feito insuportáveis muitos homens; mas isto não é razão para se recusar o sólido saber nem a uns, nem a outros. Deve-se pois procurar com todo empenho aperfeiçoar as disposições que se lhes conhece para as ciências, fazer conceber o gosto para elas e ensinar-se-lhes a fundo; é preciso seguir a opinião de um dos melhores autores, que é aplicável a todas as ciências, também como à poesia.

> "Pouco vale sábio ser, sem ser profundo;
> Ou as letras deixai, ou ir-lhe ao fundo:
> Não vos levem vontades caprichosas
> De Hypocrene às margens perigosas;
> Seus vapores sutis toldam a mente,
> Cobre a razão quem bebe na corrente."
>
> Pope, Ensaio sobre a crítica[20]

Julga-se, comumente, que os homens não precisam de conhecimento para serem virtuosos; este prejuízo só pode nascer de pessoas, cujo espírito e conduta não é regular; tem-se concluído falsamente, que as ciências são não só inúteis para a virtude, mas até prejudiciais. Entretanto, não será difícil provar que o conhecimento de nós mesmas e de outras muitas coisas é absolutamente necessário para aumentar-nos a persuasão de nossas obrigações morais. Com efeito, a principal razão que se apresenta de que tantas pessoas se deixam arrastar pelo vício e pelo desleixo com tanta precipitação, ou de que praticam a virtude com tanta indolência, é porque não se conhecem bem a si mesmos, nem aos objetos que os tocam. Ora, como pretender que eles dissipem esta ignorância, senão pelo estudo e ciência? Se tem havido algumas pessoas de nosso sexo tão deslumbradas de seu saber, que se possuem de

[20] Alexander Pope (1688-1744) – poeta inglês, escreveu diversos poemas satíricos em que ridicularizava a sociedade elegante de sua época. Publicou ensaios filosóficos sob a forma poética, como *Ensaio sobre o homem* e *Ensaio sobre a crítica*. Este último foi traduzido para o português pelo Conde de Aguiar e publicado no Rio de Janeiro, pela Imprensa Régia, em 1810. Talvez sejam desta tradução os versos acima citados.

vaidade, esta falta em si mesma é desculpável; é porque para aprenderem a ser humildes, não beberam no rio corrente da sabedoria, e só se demoraram em sua superfície.

Além de que, a raridade desta vantagem em nosso sexo e as dificuldades que essas mulheres têm encontrado a vencer para alcança-la, fazem a apologia da vaidade, que elas ajuntam ao seu mérito. Aconteceu-lhes o mesmo que a um homem de não-nada[21], que seu mérito e indústria têm elevado a uma dignidade muito acima da esfera de seus iguais: sobem-lhe à cabeça algumas fumaradas; além de que, se isto é uma falta, como não se pode duvidar, é falta em que laboram os homens todos os dias. Concedendo-se que os homens, ou as mulheres, se tornem culpáveis, não se deve fazer recair a culpa sobre as ciências, que [a isto] deram lugar.

A verdadeira causa deste defeito vem de que aqueles que são versados em qualquer ciência se reputam possuidores de uma coisa, que é um mistério para a maior parte do mundo. Mas seja como for, é mais provável que a vaidade dos homens sábios exceda a das mulheres sábias, como é fácil ver-se pelos títulos faustosos que arrogam a si. Se se admitisse às mulheres uma partilha igual das ciências e das vantagens que trazem, ou que delas derivam, elas seriam menos sujeitas à vaidade que esses conhecimentos costumam ocasionar.

É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada, como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra.

É por ela que se consegue a exatidão do pensamento, a pureza da expressão, a justeza das ações; sem ela não se pode jamais ter um verdadeiro conhecimento de si mesmo; é ela que nos põe em estado de distinguir o bem do mal, o verdadeiro do falso, é ela que nos torna capazes de regular nossas paixões, mostrando-nos que a verdadeira felicidade e virtude consiste em restringir nossos desejos, do que em aumentar o que possuímos. Além disto, seja-me permitido notar o círculo vicioso em que esse desprezível modo

[21] Homem que veio do nada, o mesmo que "nonada".

de pensar tem colocado os homens sem o perceberem. Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência.

Eles bem conhecem a injustiça que nos fazem; e este conhecimento os reduz ao recurso de disfarçar a má fé à custa de sua própria razão. Porém deixemos falar uma vez a verdade: por que se interessam tanto em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?

O mesmo sórdido interesse que os instiga a invadir todo poder e dignidade, os determina a privar-nos desse conhecimento, que nos tornaria suas competidoras. Como a Natureza parece haver destinado os homens a ser nossos subalternos, eu lhes perdoaria voluntariamente a usurpação, pela qual nos têm tirado das mãos o embaraço dos empregos públicos, se sua injustiça ficasse satisfeita e parasse nisto, mas como um abismo cava outro e os vícios sempre andam juntos, eles não se satisfazem somente com a usurpação de toda autoridade, têm mesmo a ousadia de sustentar que ela lhes pertence de direito, pois, a Natureza nos formou para ser-lhes perpetuamente sujeitas, por falta de habilidade necessária para partilhar com eles do governo e cargos públicos. Para refutar este extravagante modo de pensar, será preciso destruir os fundamentos sobre que está baseado.

Capítulo III

Se os homens são mais próprios que as mulheres para governar

Se fordes tão condizente que acrediteis no que dizem os homens, será preciso também conceder-lhes, como uma coisa decidida, que as mulheres são criaturas destituídas de bom senso e naturalmente incapazes de se conduzir. É uma ternura cruel, dizem eles, é uma condescendência mal-entendida a abandonar o belo sexo a sua própria conduta: tanto ele é formado para aprazer e encantar, quanto mais importante é o desviá-lo dos perigos a que essa vantagem o expõe. O que prova bem que eles falam conforme o seu coração, é nos suporem muito fracas para nos deixar privar da nossa liberdade e de nossos legítimos direitos, por um raciocínio tão frívolo quanto improcedente; mas que prova têm eles apresentado, para convencer que não seríamos tão capazes de nos preservarmos dos perigos, como eles o são de nos guardar, se gozássemos das mesmas vantagens e poder? Além de que, estamos por ventura mais seguras debaixo de sua direção, que da nossa própria? Não será manifestamente cair de Sylla em Carybde[22] o recorrer à sua proteção contra os perigos? Apenas achar-se-ia em um milhão, uma de capacidade medíocre, que não quisesse ou pudesse governar-se melhor que a maior parte dos homens em iguais circunstâncias, se a fraude, a traição e a vil inveja desse sexo não nos roubasse os meios; enquanto que, em

[22] De Cila em Caribde: na mitologia grega, Cila foi uma bela ninfa por quem Glauco se apaixona, mas que Circe, invejosa, transforma em monstro marinho. Cila habita então uma caverna no Estreito de Messina, em frente ao sorvedouro de Caribde e passa a devorar os marinheiros que se aproximam de sua caverna. A dificuldade deles era então conseguir passar pelo Estreito, entre Cila e Caribde, o que deu origem à expressão, usada quando alguém tem que tomar um caminho entre dois males. Equivaleria a outra mais nossa conhecida: "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come"...

lugar de uma mulher, cujo entendimento e costumes se aperfeiçoam sem sua tutela, existem milhares que eles arrastam a uma ruína inevitável.

Isto é um fato incontestável; eu não preciso de provas para o fortificar e nem temo que eles revertam esta exprobração contra nós; porque concedendo-se que um pequeno número de homens passe mal com o governo das mulheres, este número é demasiadamente pequeno em comparação com os outros. Quando mesmo, felizmente, houvesse igualdade, seria preciso lançar sobre os homens a causa da má conduta das mulheres, pois que nos têm roubado as vantagens da educação, que nos teriam posto em estado de obrar melhor, da qual nós éramos tão capazes como eles e às quais tínhamos um direito igual ao seu.

Não se podem empregar as mesmas razões para justificar o mau governo dos homens, pois eles têm todas as vantagens necessárias para bem governarem; mas se, apesar disto passamos pior debaixo de seu governo que do nosso, a consequência é bem evidente: é porque falta-lhes ou a capacidade natural, ou probidade. Se eles escolhessem destas duas imputações a que melhor lhes conviesse, eu poderia então dizer, sem arriscar um juízo temerário, que ambas lhes são devidas. Se eles imaginam poder iludir a força desta verdade, dizendo que os homens a quem toca esta acusação não têm feito uso das vantagens de seu sexo em geral e que assim ela não tem lugar senão para aqueles que as não possuindo, enganam-se; isto não destrói de maneira alguma a verdade do que avancei, que a maior parte das mulheres se perde debaixo do seu governo, em vez de melhorar seu coração e aperfeiçoar seu espírito.

Portanto, já que não estamos mais seguras em sua guarda que na nossa, não há razão de pretender que devamos ser-lhes submissas. Mas parece que temos sido condenadas por um Juiz de sua própria escolha, um velho delirante, muito aferrado a seu próprio pensar para se deixar arrastar pelo de sua mulher. Catão, o sábio Catão[23], a quem a idade e os prejuízos

[23] Marco Pórcio Catão, o Jovem (95-46 a.C), bisneto de Catão, o Antigo, Filósofo estoico, conservador inflexível, que considerava os princípios mais importantes que os compromissos. Nísia parece identificar nele o tal juiz "delirante", por suas ideias preconceituosas sobre a mulher, muito divulgadas nos séculos passados. A autora discute com o filósofo, intercalando perguntas e argumentos a cada citação que faz dele. Pode-se verificar a habilidade de Nísia Floresta em se utilizar de trechos de Catão contra os próprios homens, revertendo suas afirmações a favor da mulher. Em outra obra, *Opúsculo Humanitário,* a autora também comenta trechos de Catão (Cf. *Opúsculo Humanitário,* p. 9; São Paulo: Ed. Cortez; Brasília: INEP, 1989).

não fizeram mais que obstinar no erro, quis antes morrer como um furioso, segundo seus próprios ditames, que viver como homem sensato, pela advertência de sua mulher. Esse Catão pronunciou a nossa sentença: é um Juiz tão desinteressado que não podemos recusá-lo. Vejamos pois o que disse esse Oráculo. "- Tratemos as mulheres como nossas iguais", diz ele, "e elas se tornarão logo nossas senhoras". Catão o disse, não preciso mais de prova. Além disso, para obrigar os homens a provar com razão, seria reduzi-los ao silêncio; e o silêncio lhes seria tão insuportável, como a nós ouvi-los falar.

Mas suponhamos que Catão seja infalível em suas decisões, o que resulta daqui? Não têm as mulheres tanto direito de serem senhoras, como os homens? "Não", diz Catão. Mas por quê? Porque não têm argumentos assaz convincentes que nos excite a curiosidade de ouvi-los por muito tempo.

"- Se nós tornarmos as mulheres nossas iguais", diz ele, "elas exigirão logo como tributo o que hoje recebem como uma graça". Mas, qual é a graça que se nos concede? A mesma a que temos pretensões tão justas, como elas? Não têm as mulheres tanto direito, como os homens, às dignidades e ao poder? Se temos, o sábio Catão não o disse; e se não o temos sele devia ter a condescendência de nos convencer.

Porém, suponhamos que isto fosse uma graça como ele chama, os homens não tirariam a principal vantagem disto? A reserva particular ao nosso sexo prova bem que, sabendo-nos reprimir a nós mesmas, somos capazes de governar os outros. Além disso, a docilidade e ternura, que formam o nosso principal caráter, bastam para lhes persuadir de que nosso jugo não seria pesado.

- "Mas não", diz Catão, "devemos nos felicitar dessa docilidade e reserva que mostram em nossa presença: esta sobra de virtude nasce da necessidade em que as reduzimos de se contrafazerem". Eis aqui, pois, Catão confessando que a sujeição em que seu orgulhoso sexo nos tem não é mais que o efeito da violência e do embuste. Ele assim disse para abonar e lisonjear o seu sexo, atribuindo-lhe todo o mérito.

Este cumprimento é bem coerente com a verdade desagradável que proferiu a seu pesar: é contra a sua vontade que ele reconhece em nós algum

merecimento. Não, não temos senão sombra de virtude e não é mais que a violência e o engano quem pode obrigar-nos a contrafazer. Não é isto considerar seu sexo como uma multidão de loucos? Certamente não se poderia achar maior prova de loucura dos homens que o emprego que fazem da violência e do engano e a maneira porque se entregam a todos os trabalhos possíveis para as sustentar, sem outro fim mais do que fazer-nos obrar com dissimulação, quando muito pouco seria preciso para nos fazer ver uma luz mais natural. É impossível governar-se bem os súditos sem conhecer-se antes o que eles são na realidade, do que o que parecem ser.

Ora, não se pode jamais supor que os homens estejam neste caso, porque seus esforços tendem a constranger as mulheres a viver em uma perpétua dissimulação. Logo, ou todos os homens são inteiramente imbecis, segundo a confissão de Catão, ou este famoso oráculo é um ignorante e todos o devem reconhecer como tal. Eu não me proporia a falar tanto quanto tenho feito, se não estivesse convencida de que em geral os homens são bastante fracos para se deixarem persuadir por tão maus semi-pensadores e mercadores de sentença. Se isto em particular valesse a pena, poder-se-ia facilmente convencê-lo de ter errado grosseiramente em outras matérias, bem como nesta.

Portanto, quando ele chega a ter razão, é mister agradecer antes ao acaso, do que à sua própria sabedoria, porque os maiores doidos algumas vezes têm razão no seu obrar; e os muito parladores devem necessariamente, entre mil absurdos, dizer também alguma coisa boa, inda mesmo que pensem menos.

Tais são em geral as provas que se produz contra nós. Os homens não querem se dar ao trabalho de pensar; olham a razão como muito inferior a si e querem antes prostituir, que segui-la; eles têm adquirido toda rep7utação por uma certa gentileza de expressão, cujo exame não é a justiça que sustenta, mas sim suas cabeças, seus corações e seus rostos; eles quereriam antes, para me servir dos termos daquele Sábio, ver o bom senso em confusão, do que uma palavra mal-arranjada em seus discursos. Entretanto, há Sábios entre os homens cujas palavras são outros tantos oráculos divinos. Mas se vivêssemos em seu tempo e os ouvíssemos dizer mais absurdos, que coisas sensatas, os reputaríamos tão ignorantes, como os iludidos que os respeitam, e ainda,

que algumas vezes admirássemos de ouvi-los falar razoavelmente, do que não admiramos agora em ler os seus adágios, todavia sempre pensaríamos que eram mais próprios a atrair a admiração, do que a merecê-la.

Tem-se tido grande cuidado em se nos transmitir somente as melhores de suas sentenças, das quais muitas nos parecem assaz fracas; mas se houvesse o mesmo cuidado em conservar-se o registro de todas as suas impertinências, quanto não perderiam dos aplausos que hoje se lhes tributa? Um incrédulo achando-se no Templo de Netuno, o Sacerdote quis provar-lhe sua divindade com os milagres, que aí se achavam pintados.

“..... É verdade”, diz o infiel, “que conservais os quadros dos que se salvaram, mas onde estão os dos que morreram afogados?”

Mas nós nos ocupamos com inimigos muito mais formidáveis, isto é, os homens, que pretendem apoiar seus raciocínios sobre sólidos fundamentos e que se envergonhariam, dizem eles, de nos privar do poder, das dignidades, se não tivessem em seu favor as melhores razões.

É preciso portanto ouvi-las, antes de decidir se são ou não injustas.

Capítulo IV

Se as mulheres são ou não próprias a preencher os cargos públicos

Para que os homens creiam que uma coisa é bem fundada, basta que a vejam estabelecida. Como nos observam em toda parte sujeitas e absolutamente dependentes dos homens, privadas das vantagens das ciências e das ocasiões de fazer conhecer nossa capacidade para os cargos públicos, concluem daqui os homens (seguindo seu modo de raciocinar ordinário por verossimilhanças) que devemos ser assim.

Mas concedendo-se que as mulheres tenham sido sempre excluídas dos empregos públicos, segue-se necessariamente, que isto deva ser assim? Deus tem sempre encontrado mais ou menos resistência da parte dos homens ingratos: não seria um absurdo concluir daqui, que esta resistência seja justa? Mas por que se persuadem os homens que somos menos próprias que eles a ocupar os empregos públicos? Podem por ventura dar outra razão senão o costume e o prejuízo, que têm formado por aparências e falta de um exame mais exato? Se quisessem dar-se ao trabalho de remontar à origem das coisas e julgar os sentimentos e práticas dos homens dos primeiros séculos, pelo que descobrem em si mesmos, não se curvariam, como fazem, ao erro e absurdo; porque, olhando as mulheres em particular conheceriam que se temos sido sujeitas à sua autoridade, tem sido somente pela lei do mais forte; e se somos privadas do poder e privilégio, que põe seu sexo acima do nosso, não é por falta de capacidade natural e de merecimento, mas sim por falta de um igual espirito de violência, de uma injustiça manifesta e de uma opressão ilegítima, como a deles.

Todavia seu entendimento é tão fraco e seus órgãos tão pouco dispostos a escutar a voz da razão, que o costume os tem tornado escravos os mais decididos de seu senso, do que não o somos por sua usurpação: estão tão acostumados a ver as coisas tais quais agora são, que não podem imaginá-las de outra maneira. Nada seria tão admirável para eles, que imaginar uma mulher combatendo à frente de um exército, dando leis sobre o trono, advogando causas, administrando justiça em um Tribunal de magistratura, marchando pelas ruas precedida de espadas, lança e outros sinais de autoridade como os Magistrados; ou ensinando Retórica, Medicina, Filosofia, ou Teologia, na qualidade de professora de uma Universidade. Se acaso eles descobrissem alguma coisa em que sua natureza oposta às regras incontestáveis e simples do bom senso, creio que achar-se-iam bem embaraçados para provar que não há nisto singularidade, ou que não se possam com a reta razão; porque por um pouco que se considere as mulheres como criaturas racionais e se afaste por um momento as desvantagens, que a sua usurpação injusta e tirânica tem lançada sobre elas, ver-se-á que não pelo menos tão capazes como eles, de preencher aquelas funções. É preciso pois convir que ver uma mulher seja qual for a sua capacidade, exercer algum desses empregos no século presente, seria um objeto de tanto espanto como se aparecesse alguém trajando agora as modas do tempo da Rainha Elizabeth. Entretanto, esta admiração em um e outro caso seria tão-somente o efeito da novidade.

Se em tempos imemoriais os homens tivessem sido menos invejosos e mais interessados em fazer justiça e nossos talentos, deixando-nos o direito de partilhar com eles dos empregos públicos, estariam tão acostumados em ver-nos preenchê-los, quanto estamos em os ver desonra-los, e uma mulher, ou na roda dos advogados, ou na Cadeira Magistral, não seria tão admirável como ver um Juiz grave, languidamente rendido ao lado de sua amante, ou um Lorde bordando um vestido para sua mulher. Um Eclesiástico com uma tese na mão explicando a Natureza em seus pontos mais inocentes e úteis, seria um objeto tão familiar como um Médico na sua carruagem aprendendo de cor e arte de amor de Ovídio. Uma Amazona com o escudo na cabeça não espantaria mais do que um capelista atrás do seu mostrador com um dedal no dedo, ou um Par de Grã-Bretanha brincando com a sua liga.

Não é a razão, mas sim o erro e a ignorância degenerada em hábito, que faz com que essas criaturas superficiais olhem estes objetos como extraordinários.

A Inglaterra é a única nação que reconhece nas mulheres toda capacidade para subir ao trono; ela tem conhecido, por experiência reiterada, que um Reino é mais feliz sendo governado por uma mulher do que por um homem. Este efeito prova pois, claramente, o absurdo da opinião contrária, quantas mulheres têm aparecido que merecem o primeiro lugar entre os Sábios e que são mais capazes de ensinar as ciências, do que muitos que presentemente ocupam a maior parte das cadeiras das Universidades? O século presente mesmo tem produzido tantas quantas apareceram nos séculos passados, não obstante sua modéstia tê-las condenado ao silêncio; e como pode-se dizer que o nosso sexo aplicando-se às ciências excede mito aos homens, deve-se por esta razão estimá-lo mais do que a eles, pois que para chegarem a esse conhecimento, precisam calcar aos pés a moleza em que são criadas[24], renunciar aos prazeres e à indolência a que um bárbaro costume as tem condenado a vencer os obstáculos exteriores que encontram em seu caminho, destruindo as ideias desfavoráveis, que o comum dos sexos tem concebido do saber das mulheres.

Ou seja que por estas dificuldades aumentam alguma sutileza ao seu entendimento, ou que a Natureza lhes tenha dado um gênio mais vivo e penetrante que aos homens, o certo é que muitas os têm excedido neste gênero. Com efeito, por que não seremos tão capazes como eles, de aprender e ensinar ao menos ao nosso sexo?

24 Pe.Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-18520, redator de vários jornais em Recife e conhecido como crítico social dos mais agudos, por várias vezes em um dos seus jornais – *O carapuceiro* – defendeu habilidade feminina para a Retórica, bem como para exercer outras atividades mais dignas de seus talentos. Vários biógrafos de Nísia, a partir de informações de Sacramento Blake, levantam a hipótese (muito provável) de que ela tenha conhecido e travado amizade com Pe. Lopes Gama, até porque muitas de suas idéias sobre as mulheres eram coincidentes.

Capitulo V

Se as mulheres são naturalmente capazes de ensinar as ciências ou não

Quanto à Retórica, é preciso convir que nós somos os seus modelos e mestres avaliados. A eloquência é um talento tão natural e particular às mulheres, que ninguém lhes pode disputar. Elas estão em estado de persuadir tudo que lhes apraz: podem ditar, defender e distinguir o justo do injusto sem o recurso das leis. Não tem havido Juiz que não tenha experimentado que elas são os mais esclarecidos conselheiros, e poucos ligantes que não saibam por experiência, que elas são juízes muitos retos, cujo talento é o mais ilustrado. Quando as mulheres tratam de algum objeto, elas se dirigem de uma maneira tão delicada, que os homens são obrigados a reconhecer que elas lhes fazer sentir o que dizem. Toda arte oratória das escolas não é capaz de dar a um homem esta eloquência e facilidade de se expressar, que a nós nada custa; e o que sal baixa inveja chama em nós uma superfluidade de palavras, não é outra coisa mais que uma prontidão de ideias e uma facilidade de discursos, que eles não podem adquirir, senão em muitos anos de penível trabalho.

Quanto embaraço e perturbação não têm eles para fazerem entender seus pensamentos? Se dizem alguma coisa melhor, que gestos insípidos, redundanciais e carenhoncas não fazem, que destroem o pouco bom que dizem? Quando pelo contrário uma mulher fala, seu ar é ordinariamente nobre e agradável, seu gesto fácil e cheio de dignidade, suas ações decentes, seus termos dóceis e insinuantes, seu estilo patético e persuasivo, sua voz melodiosa e seu tom proporcionado ao objeto.

Ela pode sem vaidade elevar-se ao nível da inteligência mais sublime e, com uma complacência natural à delicadeza de sua figura, chegar sem baixeza ao alcance do espírito o mais moderado. Qual é o objeto que nós não possamos tratar, sem ofender à decência? Quando falamos do bem e do mal, sabe-se muito bem que estamos em estado de conduzir a um e desviar do outro os homens os mais obstinados, por pouco que seus espíritos sejam susceptíveis de raciocinar e capazes de seguir um argumento. Esse caráter de retidão que tem todo nosso exterior, quando falamos, faz nosso poder de persuadir inda mais vitorioso. Certamente se temos uma eloquência mais comunicável que a sua, nós devemos ser, ao menos como eles, tão capazes de ensinar as ciências; e se não nos veem nas cadeiras das Universidades, não se pode dizer que seja por incapacidade, mas sim por efeito da violência com que os homens se sustentam nesses lugares em nosso prejuízo; ou pelo menos deve-se reconhecer nisto, que temos mais modéstia que eles e menos ambição. Se quiséssemos aplicar-nos à Jurisprudência, faríamos tantos progressos como os homens.

Não se nos disputa o talento natural de explicar e desenvolver os trabalhos os mais difíceis e complicados de bem estabelecer nossas pretensões e as dos outros, de descobrir o fundo de uma dificuldade de pôr em prática todos os meios capazes de nos fazer obrar justiça: isto basta, creio , para provar que, se questiona de satisfazer as funções de Advogado, Juiz, Magistrado, nós apresentaríamos uma capacidade para esses trabalhos de que bem poucos homens são susceptíveis. Mas a paz e a justiça são nosso único estudo; toda nossa ambição se reduz a reparar os danos que esse sexo corrompido procura fazer-nos com tanto furor.

Nosso sexo parece nascido para ensinar e praticar a medicina, para tornar a saúde aos doentes e a lhes conservar. O asseio, a prontidão e o cuidado e fazer a metade de uma cura; e por este motivo os homens nos deviam adorar. Na verdade nós lhes cedemos a nosso turno a arte de inventar os termos bárbaros, de embaraçar uma cura pelo numero de remédios e de aumentar a pena de uma moléstia com as despesas que lhes causam. Mas nós podemos imaginar e temos mesmo inventado, sem recurso de Galeno e Hipócrates,[25]

[25] Galeno foi um médico grego que teria vivido 200 anos a.C., considerado pai da filosofia experimental. Hipócrates (460 ? – 377? A.C) é considerado o pai da medicina moderna. Num tempo em que a superstição dominava, Hipócrates só acreditava em fatos. Aplicou a lógica e a razão nos seus estudos de medicina. Novamente a autora faz referência à utilidade social das mulheres, ao mesmo tempo em que considera inútil as atividades ou preocupações masculinas.

uma infinidade de remédios para as moléstias, que nem os melhores autores têm podido aperfeiçoar, nem desaprovar: e uma receita de - curandeira -, como eles chamam, tem quase sempre destruído tal moléstia inveterada, que resiste obstinadamente a toda ciência de um Colégio de Graduados.

Em uma palavra: as observações que as mulheres fazer em sua prática têm-se achado tão exatas e apoiadas sobre razoes tão solidas, que tem demonstrado mais de uma vez a inutilidade e pedantaria da maior parte dos sistemas das Escolas. Eu duvido que o nosso sexo quisesse passar tantos anos tão inutilmente, como fazem esses homens que se apelidam Filósofos; se quisesse aplicar-se ao estudo da Natureza, estou persuadida que acharíamos um caminho mais breve para chegarmos a esse fim. Não faríamos, como certos homens, que empregam anos inteiros e algumas vezes mesmo toda sua vida, a raciocinar sobre entes de razão e bagatelas imaginarias, que só existem em seus próprios cérebros.

Nós acharíamos meios de empregar utilmente nossas indagações antes, que de aprofundar o espírito para descobrir se além da última circunferência do universo existe algum espaço imaginário e se este parto de nossa imaginação é finito ou infinito; se um átomo pode tornar-se em uma infinidade de partes, ou quando uma coluna de ar, que corresponde do Céu até quase sobre a cabeça de um homem, parece menos pesada que um fardo sobre os ombros. Se quiséssemos exprimir o que concebemos de Deus, não ousaríamos representá-lo como um venerável ancião. Não, nós temos uma ideia muito nobre para comparar a algum ente criado.

Concebemos que deve haver um Deus, pois que sentimos que nem nós, nem os objetos que nos cercam, podem ser obra do acaso, nem da nossa produção. Ademais, considerando-se todos os dias que o sucesso de nossas empresas não é o efeito natural dos meios de que nos servimos para alcançá-lo, estamos convencidas que a série de nossas ocupações não é a consequência de nossa providência; e assim concluímos que isto deve ser o efeito de uma providência superior e geral.

Jamais imaginaríamos raciocinar sobre nossas próprias hipóteses quiméricas e de encher um volume para responder às impossibilidades, como se poderíamos lançar uma pedra até a visão beatifica etc.

Entretanto, poderíamos raciocinar sobre nossas próprias hipóteses quiméricas e de encher um volume para responder às impossibilidades, como se poderíamos lançar uma pedra até a visão beatífica etc.

Entretanto, poderíamos sem vaidades aspirar a ser tão nos filósofos e Teólogos como os homens, e talvez melhores, se é que compreendo bem a significação destas palavras. Certamente os Filósofos e Teólogos (seguindo o verdadeiro sentido das palavras) são seres profundamente versados nos segredos da Natureza e mistério da Religião. Isto posto, e conhecendo-se mais que o principal fruto de todo saber, é bem discernir o verdadeiro do falso, a evidência da obscuridade, nós somos igualmente capazes de uma e de outra coisa.

Se quiséssemos ser Filósofas e Teólogas, nos proporíamos a formar ideias da Divindade e das revelações, tão justas, quanto a fraqueza de Natureza humana pode permitir, e seguiríamos a natureza em todos os seus efeitos, remontando-nos à sua origem: mas como sabemos que o conhecimento de nós mesmas e dos objetos que os cercam é absolutamente necessário para tornar úteis os conhecimentos de que vimos de falar, em lugar de perder o tempo em bagatelas que ocupam o estudo da maior parte dos maus Filósofos, nos aplicaríamos a refletir sobre nós mesmas e sobre os diversos objetos que nos cercam, a fim de descobrir que relações podem ser vantajosos, e corresponder ao fim para que nos foram dados. Não poderíamos pois por este meio ser Filósofas tão sábias e Teólogas tão capazes como os homens e em estado de aprender e mesmo de ensinar, pelo menos tantos quanto eles são?

A prática prova suficientemente que não somos menos boas Cristãs que eles; recebemos o Evangelho com respeito e humildade e os submetemos à sua doutrina de uma maneira mais exemplar, mesmo, que a maior parte dos homens. Eu confesso que algumas pessoas de nosso sexo têm levado o culto religioso a uma espécie de superstição, mas o mesmo não se observa com muitos homens? Entretanto, eles são muito mais culpáveis que elas, pois que a ignorância em que têm sido criadas faz cair toda culpa sobre eles, que lhes não têm dado os meios de a evitar assim se seu zelo tem sido indiscreto, sua intenção tem sido boa e podemos assegurar com certeza - visto a facilidade com que elas têm abraçados a religião e se conservam firmemente ligadas,

apesar de tantas desvantagens com que se lhes representa – que elas teriam se ligado com mais firmeza à verdadeira piedade, se lha tivessem feito conhecer debaixo de um ponto de vista mais justo.

Quem poderá pois nos impedir de nos reger sobre a fé e disciplina de Jesus Cristo e da Igreja? Se possuímos os fundamentos da Filosofia e Teologia Escolástica , não seremos tão capazes, como os homens, no curso de nossos estudos, de entender, conferir e interpretar as Santa Escrituras, as obras dos Santos Padres e os Sagrados Cânones? Não poderemos tirar dos nossos espíritos e corações as obras de piedade, pregar, refutar as inovações, conduzir-nos mesmas e aos outros, destruir os escrúpulos mal fundados e decidir os casos de consciência tão bem como os mais hábeis casuístas que temos? Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias e preenchê-los tanto como os homens.

É portanto verdadeiro que, quanto à Teologia, Deus tem restringido nossos talentos naturais por uma lei positiva[26]. Assim, nós não temos de reclamar o que não poderíamos praticar, senão por uma intrusão sacrílega. Entretanto, pode-se observar de passagem que a proibição que nos fez nosso Divino Salvador, de exercer algumas funções religiosas, não nos proíbe de outros ofícios públicos. Ela nem mesmo prova que sejamos indignas ou naturalmente incapazes de exercer aqueles mesmos. Proibir-nos destas funções é concordar que nós poderíamos preenche-las. Mas por que nos proibiu Ele? Somente por uma presunção se poderá penetra. Entretanto, se é permitido raciocinar sobre os preceitos Divinos, nós poderíamos dar uma razão que seria em honra e não em desvantagem de nosso sexo. Deus sabe incontestavelmente a inclinação geral que os homens têm à impiedade e à irreligião, por conseguinte não devia reservar as funções religiosas a esse sexo para atrair ao menos uma parte dele aos deveres, para que têm uma oposição tão geral? Além disso, nosso sexo tendo uma inclinação natural a praticar a virtude a religião, não era necessário ajuntar mais recursos exteriores à sua graça divina, par nos atrair a um caminho, para o qual nosso corações nos conduzem.

[26] Nísia não se dá conta aqui, de que essa "lei positiva" que impede as mulheres de preencher algumas funções da hierarquia eclesiástica, foi também, feita pelos homens. Mesmo assim, quando aceita a restrição "divina", inverte o raciocínio usual e terá partido para seu sexo.

Se, pois, se destruísse o prejuízo e o costume nenhuma surpresa haveria em nos ver dar lições públicas de ciências, em uma cadeira da Universidade, pois que para trazer, entre mil, um exemplo, certa moça estrangeira, cujo mérito e capacidade extraordinária têm obrigado a muito tempo uma Universidade da Itália a se apartar, em seu favor, das regras da parcialidade, do costume e do prejuízo, par lhe conferir o grau de Doutor: é uma prova evidente dos grandes progressos que poderíamos fazer nas ciências, se se nos fizesse justiça.

Não é tanto para justiçar meu sexo que cito este exemplo, e sim para favorecer os homens e fazer que não é absolutamente impossível que eles sejam algumas vezes justos, sem milagre. Na verdade, seria preciso recorrer a tantos países, como um judeu errante, para achar nesse sexo invejoso e pouco generoso, alguns outros exemplos de uma semelhante equidade a nosso respeito. Mas para encontrar muitas mulheres, cujo merecimento não cede ao daquela italiana, não é preciso recorrer-se à antiguidade, nem mesmo fazer a despesa de uma viagem a países estrangeiros. Nosso próprio século e nossa Pátria pode gabar-se de ter sido mais de uma Safo, de uma Cornélia e muitas Schumans e Dacieres.[27] Se eu quisesse escolher uma que ajunta em si só os diversos talentos de todos esses nomes ilustres, poderia citar uma Elizabete, tão estimável pela alta superioridade de seu gênio e de seu juízo e tão célebre pelo uso que lhes deu. Seus progressos na ciência antigas e modernas em geral a têm elevado tanto acima dos homens, que as mais excelentes virtudes juntas a seus profundos conhecimentos lhe têm atraído a estima das mulheres; não admirável eu nos pertence a liberdade de fazer justiça e este mérito, sem temer os reproches de parcialidade, pois que os homens mesmos são obrigados a admirá-la, a despeito de sua inveja.

[27] Safo: poetisa grega, do Sec. VI a.C., natural de Lesbos. Sua obra, da qual só restam fragmentos, teria sido composta de 9 livros.

Cornélia: matrona romana do segundo século a.C. tornou-se conhecida por sua renúncia a cargos públicos, para dedicar-se à educação dos seus filhos.

Clara Wieck Schumann: Pianista alemã, casada com Robert Schumann. Era considerada – desde quando solteira – uma das mais brilhantes pianistas do seu tempo e muito contribuiu para divulgar a obra do marido. Era também compositora, mas suas composições foram incluídas entre as dele, por isso hoje é pouco conhecida. Só para se ter uma ideia dessa apropriação, no ano de seu casamento, Robert Schumann aparecia com mais de cem novas composições ...

Ana Lefèvre Dacier (1651-1720); escritora francesa, helenista e latinista, traduziu a *Ilíada* e a *Odisséia*, de Homero. Foi casada com o filósofo André Dacier (1651-1722).

Entretanto, como sua excelência tem arrancado os justos louvores de boa mesmo do prejuízo, eu me dispensarei de a pintar, contente de ver que esse sexo lhe tem feito o mesmo também, como eu não poderia fazer; e é porque remeto os meus leitores ao que tem dito sobre o caráter desta mulher o célebre Birch[28], na história das *Obras dos Sábios*. Este elogio é tanto menos suspeito por ter sido tecido por um homem, e por um homem que parece alardear de não ter mais que a equidade precisa para louvar uma mulher acima de seu mérito. Se a comparação que faz este homem, e por homens, eles o devem escusar e perdoar. Devem-lhe pelo menos a obrigação de nos ter provado com seu exemplo, que não é impossível encontrar-se um homem capaz de sacudir o jugo de paixão e do prejuízo, em favor da verdade e boa fé.

Nós podemos, pois, facilmente concluir que, se nosso sexo, como se tem visto até o presente, tem todos os talentos e requisitos para aprender e ensinar as ciências, que põem os homens em estado de possuir o poder e as dignidades, elas são igualmente capazes de reduzir seu saber à prática no exercício de seu poder e dignidades; pois que esta Nação tem mostrado, como acabamos de dizer, muitos exemplos gloriosos de mulheres que têm todas as qualidades e requisitos para exercer toda autoridade pública, reunidos em suas pessoas. Por que, todas as qualidades e requisitos para exercer toda autoridade pública, reunidos em suas pessoas. Por que, pois, o nosso sexo não será ao menos capaz de preencher os postos subordinados de Ministros de Estado, Vice-Rei, Governadores, Secretários, Conselheiros privados e Tesoureiros? Ou por que não poderão elas, sem ser admirável, ser Generais de Exército, ou almirantes de Esquadra?

Porém isto é um ponto que vale a pena ser examinado separadamente.

[28] Thomas Birch (1705 – 1766): historiador e biografo inglês. Autor de quase todas as biografias do *General Dictionary of the reign of Queen Elisabeth* (1754). Infelizmente não foi possível localizar o livro citado.

Capítulo VI

Se as mulheres são naturalmente próprias, ou não, para os empregos

Eu não sei por que razão é mais admirável ver uma mulher com a lança na mão, do que com uma coroa sobre a cabeça; assistindo a um Conselho de Guerra do que a um Conselho de Estado? Por que não poderá ela aparecer na frente de um exército, assim como presidir a um Parlamento, ou comandar sobre o mar, assim como reinar sobre a terra? Quem poderia impedi-la de tomar o governo de uma armada com tanta firmeza e segurança, como o de uma Nação? Por que não poderia exercitar os seus soldados, pôr as suas tropas em ordem de batalha, dividir as suas forças em batalhões e esquadrões na terra e no mar? A arte militar não tem mistério particular que as mulheres não possam penetrar: uma mulher é tão capaz com um homem de se instruir por meio de um mapa dos bons e maus caminhos, dos rumos seguros ou perigosos e das posições próprias para um acampamento. Quem poderá impedi-la de se pôr a par de todos os estratagemas da guerra; da maneira de bater o inimigo, de retirar, meditar uma surpresa, formar emboscadas, fingir avançadas e retiradas, dar falsos ataques, sustentar os bons, animar os soldados e de ajuntar o exemplo à persuasão? A persuasão, a coragem e o exemplo são a alma da vitória. Ora, quando sua honra se interessa, as mulheres fazem ver tanta intrepidez e valor, quanta é para atacar ou defender uma praça. Não se acha diferença real na constituição interna e externa dos homens e das mulheres, senão pela parte dos membros destinados à geração. As diferenças que aí se encontram não são suficientes para concluir que um sexo seja naturalmente mais forte que o ouro e mais capaz de suportar as fadigas da guerra. Não há entre as mulheres

diferentes graus de força, assim como entre os homens? Não se encontram fortes e fracos e ambos os sexos? Os homens educados na ociosidade e moleza e moleza são mais fracos que as mulheres; e estas, endurecidas pela necessidade são frequentemente mais forte do que eles. Basta ir a Chelsey para convencer-se que as mulheres podem melhor acostumar-se às fadigas de uma campanha, e suportar todo o horror da guerra, do que os homens os mais bravos.

O que tem contribuído muito a confirmar nos homens o prejuízo em que estão da fraqueza natural das mulheres, é o modo ordinário de falar, a que este erro vulgar tem dado lugar. Quando se pretende exprobar a um homem a falta de coragem, chama-se-lhe "afeminado"; quando se pretende exaltar a coragem de uma mulher, diz-se "é um homem".[29] Essas expressões, porém, e outras semelhantes, sendo puramente arbitrárias, e um puro cumprimento que eles fazem, não estabelecem a verdade é que a humanidade e doçura que formam o principal caráter de nosso sexo, nos fazem horrorizar pelos homicídios ilegítimos e preferir uma paz honrosa a uma guerra injusta. Eis porque (para ligar as ideias exatas a estas expressões) seria preciso dizer que um homem que possui nossas virtudes, é efeminado, para exaltar seu bom natural e sua equidade; e que uma mulher, que se degrada do caráter de seu sexo para abraçar a injustiça e a crueldade da natureza dos homens, é um homem, isto é, uma criatura que os vínculos os mais sagrados não podem ligar à observação dos tratados justos; e que a efusão do sangue não pode desviar da violência a mais cruel e injusta.

Diga-se pois o que quiser, a verdade é, como já tenho observado, que a força só não dá aos homens algumas superioridade sobre nós; se isto assim fosse os brutos deveriam ter a preeminência sobre eles, e entre aqueles, o mais forte deveria ser o mais elevado em dignidade. Não só vemos claramente que em geral os mais fortes são próprios para servir aos outros, mas até se observa, principalmente nos exercícios, que os mais robustos são sempre empregados fazer as faxinas, enquanto que os mais fracos sobem à brecha. De outra parte,

[29] Nísia Floresta surpreende ao leitor com a perspicácia de seu raciocínio. Antecipando-se aos debates sobre a arbitrariedade do signo linguístico corrente neste século, a autora avança no desvendamento dos esquemas sexistas presentes na linguagem. Sobre o assunto temos em português o trabalho de Eliane Vasconcelos Leitão. *A mulher na língua do povo*, publicado no Rio de Janeiro, em 1981; uma pesquisa séria sobre o fenômeno do rebaixamento da mulher a partir das formulações linguísticas.

observa-se que os homens mais fracos são quase sempre as melhores cabeças. Os Filósofos os mais sábios, os Poetas os mais célebres e os Princípios os mais prudentes não têm sempre sido dotados de uma constituição física vigorosa.

Henrique era muito menos forte que João Falstaff, e Marlborough,[30] teria talvez posto um exército em derrota com mais facilidade do que em levar a punhadas o ultimo de seus soldados. É, pois, inútil insistir tanto sobre a força do corpo como uma qualidade exigida para os empregos militares.

Na verdade se nos acusa a todas, sem exceção, de sermos covardes e incapazes de nos defender; de termos medo de nossa própria sombra, de nos atemorização com gritos de uma criança, aos latidos de um cão, ao buído do vento e a uma historia de visão etc. Mas será isto universalmente verdadeiro? Não existem homens faltos de coragem, como a mais fraca de nosso sexo? Além de que, não se sabe que as mulheres, as mais timoratas, têm necessariamente quase sempre virtude e sacrificam seus próprios temores à segurança de um marido, de um filho e de um irmão? Por muito fracas e medrosas que elas sejam, sofrem quase sempre mais corajosamente que os homens, as penas, as moléstia, as prisões e mesmo os terrores da morte.

O temor companheiro inseparável da virtude. As pessoas virtuosas são quase sempre tímidas; umas mais, outras menos.

A antipatia que elas têm a ofender e o conhecimento dos vícios que reinam no meio dos homens, bastam para as fazer temer a menor aparência de perigo. É esta uma paixão natural a todo mundo. Os Princípios temem a revolta dos seus vassalos, os Generais a surpresa de seus inimigos; o homem mesmo, que toma a espada para vingar um insulto, receia a vergonha que resulta; ele teme o seu inimigo e a severidade das leis. Mas o temor é sempre muito maior quando se conhece que não se pode resistir e não se deve repreender senão aqueles que têm a força na Mao par repelir os males que os ameaçam.

[30] Sir John Falstaff é um personagem jovial e astuto que aparece nas peças de *Henry VI e The merry wives of Windsor*, de Shakespeare. Há ainda quatro óperas com este título, mas apenas uma é anterior a este livro: a de Saltieri, de 1798.
Duque de Marlborough (1650 -1722) foi um dos maiores generais ingleses, vencedor das campanhas da guerra da sucessão espanhola.

Um jurisconsulto, que tem passado toda sua vida em folhear Coke e Litleton,[31] não pode ser tão injustamente arguido de falta de coragem por ter recusado o desafio que lhe faz um Oficial do Exército, como será arguido de fraca de um soldado que recusa sua fortuna na quadrilha contra a mulher de um Lorde. A maneira por que as mulheres são educadas as autoriza a toda sorte de temor; não lhe é permitido fazer os exercícios que põem os homens em estado de atacar e de ser defender. Elas se acham sem socorro expostas aos ultrajes de um sexo entregue aos transportes os mais brutais, vítimas do desprezo de uma gente bárbara, que se vale algumas vezes contra elas de sua superioridade de forças com mais raiva e crueldade, do que exercem os brutos uns para com os outros.

Pode-se pois imputar o nosso medo à falta de coragem? Será isto um defeito? Não será antes um resultado de nosso bom senso e não seria uma loucura e temeridade resistir a furiosa que não têm equidade para escutar a razão, não tendo nós o vigor necessário para os repelir por meio das armas? Não se deve supor que todas as mulheres sejam faltas de força, coragem e conduta necessária para guiar um exército à vitória e que os homens somente tenham estas qualidades.

Muitas mulheres são intrépidas como os homens; e falando de mim, eu afrontaria mais facilmente, e com menos repugnância, o furor de uma armada vitoriosa, a que teria valor de resistir, do que a solicitar a benevolência de um Ministro corrompido, que com razão eu desprezaria.

Que precisão temos de ir procurar na Cytia as Amazonas[32] para provar a coragem das mulheres? Para que ir à Itália procurar em Camila um exemplo de virtude guerreira? A mulher de Petus[33] se apunhalou a si própria para animar seu marido que fraquejava, a seguir seu exemplo: teria ela temor de subir a uma trincheira? Uma mulher, que teve a coragem de arrancar o

[31] Thomas Coke: nobre inglês do final do século XVIII. Inventou um método de rotação de colheitas que ficou conhecido com o nome de "sistema Norfolk".
Litleton: jurisconsulto inglês, do século XV. Seu tratado sobre as enfiteusis é considerado como a base da legislação inglesa sobre a propriedade.

[32] Cítia: antiga região do norte do Mar Negro e a este do Mar Cáspio, povoada outrora pelos citas. A autora situa as Amazonas, mulheres guerreiras da mitologia greco-romana, nesta região.

[33] Pétus: personagem romana do séc. I de nossa era. Conspirou contra o imperador Cláudio e por isso foi condenado à morte. Ao tentar se matar faltou-lhe ânimo para o ato, mas sua esposa – Arria – tomou o punhal, feriu-se para dar o exemplo, e disse "Paete, non dolet". Só então ele teve coragem de se matar.

punhal de seu seio e apresentá-lo com firmeza a Pétus dizendo – fere, isto não faz mal –, não teria sido igualmente capaz de animar um exercito, com a persuasão e exemplo, em defesa do seu país? Felicite-se a França com sua Donzela de Orleans[34], e glorifiquem-se as outras nações de haverem produzido um grande numero de mulheres guerreiras; nós não precisamos sair da Inglaterra para acharmos heroínas, cujas ações tem imortalizado seus ilustres nomes. A quem deve a Inglaterra sua liberdade do jugo tirânico dos daneses? Mas para não lembrarmos muitos outros exemplos de bravura em nosso sexo, contentamo-nos em citar Boadícia[35] que opôs aos Romanos em defesa da sua Pátria, a mais vigorosa resistência, que esse grande império jamais viu.

Se seus esforços não tiveram os mesmos efeitos que as proezas de Alexandre, de Cesar, ou de Carlos da Suécia[36] em seus dias felizes, ao menos sua coragem e conduta tem sido digna de se posta em paralelo com eles, para não dizer que os excedeu em bravura, prudência, e que suas intenções eram muito mais justas.

Julgo, pois, ter provado de uma maneira evidente, que não há ciência, empregos e dignidades, a que as mulheres não tenham tanto direito de pretender como os homens; pois que eles não podem alegar outra superioridade que a força do corpo, para justificar o cuidado que têm de arrogar a si toda autoridade nas mulheres, que possa privá-lo de seu direito, senão a que resulta da injusta opressão dos homens, que é fácil refutar.

---

[34] Donzela de Orleans: nome pelo qual ficou conhecida a heroína francesa Joana D'Arc (1412 – 1431), por ter vencidos ingleses no cerco de Orleans, em 1429. Símbolo de luta pela liberdade, inspirou muitos escritores, como Schiller, dramaturgo e poeta alemão, autor da peça *A donzela de Orleans.*

[35] Boadícia: mulher de Prasutagus, rei de Icenos, na Grã-Bretanha. Ao morrer, o rei deixa seus estados para Nero, com a condição de que sua viúva o sucedesse no trono. O imperador aceita a herança, mas em vez de proteger a rainha, abandona-a, com suas terras e riquezas, às violências dos generais e soldados romanos. A nação, liderada por Boadícia, tenta resistir, mas termina vencida após uma batalha sangrenta que teria deixado mais de 50 mil mortos. Com a derrota, Boadícia toma um veneno e o oferece também aos filhos, dizendo: "Beba, o veneno é menos cruel que a tirania".

[36] Alexandre Magno: rei da Macedônia (356-323 a.C) educado por Aristóteles, submeteu a Grécia, a Pérsia, a Síria e o Egito, onde fundou a Alexandria. Deixou obra civilizadora de incalculável valor pelo desenvolvimento e intercambio das ciências, comércio, indústria e navegação.

Caio Julio César(102-44 a.C): grande general e ditador romano. Governou com justiça, clemência e tolerância. Restabeleceu a ordem na Itália e favoreceu a democracia.

Carlos da Suécia: a história da Suécia registra diversos reis com o nome Carlos. Dois, que se tornaram conhecidos foram: Carlos XI (1655-1697), absolutista que obteve duas vitórias sobre a Dinamarca e a Holanda; e Carlos XII (1682-1718), que teve um reinado de muitas batalhas contra a Rússia, os Saxões, a Polônia e a Dinamarca.

Parece, entretanto, quanto aos empregos militares, ser por uma disposição da Providência, que o costume nos tem isentado. Assim como os marinheiros durante uma tempestade lançam ao mar as cargas, que mais impedem, e menos úteis ao navio, da mesma sorte é muito justo que os homens sejam expostos aos perigos e desgostos da guerra, enquanto que os ficamos em segurança em nossas casas.

Geralmente falando, eles não são próprios que a serem nossos defensores e nossas ternuras são as mais belas recompensas que podem desejar ou merecer, os mais bravo dentre eles, para os indenizar dos perigos que correram e dos trabalhos que empreenderam por nossa defesa, durante as guerras as mais dilatadas.

Conclusão

De quanto tenho dito até o presente não tem sido com a intenção de revoltar pessoas alguma de meu sexo contra os homens, nem de transformar a ordem presente das coisas, relativamente ao Governo e autoridade. Não, fiquem as coisas no seu mesmo estado:[37] eu pretendo somente fazer ver, que meu sexo não é tão desprezível como os homens querem fazer crer, e que nós somos capazes de tanta grandeza d'alma com os melhores desse sexo orgulhoso; estou mesmo convencida que seria vantajoso para os dois sexos pensar desta maneira. Esta verdade se prova pelas más consequências que resultam do erro contrário. Crendo-se incapazes de aperfeiçoar o nosso entendimento, os homens nos têm inteiramente privado de todas as vantagens da educação e, por este meio, têm contribuído tanto quanto lhes é possível a fazer-nos criaturas destituídas de senso, tais quais eles nos têm figurado. Assim, faltas de educação, somos entregues a todas as extravagâncias porque nos tornamos desprezíveis; temos atraídos sobre nós seus maus tratamentos por faltas de que eles têm sido nos autores, tirando-nos os meios de evitá-las.

Qual é o resultado desse tratamento tirânico que eles nos fazem experimentar? Recai por ultimo sobre si mesmo. A falta de saber e educação, que arrasta as mulheres às ações que os homens reprovam, as priva das virtudes que poderiam sustentá-las contra os maus tratamentos que eles imprudentemente lhes fazem sofrer; faltas destas virtudes elas imaginam os meios os mais condenáveis para se vingarem de seus tiranos. Donde resulta que em geral os homens e mulheres têm, uns para com os outros, um soberano desprezo e combatem à porfia quem trata pior o outro; quando, pelo

---

[37] Após haver "provado" a superioridade feminina, Nísia Floresta recua e afirma não querer incitar o seu sexo à revolta ou provocar grandes alterações na sua condição. Também neste aspecto ela não segue o texto original de Mary Wollstonecraft que, pelo contrário, declara que só uma REVOLUÇÃO (assim com maiúsculas) seria capaz de alterar o quadro presente das mulheres. Esta posição cautelosa de Nísia Floresta também está presente no *Opúsculo Humanitário,* obra em que, após traçar um drástico panorama da situação feminina, declara ficar satisfeita apenas com o acesso das meninas à instrução.

contrário, deveriam viver felizes, se ambos os sexos se resolvessem a tomar um pelo outro os sentimentos de estima, que se devem reciprocamente.

Entretanto, se quiséssemos falar a verdade, é fora de toda a dúvida que o vitupério recai principal e originariamente sobre os homens: porque se se quiser somente conceder às mulheres as vantagens da educação e do saber, elas aprenderão a desprezar estas loucuras e bagatelas, que lhes granjeiam presentemente um injusto desprezo; elas estarão em estado de dar aos homens uma melhor opinião da capacidade de seu engenho e da disposição do seu coração, e os homens diminuirão e reformarão gradualmente seus maus procedimentos, à proporção da estima que lhes inspirarmos. Elas capricharão em aperfeiçoar seus talentos, melhor adquirirão os conhecimentos, ocupar-se-ão a entreter os homens instrutivamente e ajuntar a solidez aos seus encantos.

Por este meio os dois sexos viverão felizes e não terão motivos de se acusarem mutuamente; mas enquanto os homens nos fecharem toda a entrada às ciências, eles não poderão, sem fazer recair sobre si toda a repreensão, lançar-nos ao as faltas de conduta que a ignorância nos faz cometer e nós acusaremos sempre de injustiça e crueldade os desprezos e maus tratamentos que eles têm para conosco, por faltas que não está em nossas mãos remediar. Não seria mais necessário falar neste objeto senão para responder a algumas pessoas fracas, que se persuadam indevidamente existir, relativamente à virtude, diferenças reais entre nós e os homens; entretanto não há maior absurdo, pois existem muitos bons e maus em ambos os sexos e, mesmo supondo-se que algumas mulheres têm levado a maldade além dos homens, isto não pode desonrar o sexo em geral. Os bons que se corrompem, tornam-se sempre os mais malvados; e quando conhecêssemos que algumas de nosso sexo têm excedido aos homens nos vícios, seria preciso necessariamente confessar, que estes excedem em número.[38] Eu creio e ninguém duvidará, que falando de maus, há mil homens maus para haver uma mulher má e ainda assim, é julgando as coisas muito favoravelmente aos homens. Mas para saber-se se uns são naturalmente mais viciosos que os outros, é preciso atender

[38] Também o Padre Lopes Gamas, já citado, era dessa opinião. Em O Carapuceiro (Recife, 30-5-1838) ele escrevia: "... na verdade, raro é o defeito na mulher que não seja mui ordinário e comezinho nos homens, de sorte que se por um milagre o sexo masculino se transmudasse em feminino, e vice-versa, teríamos o universo povoado de homens muito mais virtuosos, do que são os atuais".

que só a alma é que é susceptível de virtude e que esta consiste em uma resolução firme de fazer-se o que se julga mais conforme às regras da razão, nas diferentes circunstâncias da visa.

Ora, a alma das mulheres não é menos susceptível que a dos homens, desta resolução firme que constitui a virtude, e elas sabem também, como eles, as ocasiões de pôr em prática. Inda que fracas se julguem as mulheres em geral, nós sabemos reger também nossas paixões, como os homens, e não temos mais que eles propensão aos vícios. Nós podemos mesmo fazer inclinar aqui a balança em nosso favor, sem ofender a justiça e a verdade; entretanto, suposto mesmo que houvesse lugar de achar-se os dois sexos igualmente em falta, aquele que acusa o outro peca contra a equidade natural. Se existe mais maldade nos homens que em nós e são tão cegos para percebê-la, são bastante temerários em achar o que repreender em nosso sexo; e se descobrem nossas faltas e ocultam maliciosamente a suas, que são mais condenáveis, não é isto uma baixeza neles, fazer-nos um crime daquilo que possuímos menos que eles? Se há mais bondade nas mulheres que nos homens, não se devem taxá-los de ignorantes e invejosos por não quererem convir nisto?

Quando uma mulher tem mais virtudes que vícios, não devem uma fazer desaparecer os outros? Isto é tanto verdade, quanto nossos defeitos são insuperáveis e se nos negam os meios de nos corrigir. Eis aqui precisamente o caso de quase todas as faltas de nosso sexo e porque merecem mais compaixão que desprezo. Enfim, se nossas faltas não são tais senão em aparência, ou pelo menos são por si mesmas muito ligeiras, não se podem supor duráveis nelas sem muita imprudência e maldade de sua parte.

Ora, é muito fácil provar que estas são a maior parte das faltas que se nos exprobam, as quais são comuns a todo nosso sexo de uma ou de outra maneira. Eu julgo ter suficientemente demonstrado que injustamente os homens nos acusam de não ter aquela solidez de raciocínio, que atribuem a si com tanta confiança; nós temos o mesmo direito que eles, aos empregos públicos: a Natureza nos deu um gênio como a eles, tão capaz de os preencher e nossos corações são tão susceptíveis de virtudes, como nossas cabeças o são de aprender as ciências: nós temos espírito, força e coragem para defender um País e bastante prudência para governá-los. Nós temos em geral os órgãos mais delicados. Se se comparar a estrutura dos corpos para decidir o grau

de excelência dos dois sexos, não haverá mais contestação: eu julgo que os homens mesmos não terão dificuldade em nos ceder a este respeito: eles não podem negar que temos que sobre si toda vantagem pelo mecanismo interno do nosso corpo, pois que é em nós se produz a mais bela considerável de todas as criaturas. Que superioridade não temos sobre eles pela forma externa? Que beleza, que ar, que graças a Natureza não tem juntado aos nossos corpos e privado aos seus? Eu me envergonharia somente de falar, se não pensasse que há uma razão a mais para crer que nossas amas são tanto mais delicadas, porque não posso deixar de pensar que o Sábio Autor da Natureza proporcionou nossas almas aos corpos que os deu: certamente a delicadeza de nosso espírito e a finura do que se passa no interior de nossa cabeça devem pelo menos tornar-nos iguais aos homens, que nosso exterior raras vezes deixa de nos fazer suas senhoras absolutas.

Eu não quererei, entretanto, que pessoa alguma de meu sexo apoie sua autoridade sobre um alicerce tão frágil. Não, o bom senso deve sempre exceder à beleza o rosto, porque o ascendente, que a razão tem sobre os corações, é mais durável. Eis porque exorto a todas as mulheres a desprezar os vãos divertimentos e a aplicar-se à cultura de suas almas, a fim de se tornarem capazes de obrar com toda dignidade a que a Natureza nos destinou; sem procurarmos elevar-nos e engrandecer-nos, façamos ver que merecemos dos homens tanta parte de usa estima, quanto arrogam a si além de nós.

Em uma palavra, mostremos-lhes, pelos poucos que fazemos sem o socorro da educação, de quanto seriamos capazes se se nos fizessem justiça.. Obriguemo-lo a envergonhar-se de si mesmo, se é possível, a vista de tantas injustiças que praticam conosco, e façamo-los enfim confessar que a menor das mulheres merece um melhor tratamento de sua parte, do que o que hoje prodigalizam a mais digna dentre nós.

Posfácio

Nos primórdios do feminismo brasileiro

> "As mães, as filhas, as irmãs, representantes da não, solicitam ser constituídas em Assembleia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento e o desinteresse dos direitos das mulheres são as únicas causas das calamidades públicas e da corrupção dos governos, estas decidiram expor em uma declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher, com o fim de que esta declaração, constantemente presente na mente de todos os membros do corpo social lhes recordando sempre de seus direitos e suas obrigações; com o fim de que os atos de poder das mulheres e os de poder dos homens, que podem ser em qualquer momento comparados com a meta de toda instituição política, adquiram maior consideração; com o fim de que as reivindicações das cidadãs, baseadas de agora em diante em princípios singelos e incontrovertidos, apontem sempre em prol da manutenção da constituição, dos bons costumes, da felicidade de todos os cidadãos."
>
> *Olympe de Gouges – Preâmbulo dos: Les Droits de La Femme et de La Citoyenne, 1791.*

Se folhearmos a historia da conquista dos direitos da mulher no Brasil – historia ainda tão pouco contada e em que faltam tantas páginas – entre inúmeros nomes femininos, quando recuamos em seus primórdios, um nome se destaca. Todos os estudiosos e pesquisadoras citam, alguns com mais, outros com menos e até com equivocadas informações, mas é sempre nele que esbarram. Um nome sonoro, com jeito de pseudônimo imediatamente se impõe: Nísia Floresta um dos seus mais recuados e importantes momentos, pela coragem revelada em seus escritos e pelo ineditismo e ousadia de suas ideias.

E quanto mais temos consciência de seu importante papel, maior é a curiosidade e interesse por esta figura que se sobressaiu à enorme maioria de seu sexo, que alcançou uma visão tão acima da de seus contemporâneos, os mais ilustres. Como isso foi possível, não deixa também de ser uma grande questão.

Se nos remontamos até Recife, às primeiras décadas do século passado, surpreendemos um cenário conturbado, onde os sentimentos nacionalistas explodiam em revoltas a todo instantes, e em que ideias separatistas fervilhavam. Percebemos facilmente que o terreno ali era fértil e o clima extremamente favorável à propagação de concepções de reforma social, que uma elite intelectual se incumbia de divulgar.

Os ideais de justiça e liberdade europeus atravessavam o oceano e parece que primeiro aportavam naquelas praias, insuflando ainda mais os espíritos pernambucanos. Se nesta época outras cidades brasileiras competiam com Recife em desenvolvimento (ou atraso), como Vila Rica, Salvador e o próprio Rio de Janeiro, nenhuma delas, porem, rivalizava com a pernambucana na prolongada ênfase de seus movimentos revolucionários, nem tremulou tão alto a bandeira do liberalismo e antilusitanismo.

Em 1820 Pernambuco destacava-se como o mais importante mercado açucareiro do Império, com uma produção por volta de dez mil toneladas; e as recepções no Palácio do Governo tinha tal brilho, que por pouco não ofuscavam as da Corte. Durante a maior parte do século XIX, Recife foi o mais importante centro impressor e editorial do país, atividade essa impulsionada justamente pelas revoluções de 17, 20, 24 ...que se sucediam e necessitavam divulgar seus propósitos. Inúmeros foram os jornais de inspiração liberal / republicano, bem como os de feição satírica voltados para a crítica dos costumes e da política imperial, como *Bússola da Liberdade, Sentinela da Liberdade, Diário dos Pobres,Voz do Povo Pernambucano, O Sete de Setembro. O Diabo, Cova da Onça, para* só citar alguns.

Impossível deixar mencionar o Padre do Sacramento Lopes Gama, uma figura extremamente importante em todos estes contextos. Lopes Gama foi um caricaturista e crítico social dos mais argutos, que em seus jornais – políticos ou satíricos – participava e incentivava os debates, assumindo uma postura liberal e até revolucionária. Através do jornal O *Carapuceiro*, tornou-se

conhecido pela virulência de SUS ataques aos "maus costumes", pelas críticas que fazia à sociedade de seu tempo, não perdoando nem autoridades e muito menos às mulheres que se desviassem de suas "virtudes" e se deixassem levar por uma vida mais fútil e descomprometida.

Entre outras, a prioridade na extinção do tráfico de escravos cabe a Pernambuco, que se antecipou em sete anos (1824) ao decreto real. E, em 1831, os padres do Mosteiro de São Bento de Olinda, num gesto inédito, concederam liberdade a todos os escravos dos mosteiros de Pernambuco e Paraíba, "por ser a escravidão oposta à razão, à consciência e à religião".[39]

Estevão Pinto, em *Pernambuco no século* XIX, enumera a serie de melhoramentos por que passa Recife: a reforma do Trem Militar, novas estradas, o telégrafo da Torre do Espírito Santo, cujo farol acendeu-se em 1822, a criação de um gabinete topográfico, reformas de edifícios públicos, a construção do Theatro de Santa Isabel, a ponte pênsil de Caxangá a inauguração do cemitério de Santo Amaro e da pequena linha férrea do Cabo. E conclui:

> "Paira no ar, o que quer que seja de revolucionário, de transcendência, de nativista – este 'espíritu del siglo' de que nos fala Martinez de la Rosa". [40]

Recife era porto obrigatório dos estrangeiros que visitavam o país, naquele inicio de século. Foram muitos os que lá estiveram, como Koster, Darwim, Waterton, Maria Graham, Vauthier, com certeza atraídos pelas opulências dos habitantes de Olinda e Recife que alguns registraram em seus diários ou por suas reconstruções arrojadas que já utilizavam os materiais em voga na Europa, como o ferro e o vidro com seus jardins afrancesados (que tanto encantaram Maria Graham), ou ainda porque se tratava de um importante centro daquele país exótico, que todos desejavam conhecer.

Naquelas plagas, o analfabetismo feminino deixava aos poucos de ser encarado como sinal de nobreza. E já em 1830 a cidade contava com quatro escolas de primeiras letras pra meninas, contava com o Recolhimento da Glória, para as mais abastardas, e com um sem numero de mestres estrangeiros que anunciavam nos jornais para ensinar nas casas. Nesta época

[39] In Anais Pernambucanos, F. A. Pereira da Costa 2ª Ed. Recife. FUNDARPE, 1983, p. 387.

[40] Op. Cit. Ilustrações de Henrique Moser e Balthasar da Camara, Recife, Imprensa Industrial, 1922, p.10.

havia pelo menos três livrarias que divulgavam com frequência as relações das obras estrangeiras – principalmente francesas e inglesas – recém chegadas.

Apesar de todos esses cosmopolitismo (para a época) e do avanço liberal, não tenhamos ilusões no que toca à situação geral das mulheres. Muitas são as descrições do seu estado de submissão e do isolamento em que viviam. Gilberto Freyre observa que:

> "Nísia Floresta surgiu – repita-se -, como uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio de homens a dominarem sozinhos todas as atividades extradomésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas que eram quase histórias do Troncoso, causa pasmo ver uma figura com a de Nísia".[41]

E é ainda hoje fazendo eco a este sentimento de pasmo de Gilberto Freyre que tentamos entender como surgiu, naquela época, uma figura tão singular.

Nísia não ficou indiferente às influencias revolucionárias de seu tempo. Provavelmente sua própria casa era um centro de debate e propagação das novas ideias, pois vivia com um jovem acadêmico de Olinda – Manuel Augusto – e privava da amizade fraterna de Nunes Machado, outro acadêmico, futuro deputado liberal, que seria em 1849 um dos líderes da Revolução Praieira.[42]

Nossa autora abraça o liberalismo com toda sua força de mulher, no momento em que realiza sua tradução do *Vindication of the Right of Woman,* de Mary Wollstonecraft. Este texto revolucionário surgido em Londres em 1792, foi imediatamente traduzido para o francês e repercutiu como uma bomba por toda a Europa e até nos Estados Unidos. Neste mesmo ano ele foi também editado em Paris, Boston e Filadélfia e teve ainda segunda edição em Londres. Em Dublin foi editado em 1793 e, na Filadélfia, duas novas edições surgiram no ano de 1794. No curto espaço de dez anos, o livro foi reeditado sete vezes, na França, Inglaterra, Estado Unidos e Escócia.[43]

---

[41] In Sobrados e Mocambos, 1.º tomo, 7. ª edição, Rio de Janeiro. Jose Olympio Editora, INL, Fund. Nacional Pró-Memória. 1985, p. 109.

[42] Em 1849, já morando no Rio de Janeiro, Nísia Floresta dedica-lhe um belo poema. *A lágrima de um caeté,* onde lamenta a sua morte na Revolução Praieira e exalta seu espírito nativista.

[43] Cf. Paule Penigault-Duhet, Mary Wollstonecraft-Godwin (1759-1797); Lille: Atelier National, Reproduction des Theses, Université Lille III; Paris: Difusion Didier-Eruditoion, 1984, p. 647 e s.

DIREITOS DAS MULHERES, E INJUSTIÇA DOS HOMENS.

INTRODUCÇÃO.

Se um auctor celebre não tivesse proferido, que nada existe na Natureza tão admiravel como ver os homens capases de espanto, poderia alguem ao menos o que não fosse inteiramente falto de bom senso, deixar de admirar o poder, que os prejuiso, e o costume tem sobre o espirito humano? Era de esperar naturalmente, que esses entes feitos para dominar, como modestamente se qualificão, fossem ciosos de sua superioridade, e muito empenhados em a conservar. Entretanto exceptuando-se a auctoridade tyrannica, que usurpão sobre nós, achar-se-á, que todos os seus esforços se redusem a sollicitar a mais baixa servidão.

Se sua ambicão fosse louvavel, e justa, seria de accordo com sigo mesmo, e esta consequencia os tornaria igualmente imperiosos em todas as occasiões em que a auctoridade é necessaria para se sustentar. Se a força exterior do corpo fosse para elles um titulo sufficiente para dominar sobre nós, que somos de uma constituição mais delicada, a superioridade da rasão sobre a

A tradução

Mas não foi uma edição inglesa que Nísia Floresta conheceu. Na capa de seu livro ela declara ter "traduzido livremente do francês para o português", pois essa era a língua estrangeira mais fundida e eram franceses a grande maior dos livros que aqui chegavam. Também Byron, podemos lembrar, tornou-se conhecido dos nossos românticos através de versões francesas.

E aí a grande questão. Na verdade – e quem conhece o original já percebeu – Nísia não realiza propriamente uma tradução do texto da feminista. Ela realiza, sim um outro texto, o seu texto sobre os direitos das mulheres. Mary Wollstonecraft lhe dá a motivação ao colocar em letra impressa questões pertinentes à mulher inglesa, voltadas naturalmente para o público de seu país. Nísia como que realiza uma "antropofagia libertária". E poderíamos ainda acrescentar: não como opção, mas até como fatalidade histórica. Na deglutição geral das ideias estrangeiras, era praxe promover-se uma acomodação de tais ideias ao cenário nacional. É o que ela faz. Assimila a concepções de Mary Wollstonecraft e devolve um outro produto, pessoal, em que cada palavra é vivida, em que os conceitos surgem das páginas como algo visceral, extraído da própria experiência e midiatizados pelo intelecto.

Não é, portanto, texto inglês que se conhece, ao ler este *Direitos da Mulheres e Injustiça dos Homens.* Ainda está por ser feita a sua tradução em língua portuguesa. Temos sim, nessa "tradução livre", talvez o texto fundante do feminismo brasileiro, se o vemos como uma nova escritura, ainda que inspirado na leitura de outro. Vejo-o como uma resposta brasileira ao texto inglês; nossa autora se colocando em pé de igualdade com Wollstonecraft e até com o pensamento europeu, estabelecendo, assim, o elo entre as ideias europeias e o público nacional.

Em sua essência, os *Direitos das Mulheres de Nísia Floresta* se encontra com os *Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, tanto na denúncia da

mulher como classe oprimida como na reivindicação de uma sociedade mais justa, em que ela seja respeitada e tenha os mesmos direitos. Também são pontos comuns as denúncias da superioridade masculina apoiada na força física, e educação como o meio eficaz de promoção feminina e o aparato filosófico de feição iluminista. No mais, os textos se distanciam tomando cada qual o seu rumo, segundo as motivações das autoras, o público a que se destinavam e as peculiaridade da condição feminina num e noutro lugar.

No dicionário português, Inocêncio Francisco da Silva,[44] sugere que o Padre Lopes Gama teria sido o revisor desta tradução de Nísia Floresta. Pode ser. Não encontramos nem em seus jornais, nem na obra nisiana qualquer indicio que os permitisse afirmar até mesmo que eles se conheceram. Provavelmente sim, não só pelas dimensões da cidade na época, como também porque Lopes Gama expressa algumas ideias sobre as mulheres semelhantes às de Nísia Floresta, no jornal *O Carapuceiro*. A partir desta sugestão de Inocêncio, inúmeros foram os escritores que afirmaram esta aproximação dando-o como certa e comprovada.

Mary Wollstonecraft e seus Rights of Woman

A história do Vindication of the Rights of Woman[45] está relacionada à trajetória política e literária de sua autora, que anteriormente já havia publicado vários ensaios e outros livros, como *Thoughts on the Education of Daugters (de 1786, que antecipa algumas das ideias do livro em questão)*, e A Vindication of the Rights of Men (de 1790), só para lembrar dois de uma produção intensa e toda voltada par questões de direitos políticos, educação feminina e independência econômica.

---

[44] Obra citada: Estudos de Innocencio Francisco da Silva, Aplicáveis a Portugal e ao Brasil, Tomo 6, Lisboa, Imprensa Nacional. 1862.

[45] Para efeito desta leitura foram utilizadas três edições. São elas: *Vindication of the Rights of woman,* J. M. Dente & sons Ltd.; New York: E. P. Dutton & Co. Inc., 1929.
Défese des Droits de la Femme , préface et traduciton de Mari Francoise Cachin. Paris, petite Bibliothèque Payot, 1976.
Vindincacion de los Derechos de la Mujer, Madrid. Tribuna Feminista. Editorial Debate, 1977. Por isso serão indicados os capítulos e não as páginas, quando for necessário.

O novo conceito político que agitava e transformava o pensamento liberal europeu era o dos direitos do homem, cujas principais referências foram a "Declaração de Independência", voltada pelo congresso americano em 4/7/1776 e a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", adotados pela Assembleia Nacional Francesa, em 26/8/1789. Mary Wollstonecraft utiliza como ponto de partida em sua obra as duas declarações, junto ao conceito de direitos individuais, inalienáveis e universais, ainda desconhecido na Inglaterra de seu tempo.

Logo ela deve ter percebido que os "*rigts of men*" (utilizados no sentido de gênero humano) destinavam-se realmente apenas aos homens. Os clichês sociais reservavam a estes a dignidade e os direitos humanos, isolando as mulheres em um grupo distinto, bem marcado por sua especialidade biológica. Daí a necessidade de outra reivindicação, que precisava ser bem clara: *Vindication of the Rights ofWoman,* par anão haver dúvidas.

Na França, Condorcet já havia aberto o debate a este e publicado em 1790 seu *Essai sur l'admission des Femmes au droit de cite.* E Olympe de Gouges contribuiu para esquentar o debate ainda mais com *Declaration* dês *Droits de la Femme et de la Citoyenne,* em 1791. Ambos os textos tinham o mesmo objetivo, mas apenas Olympe de Gouges sofreu na carne a audácia do seu pensamento. Em 3 de novembro de 1793, foi guilhotinado e sua sentença acusava-a de "ter querido ser homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo".[46]

Se Mary Wollstonecraft conheceu ou não estes textos, não se sabe. Não foi encontrada nenhuma referencia a eles em sua correspondência, tampouco em sua obra, por nenhum de seus muitos biógrafos.[47] O que é certo e conhecido é que em seus livros anteriores ela já tratava da questão da igualdade natural de mulher e do homem, apoiada na razão. Mas isso não vem ao caso agora. O que nos interessa, no momento, é estabelecer os pontos de aproximação e distanciamento entre esta autora e a brasileira.

A feminista inglesa dedica seu livro ao senhor Talleyron-Périgord – o antigo bispo de Autun – não exatamente para homenageá-lo, mas como foram

---

[46] Cf. Simone de Beauvoir, O segundo sexo, vol. I, 3ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 34. Citado também por Branca Moreira Alves/Jaqueline Pitanguy, O que é Feminismo, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 34, Nova Fronteira.

[47] Cf. Paule Penigault-Duhet, op cit.

de lhe responder e contestar as idéias sobre educação feminina, exposta em seu *Rapport sur l'Instruction Pulvique,* de 1791, que serviram de base ao projeto que ele apresentou ao governo francês, sobre a educação das jovens.

Para Mary eram ainda muito tímidos os avanços por ele propostos e eram necessárias mudanças drásticas no quadro educacional que realmente alterassem a situação feminina. No penúltimo capítulo do *Rights ofWoman,* ela, inclusive, traça um audacioso plano de educação nacional, em muito diferente do que Talleyron havia proposto. Sua dedicatória teve então um sabor de provocação e de contra-projeto, além de ser, ela mesma, uma resposta para o legislador e líder moderado da Revolução Francesa.

Na Introdução, a autora afiram que, após ter observado o mundo, interrogado a historia, consultado inúmeras obras de educação,, o comportamento dos pais, o funcionamento das escolas , chegou à convicção de que a "miséria das mulheres provém de sua descuidada educação". Isto porque os homens estão habituados a considerar as mulheres mais como fêmeas do que como seres humanos, antes como amantes sedutoras, que como esposas afetuosas e mães criteriosas. O único objetivo – ela conclui – que os leva a se empenharem tanto em rebaixar as mulheres é o de torná-las objetos sedutores.

Daí as críticas que eles fazem às mulheres "masculinas" e qualidades, cujos exercício enobreceria o caráter e elevaria as mulheres à condição de seres humanos, no sentido amplo do termo. Deste ponto de vista filosófico, claro, ela afirma que todas as mulheres deveriam ser cada vez mais masculina.

Com ironia, Mary pede desculpas às mulheres por não falar neste livro de suas "graças fascinantes" e por não tratá-las como crianças; elas as considera, e é assim que as tratará, como criaturas racionais. Tudo isso por que deseja que as pessoas de seu sexo sejam "os membros mais respeitáveis da sociedade".

No capítulo que se segue seguem, no total de treze, ela desenvolve suas opiniões, refuta acusações, discorre longamente sobre conceito morais, sobre as formas sociais de opressão que a sociedade exerce sobre as mulheres; denuncia autores – Milton, Lorde Chesterfield Pope, Mrs. Barbauldt e

especialmente Rousseau – que em suas obras colaboraram para manter tal situação de opressão, faz reivindicação propriamente dita, ao mesmo tempo que propõe uma redefinição das relações humanas(amor paterno, deveres para com os pais); apresenta sua proposta de educação feminina a nível nacional e, finalmente, termina com exemplos dos erros que as mulheres comentem provocados por sua ignorância , fazendo considerações acerca da melhoria moral que, naturalmente, resultaria numa revolução dos modelos femininos.

O capítulo em que trata de Rousseau.[48], um autor de sólida reputação e dos mais conhecidos pelo público feminino, demonstra bem o poder de argumentação da autora e o conhecimento que tem da obra deste autor. Ela já inicia dizendo que a "indignação supera a admiração". Como a maioria dos escritores. Rousseau exigia com veemência que a educação feminina se orientasse para um único objetivo: fazer a mulher um objeto de prazer. Sua personagem, Sofia, representaria o ideal feminino dos sonhos masculinos: submissa, "coquete", superficial, em tudo inferior a Emílio. Sendo assim, a autora pergunta: "como purificar seu coração, se a inteligência permanece inativa, e não tem nenhum ideal que a eleve acima das futilidades cotidianas?" Mary Wollstonecraft passa a questionar e toca fundo o preconceito, jogando por terra os belos discursos masculinos. As mulheres não teriam uma alma imortal, pra poderem passar toda a vida na ociosidade, se enfeitando, sem praticar a virtude que dignificam o ser humano? As melhores esposas, são as mulheres passivas e indolentes? E estas mulheres teriam personalidade suficiente para dirigir uma família e educar os filhos|?

Se as mulheres não são um 'enxame de seres frívolos e efêmeros", por que mantê-las em ignorância? Para sacrificar sua inteligência? Enquanto os homens se preocupam com a vida futura, afirma, à mulheres basta preocuparem-se com a presente, na opinião desses autores.

Se as mulheres são realmente capazes de atuar com criaturas racionais, então que não as tratem mais como escravas ou animais domésticos, submetidas à razão do home. Que lhes ofereçam os "princípios sublimes e saudáveis" e que tomem consciência de sua dignidade, reconhecendo-se a si mesmas como seres que só dependem de Deus.

[48] Cf. Capítulo V: "Críticas de certos autores que têm considerado a mulher um objeto da piedade, quase de menosprezo"

Em sua crítica, Mary Wollstonecraft enumera ironicamente algumas das expressões empregadas na lisonja feminina par enganá-las: "virtudes delicadas do encanto", "temperamento dócil", e aponta para algumas expressões contraditórias, fartamente empregadas pelos escritores, como: "amáveis defeitos" e "encantadoras debilidades"...

Segundo essa autora, "a melhor educação será a que consiste em exercitar a inteligência de tal modo que fortaleça o corpo e desenvolva o coração, ou em outras palavras, permite a cada individuo adquirir tal costumes na virtude, que seja independente"[49].

Estas são, em linhas bem gerais, apenas algumas das questões que trata a feminista inglesa, em seu *Vindication of*... Meu objetivo em apresentá-las aqui foi simplesmente o de facilitar as comparações que faço a tornar mais claras outras questões que faço a tornar mais claras outras questões que tenho levantado, sobre as diferenças entre os dois textos.

Nísia Floresta e os direitos da Mulher

Nísia Floresta vai dedicar seus "Direitos" às mulheres brasileiras e aos jovens acadêmicos de seu tempo. As primeiras, porque é delas que trata e por elas escreve. Aliás, perpassa por todo o livro uma solidariedade bem feminista, visível no empenho em justificar suas faltas e destacar cada um de seus méritos. E aos acadêmicos brasileiros porque, afinal de contas, eram país, aqueles que poderiam, se quisessem, mudar os rumos dos acontecimentos. Foi desta geração que saíram os futuros abolicionistas, os republicanos e também uns bem poucos – muito poucos – defensores dos direitos da mulher.

A Introdução contém algumas das questões que serão desenvolvidas no s capítulos seguintes. Nísia identifica no costume e no preconceito o cerne do problema e procura atacá-lo de todas as formas, utilizando todos os argumentos de que é capaz. Os homens são de imediato identificados como os manipuladores desta tirania, esses "entes feitos para dominar", até porque tiram proveito da situação e temem ter as mulheres como suas iguais. A autora exige que eles apresentem as "provas" de sua superioridade.

[49] Cf. Capítulo II.

Extrapolando o raciocínio de Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta tenta inverter a relação: de mulheres inferiores socialmente, ela acredita e quer provar, a superioridade feminina frente aos homens. Superioridade essa, diga-se de passagem, que o "sexo invejoso e pouco generoso" oculta, para melhor dominar através da força física e do despreparo intelectual feminino ("Não ignoramos que temos razão; (...) esta mesma razão nos faz sentir a superioridade que temos sobre eles...").

Descendente intelectual do século das luzes, a autora lança mão de conceitos e doutrinas iluministas – tão difundidas em Pernambuco de seu tempo para melhor fundamentar seus argumentos e construir sua coerência.

Vemos, então, em seu texto, desfilarem inúmeros conceitos como moral, verdade, virtude modéstia, entendidos conforme os estoicos os definiram, bem como a ênfase no uso da razão como melhor método par se chegar à verdade. Os ideais de dignidade e valor humano, formulado pelos iluminista, estão presentes no texto nisiano, assim como a pregação da doutrina utilitarista, muito cara aos ilustrados.

A escola filosófica conhecida por este nome – Utilitarismo – por Jeremy Bentham, acreditava julgados com base em sua utilidade. Por utilidade, entendia a capacidade de produzir felicidade, que deveria, por sua vez, alcançar o maior numero de pessoas. Muitos foram os filósofos, críticos da ordem estabelecida, que contribuíram para o avanço das ideias progressistas. Voltaire, Diderot, D'Alembert, Helvetius e o Barão de Holbach foram alguns desses, e é a essência mesmo do seu pensamento que encontramos tanto nos discursos de nossos revolucionários do início do século XIX, como nos textos de Nísia Floresta. Afinal, o que mais ela prendia, se não tornar a sociedade mais justa e naturalmente mais feliz?

Será, então, imbuída destes conceitos filosóficos de cunho iluminista que Nísia Floresta buscará o juiz capas de "julgar" se as mulheres são ou não superiores. Um juiz neutro e irrecusável, que só a filosofia poderá lhe fornecer.

A autora coloca numa "balança utilitária" as ações masculinas e femininas e passa a medir o valor de umas e outras. Iniciando com função de cuidar

de crianças, entendida como absolutamente necessária e útil à sociedade, mas desvalorizada pelos homens, Nísia passa, a partir daí, a computar pontos a favor da mulher, a mostrar que ela tem mais virtudes e capacidade que os homens, para qualquer função. A evolução de seus pensamento chega a um ponto em que não só a Mulher é útil à sociedade, como a maioria das funções exercidas pelos homens, suas preocupações e até eles próprios, são considerados inúteis. Não deixa de ser ingenuamente cômica a explicação que encontra do porquê as mulheres não irem para a guerra: "Assim como os marinheiros durante uma tempestade lançam ao mar as cargas, que mais impedem e menos úteis ao navio, da mesma sorte é muito justo que os homens sejam expostos aos perigos e desgostos da guerra, enquanto que nós ficamos em segurança em nossas casas."[50]

Nísia como que arma um jogo; MULHER X HOMEM (a partir mesmo do título: Direitos das Mulheres X Injustiça dos Homens) e joga por nós. Lançando mão de verdadeiros passes da mágica, transforma cada "desvantagem" para a mulher, e até a "delicadeza" em "superioridade". A mágica que utiliza tem um nome: Retórica, que praticada com incomum habilidade, inverte e subverte tudo, desmontando aos poucos as argumentações e as acusações masculinas. Até a "Lei divina" que proibiria às mulheres exercer funções na hierarquia eclesiástica, é interpretada como sendo não uma impossibilidade, mas um "elogio".

Praticando a arte da persuasão e do convencimento, a autora responsabiliza os homens por cada erro ou fraqueza que admite as mulheres. Afinal, ela conclui, foram eles que as deixaram propositadamente na ignorância.

Opondo-se à ignorância, do outro lado da moeda está a ciência, a que daria "exatidão de pensamento", "pureza de expressão", "justeza das ações", às mulheres. Muitos ilustrados já haviam dito antes dela: "A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada como na pública e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra."[51] Daí a urgência imperiosa de as mulheres terem acesso à ciência e o empenho da autora em convencer os homens.

[50] Cf. Capítulo VI.
[51] Cf. Capítulo II.

Pouca experiência de vida não a impede de fazer uma importante dedução: "Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência." O círculo vicioso que prendeu e estagnou as mulheres por séculos, é denunciado pela autora, que vai além e identifica nos homens o "sórdido interesse" e o "temor" de que elas, partilhando as ciências (e as vantagens que delas derivam) os excedam na administração dos cargos públicos. Segundo Nísia, seria por medo de competição, a causa do banimento feminino do estudo, e não por incapacidade de seu cérebro, por possuir "órgãos imperfeitos", ou pelo sentimento de altivez e vaidade que as dominaria ... Se elas estivessem em igualdade de condições, se partilhassem dos conhecimentos científicos, poderiam realizar tanto quanto eles e até bem mais, pois empregariam seus conhecimentos de uma maneira mais organizada e útil à sociedade.

O texto de Nísia Floresta oscila constantemente entre a ironia com que trata os homens – "personagens singulares", "grandes crianças mais obstinadas" – e uma certa ternura com que se refere aos afazeres femininos e às próprias mulheres. Mas é no Capítulo III, em que analisa "se os homens são mais próprios que as mulheres para governar", e trata de Catão, que mais pode ser percebida sua irritação com os argumentos masculinos e a profunda ironia para com o "primeiro sexo".

Catão é identificado ao "tal juiz" parcial, aquele que "pronunciou nossa sentença". Tecendo com habilidade um diálogo com o filósofo, cita trechos seus e vai lendo-os como deseja. A magia de sua retórica consegue interpretar ao contrário do entendimento usual e provar com suas próprias palavras – dele, Catão – a superioridade feminina. Neste jogo intertextual ela realiza um diálogo filosófico também com outros autores que o repetiram. O raciocínio de Nísia Floresta aqui, mais ainda surpreende o leitor, por sua eloquência retórica. É difícil não se deixar seduzir por ele.

Se no texto de Mary a autora dialoga com Rousseau e, por seu intermédio, com diversos outros escritores, neste, Nísia elege Catão, um filósofo bem divulgado no Brasil, via cultura portuguesa, e através dele alcança outros filósofos e um sem número de contemporâneos que endossavam seu pensamento.

Mas é na Conclusão que vamos encontrar o maior desvio para com o texto original. Não deve ter passado despercebido, aos leitores, o recuo no raciocínio de Nísia. Após ter "provado" que as mulheres têm tanto direito quanto os homens e são capazes de aprender as ciências e ocupar empregos públicos, que têm coragem de defender um país e "prudência bastante para governá-lo", ela recua e afirma não pretender com seu livro "revoltar as mulheres contra os homens", nem "de transformar a ordem presente das coisas, relativamente ao governo e autoridade". Pretendia apenas, afirma, fazer ver que seu sexo "não é tão desprezível como os homens querem fazer crer" e que "somos capazes de tanta grandeza d'alma", como eles ... Em outra obra, *Opúsculo Humanitário*[52], de 1853, em que trata da educação feminina, Nísia Floresta distingue educação de emancipação, como se uma não fizesse parte da outra. Logo no início ela estabelece a diferença:

> Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher – nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando – educai às mulheres!"

Mais adiante, ao rebater a apreciação que Montesquieu faz da mulher, novamente afirma:

> "Mas deixemos à Wollstonecraft, Condorcet, Sièyés, Legouvé, etc., a defesa dos direitos do sexo. A nossa tarefa é outra, e cremos que mais conveniente será às sociedades modernas a educação da mulher".

> Como interpretar tal postura? Se tentamos justificá-la tendo em vista a situação de nossas mulheres na época, que tornava, antes de tudo, a educação absolutamente, imperiosa e já uma grande conquista, ou ainda atribuindo-lhe um laivo de modéstia – "nossa débil voz" –, sua afirmativa seguinte desmonta esta defesa. Acompanhando seu raciocínio e entendendo que através do acesso à escola a mulher adquiriria além da instrução, mais dignidade e tornar-se-ia capaz de enfrentar qualquer situação adversa, como entender *educação* separada de *emancipação?* Outra pergunta: o que significava para ela este segundo termo? Ao lutar pelo acesso feminino à escola, não entendia que lutava também por sua emancipação?

> Mary Wollstonecraft, no contrário, fala em REVOLUÇÃO – assim com maiúsculas –, e em independência econômica, como algo

[52] Cf. *Opúsculo Humanitário,* Rio de Janeiro, Typographia de M. A. Silva Lima, p. 27-8, 1853. Reeditado por Cortez Editora / INEP, 1989. Nesta edição, a citação encontra-se na p. 2 e 29.

absolutamente necessário para que as mulheres possam se encontrar como indivíduos e serem respeitadas na sociedade.

Este recuo, ou esta contradição presente no texto nisiano, é como uma antecipação de um comportamento que depois vamos reconhecer em Joana Paula Manso de Noronha, Júlia Lopes de Almeida, Inês Sabino, Guiomar Torresão e tantas outras mulheres, e mesmo entre os homens que trataram da questão. É uma postura ambígua de conciliar o inconciliável: querem e pregam a emancipação feminina, desde que não interfira nos papeis estabelecidos da mulher e esta possa permanecer a mãe "virtuosa" e "rainha do lar" ...[53]

"... o que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher? Eu vo-lo digo.

É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo dos seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba, e dos quais a deserda, porque tem em si a força material, e porque ainda se não convenceu que um anjo lhe será mais útil que uma boneca."

(Joana Paula Manso de Noronha, *Emancipação moral da mulher)*[54]

"A inteligência, a modéstia e a economia devem presidir a todos os atos de tua vida. Sobretudo a economia bem entendida e não ridícula, acumulará capitais no erário do futuro." (...) "Quem tem te dirige estas linhas já teve alguma prática da vida de casada e te assegura que nunca, nunca se arrependeu de ter cumprido à risca o que a moralidade do lar impõe nesta simples palavra: dever."

(Inês Sabino, Conselhos a uma noiva)[55]

"Nem a mulher que vota, nem a mulher que mata! Nem Luisa Michel, nem Carlota Corday!... (...) Detesto tanto a mulher que vota, como a mulher que mata... O meu ideal é Cornélia, mãe dos Cracos! A regeneração social depende da influência da mulher brasileira, deve promanar do lar doméstico! (...)

(J. Vieira de Almeida)[56]

[53] Cf. Maria Thereza C. Crescenti Bernardes, *Mulheres educadas – Rio de Janeiro do Século XIX (1840-1890).* Tese de Doutoramento de Ciências Sociais, São Paulo, USP, 1983, p. 217 e s. A autora dá vários exemplos de textos femininos deste período, onde podem ser observadas estas ambiguidades.

[54] *Jornal das Senhoras,* Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1852.

[55] In. *A Família,* Rio de Janeiro, 23 de março de 1890.

[56] In. *A Mensageira,* São Paulo, 15 de novembro de 1897.

Este recuo que apontamos, em última instância, é uma conciliação com as práticas dominantes, ou um ceder às forças da hegemonia ideológica da elite patriarcal.

Por que o recuo? Não se pode deixar de pensar nisto. Já foi dito que a escritora inglesa tinha não só experiência literária como uma vivência maior que a de Nísia. Mary Wollstonecraft tinha 33 anos ao publicar seus *Rights of Woman* e vários outros livros, além de ter sofrido na pele a experiência de um pai bruto, dominador, que tiranizou sua mãe (e possivelmente as filhas) em toda sua infância. Nísia apenas estreava na literatura, e contava onze anos a menos. Contra ela pesavam a força da tradição nordestina e a hegemonia do patriarcalismo. As lutas revolucionárias de seu tempo e o massacre que delas decorriam (Frei Caneca e tantos outros foram bons exemplos), estavam bem nítidos à sua volta, como para provar o quanto era difícil alterar esta realidade.

Nísia dá – sem dúvida – Um grande passo para frente. Mais que um passo: um salto. Mas dá um pequeno para trás, quando recua seu raciocínio. O tamanho do salto poderia estar na exata medida da correlação de forças existentes na sociedade de sua época. Ideais de liberdade a empurraram, mas ela estava à mercê de forças antagônicas, é preciso sempre lembrar, e o conservadorismo a puxa para trás. Nísia, realmente, é em todos os sentidos, fruto de seu tempo.

Mas não é esse "passo atrás" o mais importante. Considero importante sim o seu salto, a sua visão crítica do presente, o ineditismo e ousadia que tanto "pasmou" os que dela tiveram notícia. Se, infelizmente para nós, a tradutora ficou aquém do original, é preciso ter consciência que também tivemos a nossa Mary Wollstonecraft – a possível, dentro do quadro social e ideológico que a realidade brasileira permitia.

Repercussão da obra

Muitos foram os ecos deste trabalho, apesar das limitações da época concernentes à distribuição de livros e divulgação das ideias. Sem contar o quanto ele deve ter sido boicotado pelos homens de letras que se sentiram atingidos na veemência de suas palavras e pela imprensa, quase toda dominada por eles.

Em Recife não foram localizadas ainda repercussões nem a favor nem contra suas ideias, apesar de pesquisas em arquivos e jornais da cidade. Acreditamos que devem ter existido, pois tal livro não podia passar incólome junto ao pensamento contemporâneo. Mas em Porto Alegre, onde aliás Nísia Floresta é nome de uma rua e patrona da Cadeira número 17, da Academia Feminina do Rio Grande do sul, encontramos uma mulher, dona de um belo nome também – Ana Eurídice Eufrosina de Barandas –, que escreveu, em 1836, um opúsculo intitulado *Diálogos.* Este texto está incluído no livro que é considerado o primeiro de ficção publicado nesta cidade. Trata-se de: *O Ramalhete* ou *Flores escolhidas no Jardim da Imaginação,* impresso em 1845.[57]

No *Diálogos,* a personagem Mariana discute com o primo Alfredo e com seu pai Humberto, a respeito do direito de participação das mulheres na vida política, bem como nas demais instâncias da vida social, ao invés de ficarem em casa cosendo, como ela diz. Afinal, o Rio Grande do Sul vivia a Revolução Farroupilha e este era o tema do momento. Com habilidade, Mariana rebate a argumentação masculina, aponta os prejuízos de tal pensamento e termina vitoriosa na contenda verbal.

Muitos são os pontos que poderiam ser identificados às ideias nisianas, a respeito dos direitos das mulheres.

> "– Tendo nós os mesmos atributos, os mesmos sentidos; (sim, não podeis negar-nos o tato, olfato, vista, etc.) e igualmente uma alma espiritual, uma voz, por uma autoridade haveis de pensar, amar, aborrecer, desejar, temer, e seguir a vossa vontade, como bem vos parece, e não haveis de querer que nós outras façamos uso desse admirável presente que recebemos da mão do Criador! Não: também temos um alvedrio, bem apesar vosso, pois que tendes querido fazer mais que o Onipotente... Sujeitá-lo ao vosso poder e às vossas fantasias!! Porém a vossa mesma injustiça nos sugere armas para combater-vos. Insensatos! Em vão forcejais fascinar-nos; em vão pretendeis despojar-nos desse dom! ... Eis os nossos pulsos, agrilhoai-nos, arrastai-nos, matai-nos: é o poder do mais forte; mas nunca levareis a palma de dominar as ações e movimentos interiores da nossa alma. Ela é independente ao vosso orgulhoso império."[58]

[57] Cf. Pedro Maia Soares. Descobrindo o Feminismo Gaúcho, in *Correio do Povo*, 19 de maio de 1979, Porto Alegre. Do mesmo autor, Feminismo no Rio Grande do Sul, primeiros apontamentos (1835-1945), in *Vivência,* vol. I, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Brasiliense, 1980.
O Ramalhete ou Flores escolhidas no Jardim da Imaginação, livro praticamente inexistente nas bibliotecas gaúchas, foi localizado pelo pesquisador Pedro Maia Soares, que gentilmente me cedeu uma fotocópia do mesmo.
[58] Op. Cit., Porto Alegre, Typographia de Isidoro José Lopes, 1845, p. 63.

Pedro Soares, que "descobriu" a feminista gaúcha, defende a inclusão do nome de Ana de Barandas para "o primeiro capítulo da história do feminismo brasileiro, ao lado da grande precursora que foi a rio-grandense do norte Nísia Floresta Brasileira Augusta". E pergunta: "não teria Ana Eurídice lido o panfleto da revolucionária inglesa na versão de Nísia Floresta? Não teriam as duas moças se conhecido e trocado ideias na pequena Porto Alegre, conturbada pela Revolução Farroupilha?"[59]

Creio que sim. As duas jovens devem ter trocado experiências pois tinham muito em comum e, com certeza, a gaúcha conheceu o livro de Nísia Floresta, em sua edição de Porto Alegre, anterior apenas em três anos aos seus escritos.

Voltando nossa atenção para a Corte, encontramos, no Rio de Janeiro de 1844, a publicação daquele que seria o primeiro romance brasileiro de sucesso. O Autor, Joaquim Manuel de Macedo, conhece a fama e conquista os leitores com as artimanhas de sua personagem *A Moreninha,* com a hábel fixação de costumes, tipos humanos e da vida social de seu tempo. Considerado pela crítica uma obra de valor documental pelos registros aí contidos, tal texto é ainda visto como uma autêntica crônica da sociedade fluminense do II Reinado.

Pois bem, Carolina, a moreninha, escapa em parte ao estereótipo feminino dominante (e presente nas demais personagens) e é justamente isso que atrai Augusto. A "interessante moreninha", "a travessa, a inquieta, a buliçosa, a tentaçãozinha", dona de um "sorriso feiticeiro e irresistível", "o prazer em ebulição", tinha qualquer coisa que a distinguia das demais figuras femininas. A explicação nos chega através de um diálogo do próprio Augusto com um amigo:

> "... a bela senhora é filósofa!... faze ideia! Já leu a Mary de Wollstonecraft e, como esta defende o direito das mulheres, agastou-se comigo, porque lhe pedi uma comenda para quando fosse ministra de estado, e a patente de cirurgião de exército, no caso de chegar a ser general; mas, enfim, fez as pazes, pois lhe prometi que, apenas me formasse, trabalharia para encartar-me na Assembleia Provincial e lá, em lugar das maçadas de pontes, estradas e canais, promoveria

[59] Op. Cit., in *Correio do Povo,* 19 de maio de 1979.

> a discussão de uma mensagem ao Governo Geral em prol dos tais direitos das mulheres...”[60]

Ora, são com certeza dos *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens,* as ideias aí expressas, pois no original inglês não encontramos esta ênfase na ocupação feminina de cargos políticos ou comando de tropas militares. Manuel de Macedo colocou nas mãos de sua personagem um livro que ele conhecia e provavelmente era conhecido pelas leitoras de seu tempo, pois não precisou explicar, nem em nota de pé de página, quem seria a Mary Wollstonecraft citada. Apesar de ser um pequeno trecho e não haver outras referências explícitas das ideias feministas de Carolina, se nos atentarmos para seu comportamento e para as “provações” que ela submete o enamorado Augusto, vingando o seu sexo de zombarias, verificaremos que esta passagem é fundamental para explicar seu temperamento “vivo” e “curioso”, que tanto sucesso fez, no próprio livro e entre os leitores.

São dela, Carolina, estas palavras:

> “Eu o ouvi gabar-se de que nenhuma mulher seria capaz de conservá-lo em amoroso enleio por mais de três dias, e *desejei vingar a injúria feita ao meu sexo.* Trabalhei, confesso que trabalhei para prendê-lo; fiz talvez mais do que devia, só para ter a glória de perguntar-lhe uma vez, como agora o faço: ‘Então, senhor, *quem venceu: o homem ou a mulher?...*”[61]

Naturalmente, foi ela. Nem era preciso responder tal questão.

Não deixa de ser interessante saber que a heroína do livro surgiu como uma homenagem do autor à sua futura esposa. Maria Catarina de Abreu Sodré, prima-irmã de Alvares de Azevedo. O poeta romântico, Manuel de Azevedo, em sua curta vida, nem conheceu uma irmã que nasceria no ano de sua morte – 1852 – e que seria uma jornalista e também escritora de renome, preocupada com a problemática feminina. Josefina Álvares de Azevedo era o seu nome e em sua militância fundou o jornal *A Família,* voltado para a educação da mulher.

---

[60] *A Moreninha,* 17ª edição, São Paulo, Ática, Série Bom Livro, 1989, p. 58. As citações relativas à personagem encontram-se entre as páginas 73 e 79, desta edição.
[61] Op. Cit., p. 115, Grifos meus.

Se Josefina Álvares de Azevedo conheceu um dia o livro de Nísia Floresta, provavelmente foi através de bibliotecas da família, pois muitos anos haviam se passado desde a sua publicação. E por que não a que Macedo e sua Carolina deveriam possuir? Naturalmente, trata-se de conjecturas, mas com algumas possibilidades de serem verdadeiras...

Como jornalista Josefina viajou pelo norte e nordeste do país divulgando seu jornal e publicou, em 1890, entre outros livros, uma comédia de sucesso na época: *O Voto Feminino.* Que lhe valeu elogios na revista francesa *Le Droit des Femmes.*[62]

O tema da emancipação feminina passou a render cada vez mais ensaios e artigos na imprensa carioca, a partir da década de 1850. *O Diário do Rio de Janeiro,* em 18 de novembro de 1853, trazia um artigo assinado por J. B. Pinto Júnior, intitulado: "Da Mulher e dos seus deveres na sociedade". Vejamos:

> (...) "Desde que o mundo é mundo, da mulher se há falado bem diversamente; uns a tem exaltado quando é possível; outros a tem deprimido além das raias da verossimilhança. Uns dela tem feito um ídolo; outros dela tem feito um objeto de zombaria." (...("À Mulher, na qualidade de mãe, depois da criação e da educação física, toca a preparar seus filhos, com os primeiros rudimentos da educação religiosa e moral; para mais tarde poderem a par das ciências e das artes, desenvolver os princípios que com a criação receberam." (...)
>
> Alguns meses mais tarde, o mesmo *Diário do Rio de janeiro* publicava em 21 de janeiro de 1854, um artigo anônimo e extremamente irônico, que critica as mulheres que não mais cuidam da casa e dos filhos, porque são "emancipadas" e só vivem em teatros e festas. Todo o artigo tem um só objetivo, o de criticar e condenar a novidade do século: a emancipação.

Na época em que Nísia Floresta no Rio de janeiro, uma argentina que também aí vivia, Zaira Americana, publicava, em 1853, seus *Pensamentos* e um extenso texto em que mostrava as vantagens da educação da mulher para a sociedade, enfatizando suas funções de esposa e mãe.[63]

---

[62] F. Maria Thereza C. Crescenti Bernardes, op. Cit., p. 161.

[63] Zaira Americana. *Mostra as Vantagens que a Sociedade inteira obtém da Ilustração, Virtudes e Perfeita educação da Mulher, como mãe, e esposa do Homem.* Rio de Janeiro, Typographia Dous de Dezembro, 1853.

> "Que necessidade temos nós outras dos talentos do Homem? Somos por ventura inferiores a ele em alguma coisa? Em nada ... Afastemos para longe de nós tão mesquinha ideia..." (...) "E não é tão louvável aspirarmos às coisas superiores? A mulher não tem iguais direitos que o homem quanto às aspirações e ambições sublimes que enobrecem a nossa alma, e elevam o nosso espírito e coração? Por que razão querer-nos privar de sentir e pensar condignamente?"[64]

Se Zaira Americana conheceu o livro de Nísia Floresta não há como afirmar. Apenas mostramos como as ideias de emancipação tomam novo impulso nos anos seguintes às três edições dos *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* e que, aqui e ali, encontram-se ressonâncias do mesmo pensamento expressado por Nísia.

Ainda neste ano de 1853, já para concluir, encontramos no *Diário do Rio de Janeiro,* do dia 23 de outubro, um domingo, o anúncio de uma comédia que estreava no Theatro de São Pedro de Alcântara. Seu título era precisamente *A emancipação das mulheres,* uma composição de três atos. De Antônio de Castro Lopes, e ensaiada por João Caetano dos Santos. A única informação que existe é que a "cena passa-se no Rio de Janeiro, em 1852". Qual foi a repercussão de tal comédia junto ao público não se sabe, pois não há indícios dela nos jornais dos dias que se seguem. Apenas é possível deduzir que não deve ter agradado muito, pois o mesmo jornal, no sábado de 5 de novembro, anunciava *A emancipação das mulheres,* "com um final novo arranjado pelo autor" ... E como depois deste anúncio não existem outros, podemos concluir o pouco sucesso de tal comédia, ou mesmo pelo fracasso de público, já que sua representação deu-se apenas por duas vezes.

Realmente, este é um tema polêmico em que não só as mulheres, mas também os homens se envolveram, a maioria deles posicionando-se contra, ou limitando as conquistas femininas à esfera doméstica. Só bem mais tarde, a partir da década de 1880, encontraremos a questão de direitos e emancipação sendo debatida nos jornais femininos de todo país, com mais propriedade e consistência, tendo em vista conquistas objetivas, como o voto, ainda que enfrentando as oposições previsíveis de toda ordem.

[64] Op. Cit., p. 24 e 119.

Palavras Finais

Assim, à medida que refazemos a história da conquista dos direitos das mulheres, mais reconhecemos o valor do texto de Nísia Floresta, a importância que ele teve no cenário nacional e na formação de uma consciência feminina.

Se considerarmos a contribuição nisiana a esse processo, seu papel de fundadora e sua trajetória militante, num momento histórico de verdadeiro obscurantismo em relação aos direitos femininos, seus vacilos e contradições e certas posturas que hoje podemos interpretar como ingênuas e mesmo pueris, afiguram-se menores diante do aspecto pioneiro de sua obra.

É fácil para nós agora compreender por que Nísia Floresta foi um "escândalo" na sua época, o esquecimento a que foi relegada e a resistência dos próprios contemporâneos em considerá-la uma escritora e de valor.

No momento em que se pesquisa e se constrói a história intelectual da mulher brasileira, é hora de dar a Nísia Floresta o lugar de destaque que ela de fato merece e reconhecer o ineditismo de seus escritos. A autora – que tão longe iria em sua trajetória de vida – foi sim uma mulher educada entre as que surgiram no Brasil patriarcal e também uma das raras mulheres de letras de seu tempo. Mas foi mais ainda. Nísia Floresta foi também uma brasileira erudita e "ilustrada", como bem poucas em nossa história.

Constância Lima Duarte
São Paulo, abril/1989.

Bibliografia

CÂMARA, Nathalie Bernardo. *Fragmentos de uma obra inédita* - notas bibliográficas. UNB, Brasília-DF, 2001.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**: vida e obra, 2ª edição revista, Nata: l Editora da UFRN, 2008.

DUARTE, Constância Lima. *Inéditos e Dispersos de Nísia Floresta*. Coleção Estudos Norte-Rio-Grandenses. Natal: Editora da UFRN, 2009.

FONTES:

www.cartamaior.com.br/?/editoria/cultura/Nísia Floresta...
www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta

Udymar Pessoa
Organização e pesquisa

Notas finais

Por Udymar Pessoa[5]

Como Mulher potiguar sempre estive atenta ao pioneirismo da escritora Nísia Floresta. Sua trajetória inspiradora me fez dedicar um tempo para revisitar sua obra e, sempre que pude, aproximar-me de estudiosas e estudiosos que discorreram sobre ela.

Em meados dos anos 80, conheci a Profª. Constância Lima Duarte, que chegava ao estado para estudar Nísia Floresta, uma mulher revolucionária e desconhecida de muitos.

O fato ficou guardado em mim. Como pode uma estudiosa vir das Minas Gerais pesquisar obra e vida de uma interiorana que fez nome no mundo? Na época, mesmo que ainda imatura para a valorização de nosso patrimônio intelectual, fiquei curiosa e atenta. Enquanto nós aqui pouco ouvíamos falar da dimensão da obra de Nísia Floresta, Constância vinha para desbravar e *revalorizar* a obra de Nísia Floresta.

Aos poucos fui me apropriando do legado dela e, antes de me assumir feminista, pude comprovar que o feito de Nísia Floresta era muito maior que tudo que eu vi ou ouvi falar. Comecei a pesquisar e, sempre que tive oportunidade, relatei a importância do legado de Nísia Floresta para o que foi o fortalecimento das lutas sociais e, principalmente, para o movimento feminista.

Ainda hoje nos inspira seu pensamento; ele não se esgotou. Seu legado, pioneirismo e ousadia estão postos na rotina de milhares de mulheres que lutam por dias melhores em suas vidas e na vida de outras mulheres. Convicta das ideias e ideais cultivados por Nísia, procuramos segui-la na luta por conquistas de espaços sociais e de poder.

---

[5] Udymar Pessoa é pedagoga, especialista em Docência do Ensino Superior, pesquisadora, memorialista, educadora ambiental e também em gênero e diversidade, membro de NEGÊDI/IFRN e mediadora de Políticas de Gênero da FUG/RN.

Realmente uma mulher em quem podem se espelhar brasileiras e brasileiros!

O que aqui está dito é, na expressão da palavra, gratificante.

Quando fui convidada pelo Dr. Gleire Belchior para elaborar o projeto de reedição da obra mais lida e divulgada de Nísia, senti-me imensamente gratificada. Minhas palavras andantes tinham reverberado e concretamente nós traríamos Nísia Floresta para a atualidade.

Algumas dificuldades surgiram, como tudo em minha vida, mas cada *não* que recebo transformo em desafio: algo que posso transformar em *sim*, algo em que devo insistir porque talvez não venha a ter outra oportunidade. Fui, então, simplesmente fazendo. No caminho, as coisas iriam acontecer. E aconteceram de fato!

Após uma caminhada cheia de desafios, esperança, perseverança e adesões, eis que realizamos um sonho sonhado por muitos – acadêmicos, militantes, estudiosos e até mesmo curiosos. Se há algo que nos provoca a ler Nísia Floresta, este algo é como uma mulher do interior do Rio Grande do Norte conseguiu estudar e transformar seu conhecimento em bandeira de luta ainda no século XIX, fazendo com que até hoje sua literatura não se supere.

Vejo nesse feito outro desafio aqui concretizado.

A obra de Nísia passa a integrar as publicações da Fundação Ulysses Guimarães, em que, até então, ainda não figurava nenhuma mulher - outro pioneirismo das terras potiguares.

Autores que citam a obra de Nísia Floresta

"Em 1832, a sociedade brasileira, que alimentava, com referência à mulher, velhos preconceitos e onde a própria clausura feminina da tradição colonial bem vivia, era sacudida pelo aparecimento de uma obra que tinha qualquer coisa de revolucionária, pois vinha abalar os alicerces do imenso edifício construído pelo egoísmo masculino.

Tratava-se da tradução livre de um opúsculo da famosa Mrs. Godwin e trazia o título que valia por todo o programa de reivindicações: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, reclamando uma situação melhor para a mulher".

Diogo Teixeira, Diário de Notícias, 09/07/1950.

"Diretora de Colégio no Rio de Janeiro e Porto Alegre, foi realmente a pioneira das reivindicações femininas, abolicionista e republicana, pregando a Federação das Províncias e a igualdade das raças (...) figura invulgar para o mundo em que viveu, forte, sensível, enérgica, heroica na defesa e divulgação de suas ideias, nenhum outro nome se pode comparar com a sua atividade mental e acompanhar-lhe o traço impressionante de sua mentalidade nova, generosa, idealista".

Luiz da Câmara Cascudo, A República, 05/06/1977.

Poema de Diva Cunha

Nísia Floresta (1810-1885)

Do seio de uma cultura de sinhazinhas rendadas,
Piano e francês, ressalta uma figura de mulher.
Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Inventando o nome, como vai inventar sua própria vida,
Nísia lança-se contra a gentil teia em que se
Apreende os sonhos e as aspirações mais justas do
Chamado "sexo frágil".

Corre o ano de 1832 e Nísia com apenas 22 anos,
Traduz o trabalho da feminista inglesa
Maria Wollstonecraft – "Direitos das Mulheres", causando
Pasmo e escândalo na sociedade da época.

Daí para o mundo parte Nísia; Porto Alegre, Rio de Janeiro
Europa – França são portos onde ancora a sua Busca,
A sua angústia e a sua esperança de um mundo
Mais digno para as mulheres.

Longa é sua caminhada, escrevendo, traduzindo e
Publicando, trabalhos relativos ao tema feminino.

Cerceada e hostilizada no Brasil – Rio de Janeiro
Onde funda um colégio novo para moças, será na
França que vai ser reconhecida e admirada,
Convivendo com as mais assinaladas cabeças do século.

Primeiro nome de uma dinastia de mulheres
Guerreiras conhecidas, é Nísia, filha de Papary, um
Farol a ser buscado.

Diva Cunha (Natal, 1984).

Sobre Constância Lima Duarte:

é mineira de Januária; cedo transferiu-se para Belo Horizonte onde fez seus estudos e cursou a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre pela PUC do Rio de Janeiro em Literatura Portuguesa e Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo.

Transferiu-se para Natal, em 1979, como professora-visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, passando posteriormente a integrar o quadro de professores do Departamento de Letras. Há alguns anos, desenvolve pesquisas sobre mulheres na literatura brasileira e portuguesa, e sobre crítica literária feminina.

…comportamentos de resistência às práticas opressoras e negativas de reconhecimento de direitos fundamentais, que fez com que a professora Celina Guimarães Viana, potiguar de Mossoró, após muitas lutas, se tornasse a primeira mulher brasileira a exercer o direito de voto e a também potiguar Luiza Alzira Soriano Teixeira, a ser eleita a primeira prefeita do Brasil, no município de Lajes, Rio Grande do Norte. A defesa de direitos é sempre considerada um comportamento louvável e, quando esses direitos são identificados com liberdade individual, igualdade e reconhecimento à condição humana, torna-se sublime. O livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* revela essa parcela da cidadã Nísia Floresta.

Gleire Belchior de Aguiar Bezerra, advogado, especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Gestão Pública Municipalista pelo ILP ALRN – membro do Conselho Curador da Fundação Ulysses Guimarães e presidente da FUG/RN.

Uma pequena biografia

Em seu livro *Patronos e Acadêmicos* - referente às personalidades da Academia Norte-Riograndense de Letras -, Veríssimo de Melo começa o capítulo sobre Nísia da seguinte maneira: "Nísia Floresta Brasileira Augusta foi a mais notável mulher que a História do Rio Grande do Norte registra".

De fato, a história e a obra de Nísia são de uma importância rara. "Infelizmente, a falta de divulgação da obra de Nísia tem sido responsável pelo enorme desconhecimento de sua vida singular e de seus livros considerados de grande valor", diz Veríssimo.

A educadora, escritora e poetisa, nascida em 12 de outubro de 1810, em Papari, Rio Grande do Norte, filha do português Dionísio Gonçalves Pinto com uma brasileira, Antônia Clara Freire, foi batizada como Dionísia Gonçalves Pinto, mas ficou conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nísia é o final de seu nome de batismo. Floresta, o nome do sítio onde nasceu. Brasileira é o símbolo de seu ufanismo, uma necessidade afirmativa para quem viveu quase três décadas na Europa. Augusta é uma recordação de seu segundo marido, Manuel Augusto de Faria Rocha, com quem se casou em 1828, pai de sua filha Lívia Augusta.

Neste mesmo ano, o pai de Nísia havia sido assassinado no Recife, para onde a família havia se mudado. Em 1831, ela dá seus primeiros passos nas letras, publicando em um jornal pernambucano uma série de artigos sobre a condição feminina. Do Recife, já viúva, com a pequena Lívia e sua mãe, Nísia vai para o Rio Grande do Sul, onde se instala e dirige um colégio para meninas.

Nísia faleceu em Rouen, na França, aos 75 anos, a 24 de abril de 1885, de pneumonia. Foi enterrada no cemitério de Bonsecours. Em agosto de 1954, quase 70 anos depois, seus despojos foram transladados pra o Rio Grande do Norte e levados para sua cidade natal, Papari, que já se chamava Nísia Floresta. Primeiramente, foram depositados na igreja matriz, depois foram levados para um túmulo no sítio Floresta, onde ela nasceu.